



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS

**PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA DA ÁFRICA, DA
DIÁSPORA E DOS POVOS INDÍGENAS (*STRICTO SENSU*)**

RAUDINEY DOS ANJOS DA CONCEIÇÃO SILVA

**RELATÓRIO FINAL DE PRODUÇÃO DE MATERIAL
PARADIDÁTICO (VÍDEO-DOCUMENTÁRIO) PARA PRODUTO DE
MESTRADO**

**PÁGINAS VIRADAS: ESTUDANTES DO CAMPO NO ENSINO
SUPERIOR**

CACHOEIRA/SÃO FÉLIX – BAHIA

2021

RAUDINEY DOS ANJOS DA CONCEIÇÃO SILVA

**RELATÓRIO FINAL DE PRODUÇÃO DE MATERIAL
PARADIDÁTICO (VÍDEO-DOCUMENTÁRIO) PARA PRODUTO DE
MESTRADO**

PÁGINAS VIRADAS: Estudantes do Campo no Ensino Superior

Relatório técnico final apresentado ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em HISTÓRIA DA ÁFRICA, DA DIÁSPORA E DOS POVOS INDÍGENAS (*Stricto sensu*), como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Ensino de História, Educação Inter Étnica e Movimentos Sociais.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus.

CACHOEIRA/SÃO FÉLIX – BAHIA

2021

RAUDINEY DOS ANJOS DA CONCEIÇÃO SILVA

RELATÓRIO FINAL DE PRODUÇÃO DE MATERIAL PARADIDÁTICO (VÍDEO-DOCUMENTÁRIO) PARA PRODUTO DE MESTRADO

PÁGINAS VIRADAS: Estudantes do Campo no Ensino Superior

Relatório técnico final submetido à avaliação para obtenção do grau de Mestre em História do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em HISTÓRIA DA ÁFRICA, DA DIÁSPORA E DOS POVOS INDÍGENAS (*Stricto sensu*).

Área de Concentração: Ensino de História, Educação Inter Étnica e Movimentos Sociais.

Cachoeira-BA: 13/08/2021.

Banca examinadora

Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus. (Orientadora)
UFRB

Profa. Dra. Martha Rosa Figueira Queiroz
UFRB

Prof^a. Dr^a. Rita de Cácia Santos Chagas. (Examinadora Externa)
UFRB

Profa. Dra. Idalina Souza Mascarenhas Borghi (Examinadora Externa)
UFRB

“Só o olhar para dentro reconhece o percurso, apropriando-se dos seus sentidos. O caminho dissociado das experiências de quem o percorre é apenas uma proposta de trajeto, não um projeto, muito menos o próprio projeto de vida. O caminho está lá, mas verdadeiramente só existe quando o percorremos – e só o percorremos quando o vemos e o percebemos dentro de nós.”

(Rubem Alves, 2002, p. 10)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por ter me dado saúde e força de vontade para escrever e superar as dificuldades. Agradeço à minha mãe Rosimeire, por todo o amor, carinho, educação e ensinamentos. Ao meu pai Benedito, que sempre me apoiou e me deu todo o suporte que precisei. Ao meu irmão Henrique, pelo incentivo e apoio dado. Aos meus avós por terem me dado a oportunidade de estar onde estou. A minha tia Adilza pela inspiração. Agradeço também a Félix por sua colaboração. A minha tia Alice. Aos meus avós/avôs. À toda minha família, sou grato.

À minha orientadora, a Prof.^a Dr.^a Rita Dias, por todo o tempo e afeto que dedicou para me ajudar na minha itinerância formativa e, durante o processo de realização deste trabalho. Sou sinceramente agradecido por todos os momentos de ensino e carinho.

Agradeço à Samile, por ter tido toda compreensão com a minha falta de disponibilidade, e por ter me feito muito feliz todo esse tempo. Agradeço de coração pelo seu amor e querer bem sempre em todos os momentos.

Agradeço profundamente ao meu grande amigo/irmão João Paulo, por toda atenção, carinho e cuidado por minha pessoa.

À UFRB, minha universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela pela qual vislumbro um horizonte no ensino superior. Gostaria de destacar alguns docentes, em especial, aos/às professores/as: Juvenal Carvalho, Cláudio Orlando, Marco Antônio, Luiz Antônio, Martha Rosa, Fabrício Lyrio, Miranice Moreira, Sérgio Fernandes, Felipe, Milanez, Diogo Valença, Jamile Ferreira, Bianca Becker, Maurício Brito, Nuno Gonçalves, Camila Santiago, Henrique Sena, Rosy de Oliveira, Eliazar João, Wellington Castellucci, Leandro Almeida, Antônio Liberac, Sérgio Guerra, Dênis Corrêa, Marta Lícia, Maurício Silva, Walter Fraga, Isabel Reis, Silvia Arantes, Jorge Nery, Juciara Nogueira, Gabriel Ávila, Georgina Gonçalves, Dyane Brito e a todos/as que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

Agradeço a todos/as os servidores técnico-administrativos pelo apoio oferecido durante esse período. Agradeço de coração na pessoa de Moisés pela sensibilidade e acolhimento.

Agradeço a todo/as os professores/as do ensino primário, fundamental e médio, em especial a professora: Suzel, Sônia (em memória), Elaine, Hozana, Ioná, Moreninha, Fátima, Cristoval, Roque, Disney, Geisa, Aldo, Vilma, Ana Maria, Maquilene, Cristina, Edilson, Marilda e a outros/as que também colaboraram para minha formação no mundo-vida.

A todos/as meus amigos/as, em especial, à: Elias, Daniela, Marisa, Henrique, Aline, Geferson Santana, Valéria, Jefferson Queiroz, Lázaro, Rômulo, Linequer, Valter, Jailson, Zé Carlos, Dan, Dani, Vânia, e tantos outros/as que não foram citados devido à falta de espaço, mas que permanecem guardados em meus sentimentos.

Gostaria de agradecer especialmente a Elias, Daniela, Marisa, Henrique, Jailson, Aline, pela solicitude, empenho, e solidariedade ao participar do vídeo-produto, sabedoria, saúde e inteligência para a vida é o que lhes desejo. Obrigado.

Agradeço à FAPESB que foi providencial ao financiar a minha pesquisa com seu programa de bolsa Mestrado Profissional Cotas, pois se mostrou imprescindível para a viabilização de toda a pesquisa, principalmente no tocante ao aparato recebido para a permanência.

Ao Prof. Dr.º Cláudio Orlando Costa do Nascimento, pela amizade, por ser um ser iluminado de sabedoria e inteligência para lidar com as pessoas e com a vida. Obrigado por confiar em mim.

À Profª. Drª. Rita de Cacia Santos Chagas, por aceitar o convite do para a qualificação e da banca de defesa. Não esquecerei de uma palavra que me disseste. Gratidão!

Às Profa. Dras. Idalina Souza Mascarenhas Borghi e Martha Rosa Figueira Queiroz pelas importantes contribuições para o aprimoramento dos resultados desse estudo.

Ao Prof. Dr. Antônio Liberac Cardoso Simões Pires (Coordenador do Programa), pela amizade, carinho e presteza. O meu muito obrigado!

Ao corpo docente do Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas pelo comprometimento e competência.

Aos funcionários terceirizados pelo amparo e boa convivência.

Agradeço ao Programa de Educação Tutorial, (PET) e ao grupo PET Conexões de Saberes – Acesso, Permanência e Pós-Permanência na UFRB, pelo convívio e a vivência de experiências.

À todas/os que estiveram comigo nessa caminhada, muito obrigado!

RESUMO

A presente pesquisa visa elaborar um material de apoio à política de acesso ao Ensino Superior, a partir da análise de histórias de vida dos/as estudantes das universidades públicas brasileiras, refletindo sobre a adoção de ações afirmativas que viabilizaram o acesso de pessoas oriundas das camadas populares ao ensino superior, políticas as quais têm contribuído, sobretudo, para a consolidação de um novo cenário que começa a descortinar-se no âmbito dessas instituições. O vídeo-documentário com depoimentos de estudantes da zona rural, egressos/as do ensino superior na UFRB, tem a finalidade de criar instrumentos que visam a ampliar os mecanismos de acesso e inserção de estudantes de escolas públicas da zona rural, no ensino superior negros e negras, oriundos de famílias de trabalhadores/as da terra, de populações quilombolas, ribeirinhas e congêneres. O estudo visa debater questões relativas ao racismo, as políticas afirmativas na educação superior brasileira, questões sociais associadas à promoção do acesso ao ensino superior através das ações formativas e às questões étnicorraciais, de gênero e equidade. O estudo de caso tem como campo a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), com mapeamento de políticas institucionais da PROPAAE–Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis e da PROGRAD–Pró-Reitoria de Graduação. Foram realizadas entrevistas com acadêmicos/as e estudantes da escola pública de ensino médio da cidade de São Félix-BA, especificamente no Colégio Estadual Rômulo Galvão. Foram identificados os impactos das políticas de inclusão na educação básica e no ensino superior, além de perfis socioeconômico, geográfico e racial dos/as estudantes, objetivando a elaboração de um material que possa servir de ancoragem nos trabalhos pedagógicos das escolas do/no campo, para a promoção do acesso ao ensino superior, o fomento à continuidade dos estudos, a inserção criativa dos/as jovens estudantes da zona rural brasileira no contexto da vida sociocultural, a partir das vivências escolares, do reconhecimento de suas biografias e trajetórias de vida e formação, assim como, com a articulação com o contexto de vida de suas famílias e comunidades.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso ao Ensino Superior; Políticas Afirmativas; Educação Básica; Populações do/no Campo; Juventude Negra.

SUMÁRIO

MEMORIAL.....	9
INTRODUÇÃO	19
OBJETIVO GERAL	26
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	26
CAPÍTULO 1. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA: CONTEXTOS DE PARTICIPAÇÃO	30
1-1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO: RELAÇÃO COM O ENSINO SUPERIOR PÚBLICO	37
CAPÍTULO 2. TRAJETÓRIAS E PERCURSOS DE ESTUDANTES DO CAMPO	63
2.1 A UNIVERSIDADE COMO BEM PÚBLICO LEGÍTIMO	67
CAPÍTULO 3. CENÁRIO DO ENSINO SUPERIOR: UNIVERSIDADE BRASILEIRA NO CONTEXTO DA REDEMOCRATIZAÇÃO	77
CAPÍTULO 4 OS CAMINHOS DA PESQUISA – do campo à cidade/ da escola à universidade	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
CRONOGRAMA.....	106
REFERÊNCIAS	107
APÊNDICES.....	119
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	119
APÊNDICE B – EIXOS DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....	123
EIXOS DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	123
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	125
APÊNDICE D – PERGUNTAS DO VÍDEO.....	127
APÊNDICE E – ROTEIRO VÍDEO.....	128

MEMORIAL

Na condição de Mestrando do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora, dos Povos Indígenas, no período entre 2018 e 2021 cursei os seguintes componentes: O Negro no Pós-Abolição, História Geral da África, Teoria da História, Metodologia da Pesquisa e Produção de Materiais Didáticos, Políticas, Teorias e Experiências Curriculares da Educação e Estudos de Comunidades Negras Rurais, Tirocínio (Estágio Docente), a Qualificação, a Pesquisa Orientada, e a Dissertação.

Apresentei a presente pesquisa na V RECONCITEC 2019, XIII Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (SEPIP), IV Simpósio de Extensão e II Programa de Permanência Qualificada, eventos de referência científica que ocorreu entre os dias 17 e 18 de outubro de 2019. Foi apresentada também no XIII Fórum Pró-Igualdade Racial e Inclusão Social do Recôncavo (FÓRUM 20 DE NOVEMBRO – CAHL) no dia 26 de novembro de 2019.

No ano seguinte a presente pesquisa foi apresentada na VI RECONCITEC 2020, XIV Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (XIV SEPIP), V Simpósio de Extensão, I Seminário de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis da UFRB: Os primeiros não serão os últimos, VIII Feira Acadêmica de Economia Solidária (VIII FAESOL), II Simpósio de Empreendedorismo e Inovação do Recôncavo (II SEIRECON) e II Simpósio de Graduação da UFRB.

Eventos de referência científica que ocorreram entre os dias 03 e 06 de novembro de 2020, tornando-se um importante espaço de diálogo sobre as políticas de pesquisa, pós-graduação, permanência qualificada e extensão da UFRB e também de apresentação das ações realizadas pelos programas e projetos inseridos em diversos Territórios de Identidade do Estado da Bahia.

Foi apresentada também no XIV Fórum Pró-Igualdade Racial e Inclusão Social do Recôncavo (FÓRUM 20 DE NOVEMBRO – CAHL) realizado entre 09 e 27 de novembro de 2020, nessa edição, que coaduna com o tema “Nossos passos vêm de longe...” visou fomentar o debate, destacar as ações pró-igualdade racial e inclusão social no Recôncavo e possibilitar à comunidade acadêmica e sociedade, em geral, reflexões acerca da importância das ações afirmativas para a consolidação da equidade e da justiça social no país, entre outros momentos de apresentação e debate que serão citados a seguir.

A participação nestes simpósios, foi de profunda importância para a realização da pesquisa, já que se verificou como um primeiro contato do estudante com o campo, mostrando que este abrange muito mais conceitos não vistos anteriormente, e, mais que isso, configurando-se como um elemento de estímulo e enriquecimento para que a linha de pesquisa fosse debatida pela comissão científica do grupo e conseqüentemente a pesquisa fosse de fato realizada. Para a realização desta fase, foram utilizadas fontes secundárias a partir da bibliografia inicial da pesquisa.

Nesse sentido, foi debatido os caminhos da pesquisa e sua relação com o Recôncavo da Bahia, tornando-se um importante espaço de diálogo e aprendizagem todas estas etapas referentes a temas como: políticas de pesquisa, pós-graduação, permanência qualificada e extensão da UFRB. No geral, reflexões acerca da importância das ações afirmativas para a consolidação da equidade e da justiça social no país, a partir da bibliografia inicial da pesquisa. Esta etapa apresentou-se essencial para a elaboração da base de dados integrada, bem como o registro regular das atividades da pesquisa.

Ademais, o objetivo deste trabalho é fazer com que a presença de estudantes oriundos do contexto do campo aumente significativamente na UFRB, bem como contribuir para o fortalecimento do acesso ao ensino superior como política de inclusão social, com inovações pedagógicas no desenvolvimento curricular na relação da universidade com a educação básica, em especial do Ensino Médio. O autor desta pesquisa se apresenta como um jovem negro da roça, do cabo da enxada, neto de avós analfabetos que chegou na universidade para utilizar o saber, o conhecimento, o vocabulário, como ferramenta de emancipação.

Sou Raudiney dos Anjos da Conceição Silva, filho de Rosimeire dos Anjos da Conceição Silva e de Benedito Marques da Silva, ambos lavradores, nasci na cidade de São Félix-BA no dia 08 de março de 1994, mas vivi toda minha infância e grande parte da adolescência no contexto rural, especificamente na comunidade de Coqueirinho. Meus pais sempre me influenciam ao acesso à educação, embora, apenas tenha estudado até a 4ª série o caso do meu pai, e minha mãe concluiu o ensino médio, reconhecem a importância dos estudos, pois almejam me proporcionar uma realidade diferente da que vivenciam. Pensam em um projeto de vida no qual não me limita apenas aquele cenário, mas que amplie minhas perspectivas de vida, logo obter acesso à cultura e ao ensino superior estão presentes dentre suas pretensões enquanto pais de família.

Desde cedo ajudei meus pais a trabalhar, com oito e nove anos de idade comecei a ajudá-los na roça, auxiliando-os nas tarefas diárias e árduas da lavoura, prática esta que garante nossa subsistência. Sempre tive que conciliar o trabalho braçal com os estudos, era muito difícil

manter essa relação, uma vez que no tempo da colheita, por exemplo, o trabalho nesse tipo de atividade aumenta aí fazia o máximo possível para que este não interferisse nas tarefas escolares. O início da minha vida escolar se dá aos quatro anos de idade na escola Santa Bárbara, localizada na comunidade rural de Jenipapo próximo da minha casa, onde tive meus primeiros contatos com o ambiente escolar. Estudei nessa escola da alfabetização até a 4ª série, sendo transferido para outra após ter cursado o primário, para continuar os estudos em meio a tantas interferências da realidade rural, como por exemplo, o trato da terra e o trabalho na lavoura.



Figura 1 - Fotos 1 e 2 – Instalações da escola fundamental da região estudada. (jul. 2021) fotos do autor.

Nesse sentido, fui lhe dando com essas adversidades até acessar o Colégio Municipal Duque de Caxias, que se encontra na zona rural, especificamente na comunidade do Outeiro Redondo, distrito de São Félix-BA, localizada acerca de 25 km da sede para cursar o ensino

fundamental. Com o passar dos anos fui chegando ao ensino médio este que oferecia através do anexo do Colégio Estadual Rômulo Galvão localizado nesse mesmo perímetro. Havia dificuldades de infraestrutura, além disso, conciliar a vontade de aprender com a necessidade de ajudar meus pais nos serviços braçais da roça, somado a desvalorização deste próprio trabalho e de alimentos que plantamos, se tornava uma tarefa duplamente árdua.



Figura 2 - Instalações da escola. Fotos 3 e 4 – Na foto 3, prédio que está instalado o Anexo do Colégio Estadual Rômulo Galvão na comunidade de Outeiro Redondo, onde se vê o prédio amarelo, encontra-se a sala de vice diretoria, que tem a função de zelar pela disciplina da escola. (Jul 21) fotos do autor. Na foto 4, fachada externa do Colégio Municipal Duque de Caxias, estrutura de funcionamento da escola básica e fundamental. (Jul. 20121) Fotos do autor.

De modo geral, o reconhecimento da identidade de sujeito pertencente aquele espaço contribuiu de forma significativa para o tão enfatizado processo formativo. Enquanto oriundo do contexto rural, estar dialogando com os estudantes que são da “roça” assim como eu, se

configura em um momento de grande realização. A estrutura não é muito diferente de uma escola pública, nesse caso chega a ser até mais grave, pois a mesma não oferece uma estrutura mínima num formato de uma escola.

As salas são divididas há uma distância considerável uma da outra, uma vez que não há sequer um pavilhão ou um prédio específico para o Colégio. Regressar ao contexto que passei grande parte da minha vida antes do acesso à universidade, só que assumindo agora a condição de mestrando é algo que me realiza bastante. Historicamente esse modelo de educação foi pensado para atender o interesse de uma elite, sendo assim pensar um novo currículo pode contribuir para a quebra dessa negligência e reduzir a distância que há entre a cultura e as classes menos abastadas.

A seguir busco descrever um relato breve sobre a minha história, bem como o percurso que justifica a referente pesquisa e o interesse pelo tema. A princípio, a entrada no mercado de trabalho subalterno era a primeira opção, tendo em vista que não havia um histórico familiar de ter acesso ao ensino superior aliado às estatísticas dos meus colegas que concluíram junto comigo. De fato, a maioria deles não ingressou na universidade, processo tido como distante de nossa realidade, apesar de alguns professores nos incentivarem a cursar uma faculdade, ainda faltava à conscientização da importância do ensino superior em nossas vidas. Contudo, concluir o ensino médio em 2010.

Ingressei na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) no segundo semestre de 2011, no curso de Licenciatura Plena em História. Ao falar da entrada na universidade vale salientar as dificuldades que enfrentei durante esse processo. De início pesou logo a questão financeira, era muito difícil para meus pais manterem os gastos com alimentação, xerox, deslocamento, dentre outros que passei a obter. Seria ainda mais desfavorável em relação à moradia, minha casa está localizada a cerca de 45km da cidade de Cachoeira-BA, no começo foi muito cansativo pois tinha que ir e vir todos os dias, sendo que não havia um transporte regular, teria que me deslocar até a cidade de Cruz das Almas-BA e utilizar o transporte alternativo para poder chegar há tempo nas aulas.

Era uma rotina bastante desgastante eu saía de casa às cinco e meia da manhã e chegava às vezes às seis, sete da noite em casa. Foi então que tentei fazer parte do Programa de Permanência Qualificada pela Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – PROPAAE, tentando uma vaga na residência universitária localizada em São Félix-BA. No entanto, não fui contemplado com a alegação de que a documentação oferecida estava incompleta e que a distância da minha casa não era compatível com os critérios de seleção.

A questão da moradia ainda permanecia como uma problemática, pois eu não tinha condições nenhuma de pagar aluguel, foi então que surgiu o convite de um amigo que também fez parte desse processo. Estudante do mesmo curso e vizinho da minha comunidade João Paulo Pinto do Carmo, anteriormente tinha sido selecionado como residente, me acolheu em seu quarto até solucionar essa questão do auxílio. Sendo assim, fui morar como agregado na residência estudantil com a expectativa de adquirir no semestre seguinte uma vaga formal.

Essa minha ida à residência foi tida como fundamental para a minha permanência na UFRB. Haja vista, não tinha condições financeiras de residir em outro local que não fosse esse espaço custeado pelo Governo Federal. Com isso houve também uma grande mudança no que diz respeito à relação com minha família, até então nunca tinha convivido fora de casa naquelas circunstâncias implicando em uma dinâmica de vida e aprendizagem diferenciada.

Foi uma experiência ímpar ao ser agregado na residência, aprendi questões de convivência, ouvi relatos dos estudantes veteranos acerca da academia, discussões sobre assuntos inéditos, enfim, uma vivência distinta do âmbito oriundo. Permanecer nos primeiros dias como estudante universitário nesse ambiente foi de extrema importância para o meu rendimento acadêmico, porque dessa forma tinha muito mais tempo para desenvolver as atividades e alcançando assim certo êxito acadêmico no primeiro semestre.

Com o passar do tempo não demorou a chegar o segundo semestre, e com ele veio também à esperança de conseguir o tão almejado auxílio. Dessa vez estava mais confiante, já tinha conversado com várias pessoas que me deram dicas importantes a respeito dessa nova tentativa de ser selecionado por esse programa. E uma delas foi de grande relevância, foi a orientação de me inscrever no auxílio vinculado a projetos institucionais, pois dessa forma teria mais chances de ser contemplado pelos critérios de seleção que na minha ótica deveriam ser repensados.

Nesse sentido, penso que é inconcebível promover a permanência qualificada, através de políticas afirmativas, sem levar em consideração as peculiaridades do cenário socioeconômico do estudante. A afiliação à vida universitária, a promoção do êxito acadêmico só é possível quando é dada a oportunidade para que o estudante possa contribuir para a qualificação das políticas públicas e institucionais no intuito de garantir o acesso e a permanência qualificada na universidade.

Entretanto, depois de ter me desdobrado para providenciar a documentação exigida fui selecionado nessa modalidade de auxílio, mas ainda não era a mais viável para mim. Na realidade, tentei o auxílio vinculado a projetos institucionais no intuito de posteriormente fazer

o processo de migração de modalidade para moradia, acreditava que fazer parte do programa já era um ganho enorme e o resto se resolvia com o tempo. E foi o que aconteceu, mesmo depois de ter enfrentado uma grande burocracia consegui uma vaga formal através de um processo chamado permuta que é a troca de auxílio entre um estudante e outro. Então sair de projetos e fui para moradia, algo que estava batalhando há um bom tempo, mas que no final conseguir a tão esperada vaga.

Isso trouxe mudanças significativas para o meu cotidiano na faculdade, trouxe também certa autonomia e estabilidade contribuindo para melhor desempenho na mesma. Agora estava em um espaço formalmente meu o que existia uma diferença enorme se comparado ao anterior. A partir daí tive mais disponibilidade para participar de eventos e entre outras atividades que não envolviam a apenas a sala de aula, passando a ver a universidade com outros olhos, pois é necessário ter condições mínimas para isso.

Todavia, em julho de 2013, me tornei bolsista do Programa de Educação Tutorial, PET – Conexões de Saberes: Acesso, Permanência e Pós-Permanência na UFRB. O Programa de Educação Tutorial (PET)¹ tem como finalidade promover uma formação ampliada que se baseia no tripé da pesquisa, ensino e extensão. O programa foi criado em 1979 sendo de responsabilidade da CAPES, atualmente o programa está subordinado a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação. Composto por grupos tutoriais de aprendizagem o PET busca propiciar aos estudantes condições para a realização de atividades extracurriculares que tem como objetivo a melhoria do ensino na graduação, a interdisciplinaridade, a atuação coletiva e o planejamento e execução de tarefas em grupo sob a tutoria de um docente.

O PET foi outra grande conquista dentro da universidade. Há muito tempo vinha tentando me inserir em um projeto voltado para a conjuntura atual do sistema educacional. É o caso do PET Conexões de Saberes, que pesquisa acesso, permanência e pós-permanência de estudantes oriundos/as de camadas populares na universidade, e estabelece um diálogo com os/as estudantes, os/as professores/as e a comunidade sobre os diversos saberes existentes, além de apontar a importância da valorização do saber já trazido por esses/as estudantes dentro do currículo na graduação. O PET impactou diretamente na minha vivência no mundo acadêmico,

¹ O Programa de Educação Tutorial – PET é um projeto que foi implementado pelo Governo Federal com a finalidade de elevar qualitativamente o nível da tríade ensino-pesquisa-extensão nas universidades brasileiras. Os grupos PET's são formados por estudantes de graduação e um professor (a) – tutor (a), no qual podem participar professores (as), colaboradores (as), como também estudantes voluntários (as) nas ações do programa. O PET configura-se como um programa de excelência, em que o processo de afiliação está associado à qualificação dos estudantes. Ser PETiano/a é criar possibilidades e caminhos para uma formação diferenciada, é promover reflexões na vida acadêmica que se materializam em ações no extra muros da universidade e propicia a produção do conhecimento científico aliando o campo teórico e prático nas pesquisas.

me possibilitou participar de experiências que jamais teria oportunidade se não estivesse presente nele. As discussões que são feitas, as atividades que realizamos, bem como os eventos que organizamos, e participamos, são muito enriquecedores para nossa formação como profissional e ser humano.

A universidade não só participou da exclusão social das raças e etnias ditas inferiores, como também as teorizou, estendendo-a aos conhecimentos produzidos pelos grupos excluídos, em detrimento da prioridade epistemológica concedida a ciência. Sendo assim, como pode uma instituição ser considerada legítima se historicamente pertenceu e foi ocupada por uma elite tradicional? A perda de sua legitimidade perpassa em não contemplar outros segmentos da sociedade? Como esses/as estudantes não abastados/as percebem/refletem este espaço? A universidade para estes/as novos/as estudantes precisa de adequação e de mudanças. “A política institucional precisa ser pensada em colaboração com estes sujeitos que sabem de si, entendem suas peculiaridades e estão dispostos a colaborar para a superação dos obstáculos que lhe foram impostos” (ALVES; NASCIMENTO, 2016, p.38).

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) nasce com o sistema de reserva de vagas para estudante de escola pública que se autodeclare preto, pardo ou indígena, esta instituição também é pioneira na criação de uma Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE). Essa Pró-Reitoria assume uma representação bastante significativa no que diz respeito à permanência deste público que ingressa na UFRB, embora haja muito a se fazer no avanço dessas políticas afirmativas, não podemos deixar de mencionar sua importância para os estudantes que emergem e fazem parte dessa transição do meio rural para o universitário.

A interiorização das universidades federais, a expansão e democratização da educação superior, e as políticas desenvolvidas pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI, estão modificando o perfil da universidade pública, e contribuindo para o acesso desses estudantes ao ensino superior. A expansão das universidades federais, leva aos estudantes do interior, principalmente aos estudantes de origem popular, sobretudo, rural que não teriam condições de se deslocar até à capital ou outra metrópole para cursar o ensino superior, a possibilidade de acesso à universidade.²

² A Bahia contava apenas com uma universidade Federal, a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Devido a isso, os estudantes do interior que pretendessem cursar o ensino superior, após concluírem o ensino médio, deveriam obrigatoriamente se deslocar para a cidade de Salvador-BA.

A entrada na universidade é uma passagem, e segundo Alain Coulon (2008), àqueles estudantes que não conseguem fazer essa passagem, afiliando-se e sendo aceitos nesse espaço, dificilmente obterão o êxito acadêmico esperado, tanto por eles, quanto pelo grupo que lhe cerca. Dessa forma, refletindo sobre as condições que possibilitam a permanência e afiliação acadêmica de estudantes universitários é que o Programa de Educação Tutorial – PET Conexões tem tido um importante papel na construção do êxito acadêmico, bem como na legitimação de saberes e conseqüentemente a permanência qualificada e afiliação acadêmica dos seus bolsistas.

O Recôncavo baiano se apresenta de que forma a nós, comunidade que constitui a Federal do Recôncavo da Bahia? Como as questões relacionadas ao currículo impactam na experiência do estudante na universidade? Essas inquietações assumem uma dimensão muito mais ampla para refletir, por exemplo, a questão do tão almejado êxito acadêmico e sua relação com a construção da identidade formativa implicada no currículo. O curso de História trouxe uma capacidade de reflexão no qual outro não me proporcionaria. Essa potencialidade se reflete no sentido de permitir questionar o currículo do próprio curso no intuito de compreender sua relação com o contexto do qual está imerso fisicamente, ou seja, como a incorporação cultural do lugar está ou não apresentada nele.

Assim sendo, pensar como o currículo se constitui significa refletir sobre o que ele pode me tornar, logo há uma necessidade de reestruturação curricular que contemple o contexto local, o não urbano, a cultura e a tradição popular. O currículo é a intenção presente no texto e a atuação que presentifica, atualiza tal intenção. Uma vez que o currículo é uma construção social complexa e interessada e, portanto, não é neutro. O currículo mais que uma questão cognitiva, de construção do conhecimento, no sentido psicológico, é a construção de nós mesmos como sujeitos sócio históricos.

Desde cedo construía planos de dar um futuro melhor àqueles que se esforçam para garantir que tivesse o mínimo de educação e instrução na vida que são os meus pais. A UFRB é um ganho para o recôncavo, embora ainda necessite avançar em vários aspectos como, questões de políticas de permanência, pertencimento cultural do espaço em que a mesma está inserida, estrutura de ensino entre outras inúmeras questões, ela mostra-se uma alternativa para quem pretende ingressar em uma faculdade.

O acesso à universidade a meu ver continua sendo para os demais iguais a mim a única possibilidade de mudança dentro de uma sociedade cada vez mais excludente e racista, na qual os negros, os pobres e oriundos de camadas populares sempre tiveram seus papéis negados historicamente. Todavia, o acesso ao ensino superior é justamente a quebra deste fatalismo

histórico que atinge cotidianamente a tantos jovens de origem rural, que assim como eu tive o trabalho na lavoura como prioridade colocando os estudos em segundo plano, portanto, permanecer e ter concluído o curso de Licenciatura Plena em História na UFRB é a quebra desse marcador social. De igual maneira, por meio da disseminação da cultura, conhecimento, apropriação intelectual, reflexão, crítica e o debate é possível alcançar este objetivo.

Atualmente sou mestre pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas (PPGMPH). Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Dias Pereira Alves. Aperfeiçoamento Técnico - PET (MEC-SESU) Conexões de Saberes: Acesso, Permanência e Pós-Permanência na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Tenho experiência na área História atuando principalmente nos seguintes temas: Políticas de Ações Afirmativas, Relações Étnico-Raciais, Contexto Social Não-Urbano, Narrativas (Auto) Biográficas, Acesso ao Ensino Superior, Permanência e Êxito Acadêmico de Estudantes do Campo, Democratização do Ensino Superior, e Educação. Participei do Programa de Permanência Qualificada (PPQ) da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis - PROPAAE/UFRB. Fui bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET (MEC-SESU) Conexões de Saberes: Acesso, Permanência e Pós-Permanência na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Integrei o Programa Mais Alfabetização PMALFA-FNDE atuando nas séries de 1º e 2º ano do ensino fundamental I, durante 06 meses, função: Professor Assistente.

INTRODUÇÃO

O perfil dos/as³ estudantes das universidades públicas brasileiras tem se modificado paulatinamente, após a adoção de ações afirmativas que viabilizaram o acesso ao ensino superior de indivíduos oriundos/as das camadas mais populares da sociedade. Sendo assim, se faz necessário refletir acerca dessa nova presença na universidade pública, bem como o impacto social, e o significado que implica a entrada deste contingente populacional, no âmbito universitário.

As políticas de ações afirmativas são fundamentais para garantir a presença na universidade, de grupos socialmente desfavorecidos, uma vez que a entrada de estudantes de origem popular, da zona rural, e negro/as possibilita novos horizontes para a produção do conhecimento, um benefício para toda a sociedade. O Brasil havia apresentado o mais longo período de escravização do mundo moderno e fora o último país a aboli-la. Somente no Brasil, são aproximadamente cinco séculos de um processo histórico pautado pelo escravismo e pela manutenção de privilégios e de desigualdades socio raciais.

Em contraposição, no Brasil a miscigenação é usada como um argumento para invisibilizar as diferenças raciais. O racismo se manifesta nas atitudes e práticas de discriminação, naturalização e privilégios. É um gravíssimo problema de dimensão descomunal que assola a humanidade. Dessa forma, ele é sistêmico. De modo geral, estrutura as relações de poder em nosso país, definindo quem tem ou não oportunidades.

Contudo, Roberto Sidnei Macedo (2007) responde a uma provocação que nunca quis calar nas nossas reflexões, refere-se à possibilidade de uma análise crítica e propositiva enquanto às políticas e intervenções ditas inclusivas que hoje mobilizam os setores educacionais do nosso país.

Não queremos, aqui, o cultivo de uma cegueira sobre o valor dos conhecimentos que se ampliam de forma planetária num mundo do trabalho e da produção globalizados. Compreendemos também, em realidade, que o global cada vez mais se reconfigura em algo do âmbito local. Ou seja, cada vez mais não se deseja pensar as pautas do processo de globalização no que concerne à educação, sem que essas altas sejam

³ Ao tentar distanciar do monopólio que é o uso do “masculino” na produção da subjetividade escrita, bem como do conhecimento, desejo considerar na elaboração desse texto a preocupação com a dimensão de gênero na linguagem. Não tendo encontrado outra maneira, optei pelo duplo artigo, objetivando incorporar à escrita um estilo inclusivo, como por exemplo: dos/as, negros/as e, etc. Reconheço não ser o formato mais ideal e expressivo, entretanto, pontua a necessidade de questionarmos a subalternidade da presença feminina, evidenciada no processo histórico que a constituiu em nossa sociedade (JESUS, 2010, p.24).

atravessadas pelo julgamento da pertinência e da relevância dos saberes e tecnologias que se vinculam às propostas formativas locais, indexadas às culturas, às condições geográficas, às demandas e vocações socioeconômicas regionais etc. (MACEDO, 2007, p. 56)

Macedo (2007) propõe a desconstrução corporativista e autoritária do currículo. A descolonização do currículo requer errâncias, afinal aprendemos por um processo de colonização secular esperar por um novo pronto de imediato. Dentro do seu enraizamento sociocultural, para Macedo (2007) a cultura, construída cotidianamente nestes processos de produção e reprodução social, não é constituída apenas de artefatos “exóticos” pela sua artesanidade, mas de um conjunto de saberes codificados em ritos, mitos e outras formas de expressão. Mas a cultura rural está sitiada pela cidade, inclusive via satélite. Neste sentido, uma educação concebida estrategicamente, a serviço da comunidade rural, enfrenta e resiste à invasão cultural homogeneizadora e degradante, argumenta o autor. Argumenta ainda que mesmo numa comunidade rural isolada, os processos identitários não são uniformes e comportam diferenças.

O Estado é a ordem estrutural das coisas, ou seja, que dita o funcionamento da sociedade. A destruição das identidades do outro é uma construção do fascismo. O fascismo não aceita a identidade do outro ele a destrói ou a inferioriza. Por sua vez, a/o historiador/a quando produz a história não pode isolar-se da humanidade ou do contexto investigado. “A implicação enquanto marco diferenciador desta abordagem, pois ao tempo que implica o outro que vivencia comigo a experiência, sou também implicada por ele na situação na qual interagimos” (JESUS, 2010, p. 35).

Partindo do pressuposto de que as relações raciais se configuram como uma importante discussão para a compreensão das dinâmicas sociais brasileiras, a pesquisadora Azânia Nogueira (2018), afirma que a raça não é tratada como conceito analítico do discurso hegemônico geográfico contemporâneo no Brasil, nem como variável estrutural da desigualdade socioespacial na sociedade. Nesse sentido, a autora aponta que “os processos de urbanização, que levaram a segregação de muitas pessoas e a formação espacial dos territórios negros não pode ser pensada de maneira dissociada das relações raciais inerentes as dinâmicas da sociedade brasileira.” (NOGUEIRA, 2018, p. 204).

Tendo em vista, que discutir a estrutura epistêmica do mundo moderno, evidencia consigo a existência dos principais conflitos no Brasil que culminam conseqüentemente entre o rico e o pobre, o preto e o preto, e entre o branco e o preto. Com efeito, o ensino superior deveria ser totalmente gratuito, ou seja, oferecer condições para as pessoas serem o máximo

que elas puderem ser. É necessário oferecer condições para a disputa do espaço profissional. Partindo do pressuposto de que se todos tiverem o ensino, uma cultura, teremos um país forte, bom ou melhor. Quando todos tiverem condições de ter o ensino assegurado o Brasil todo crescerá.

A cota é o mínimo, pois o Brasil deve muito para o/a negro/a. A faculdade é apenas uma parcela, pois o Brasil deve muito mais. A exemplo de Cuba que valorizou mais as pessoas e menos as máquinas. Não deveria por exemplo, faltar comida para alguns e sobrar para muitos outros. Todavia, cuidar dos que estão perto de você é uma atitude, bem como cuidar de sua família, fazendo as pessoas sonharem juntos resulta em expandir. É superficial quando só aparenta ser.

Apesar de 133 anos de abolição da escravidão no Brasil, os indicadores revelam uma sociedade profundamente desigual e marcada por privilégios. A exclusão do/a negro/a no mercado de trabalho no Brasil se deu em razão de preconceitos raciais. A luta antirracista passa pela desconstrução de mitos, a exemplo da democracia racial. O não agir contra é agir a favor. Por muito tempo acreditou-se que o racismo surgiu porque haviam raças diferentes, e umas se sobrepuseram as outras porque eram consideradas superiores.

Sabemos que isso não é verdade. Biologicamente não existem raças. O racismo é essa criação social para justificar a exploração, a dominação e a opressão. Todavia, o racismo no Brasil nasce com a colonização, ou seja, o branco europeu que vem para o Brasil, buscando explorar nossas terras, com isso ele cria um discurso da superioridade branca para explorar os negros africanos e para dizimar os povos indígenas.

Eles dizem que os índios não são humanos que eles são selvagens e por isso exterminam os índios brasileiros ou nativos. O mesmo aconteceu com os/as negros/as para explorar a mão-de-obra sem pagar por ela, dessa forma o branco diz, olha o/a negro/a é sub humano/a. Obviamente, como ele iria explorar seu semelhante sem ser visto como um ser desprezível? Justamente, dizendo que os negros e as negras não são humanos, então esse discurso serve para legitimar a exploração e passamos séculos reforçando-o. (GUIMARÃES, 1999).

Criamos símbolos que reforçam estereótipos de selvageria, de violência, de inferioridade e, de negação. E esses símbolos são reforçados com palavras, com expressões, como denegrir, preto de alma branca, como lista negra, mercado negro, inveja branca, cabelo ruim e muitas outras ignoradas. Com os símbolos, com a literatura, com o cinema, com as piadas. Piadas não são coisas poucas e nem muito menos são inocentes, piadas reforçam os preconceitos. Associar o cabelo de alguém a uma bucha de aço, reforça uma ideia de inadequação, de inferioridade.

Vejamos, que nem na maior cidade negra fora da África com mais de 80% da população negra, segundo o IBGE, ainda não nos livramos desses artifícios racistas. O racismo adocece, o racismo nos enfraquece como sociedade, nos diminui a todos negros/as, brancos/as, como seres humanos. Portanto, alimentar o racismo faz com que continuamos a ser tão vergonhosos, quanto aqueles brancos europeus que escravizaram nossas irmãs e nossos irmãos negros. (Ibid.1999).

A República brasileira se faz cheia de noções de desigualdade racial dadas pelo escravismo há uma tensão política que faz com que a abolição aconteça. Mas ela vem preenchida por vícios e por um projeto que exclui parte da população da cidadania. Há muita gente querendo que a escravidão acabe. Mas mesmo entre essas pessoas, há muitos que trabalham para fazer com que essa mudança aconteça sem que para isso desmonte um edifício social desigual. Não é brincadeira, a colonização afetou diretamente a estrutura social e histórica desta população, e que pensemos sobre o que possamos refletir e desconstruir sobre isso. Para que possamos levar de fato o racismo a sério.

O Estado e o mercado estão historicamente de mãos dadas. Quando isso não acontece, quando o Estado cria políticas de outras naturezas foi porque houveram disputas e mobilizações. Ao longo dos anos houve avanços e conquistas de direitos, mas não foram concedidas, foram conquistadas depois de muitas lutas e disputas envolvendo os movimentos sociais. As leis 10.639/2003⁴ e 11.645/2008⁵ precisam ser atendidas. A população negra ainda precisa de algumas políticas afirmativas para que ocupe alguns espaços que foi impedida de acessar ao longo da história desse país. Ser negro/a no Brasil é ter uma renda abaixo da necessária para uma vida digna.

Sendo assim, o aumento da igualdade de oportunidades educacionais tem resultado em taxas de sucesso. E além da família, o recurso social relevante para definir essas taxas de sucesso é o funcionamento da instituição escolar. A escolaridade e seus efeitos sobre as identidades num contexto de intensificação acelerada das trocas internacionais promovem modificações importantes nos recursos materiais, e semióticos necessários às formas de inserção social valorizadas pelos diferentes grupos sociais.

⁴ BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm> Acesso em: 14 set. 2020.

⁵ BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm> Acesso em: 14 set. 2020.

Para uma sociedade como a brasileira fundada no binômio genocídio/esquecimento, sociedade esta construída sobre os escombros do genocídio indígena e negro. Os cursos de pós-graduação que cresceram tanto nos últimos anos no Brasil podem estar em crise, mas eles continuam responsáveis pela existência de grande parte da produção de análises críticas. A bibliografia sobre educação no Brasil é certamente uma das mais ricas no mundo.

Este trabalho toca em pontos centrais da Educação do Campo no Brasil de hoje e seus ensaios pelo próprio caráter “incompleto” de que se revestem, servem de poderoso estímulo para todos aqueles interessados em conhecer nossa realidade educacional e propor alternativas concretas visando sua democratização. Destina-se a contribuir com o debate e a compreensão dos mecanismos e implicações que caracterizado as intervenções do Estado e as ações da sociedade civil para a educação dos povos do campo.

O ensino superior brasileiro passou por uma intensa redemocratização, a partir de 2005, com a interiorização das universidades públicas, e as políticas para a ampliação do acesso, o que gerou possibilidades de inserção das camadas populares no ensino superior. No Recôncavo da Bahia, essa realidade foi possível pela criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que busca o acesso das minorias sociais/raciais, um diálogo da universidade com a comunidade.

O homem e a mulher do campo são associados à escravidão. O trabalho demonstra compromisso com suas origens, sendo que a trajetória de êxito acadêmico representa a articulação de conceitos e defesa de políticas de ações afirmativas. Trajetória de origem popular constituem descolonização da instituição. A capacidade degenerativa da pesquisa implicada em raça, e gênero, cumpre um papel emancipatório extremamente relevante na formação acadêmica das gerações de estudantes negros/as no ensino superior.

A ampliação do acesso e permanência da população do campo à educação superior, por meio de políticas estáveis é tido como um caminho possível e exitoso. Pois desde o incentivo de fomento à pesquisa e a produção acadêmica sobre a temática nas universidades brasileiras, nos possibilitou o entendimento intelectual cuja trajetória pessoal e acadêmica é toda dedicada à estudos com ênfase na transformação social e defesa da igualdade.

Tomando como recurso metodológico a biografização-histórias de vida dos sujeitos/as que vivem no território rural que este trabalho procurou versar. Desenvolver uma leitura interpretativa dos materiais biográficos, tendendo a ultrapassar a oposição entre vivido e linguagem, entre sujeito e objeto, entre individual e social que buscamos nos ancorar. Ele instaura um procedimento que tenta reconstituir por meio da análise das estruturas textuais, a maneira como os locutores constroem as relações de ações, de acontecimentos de experiências

de sua vida para fazer delas figuras, que por sua vez irão permitir integrar elementos novos num processo jamais acabado de sintetização de experiência.

A investigação assume um caráter multirreferencial e ao mesmo tempo implicada com a identidade social, cenário investigado, história de vida e construção do pesquisador. Tendo a etnopesquisa crítica e a etnopesquisa-formação como perspectivas metodológicas centrais. Faz-se necessário pontuar que, como em qualquer opção por um recurso metodológico em etnopesquisa, é a situação de pesquisa, a temática, a problemática, e o objeto que irá orientar a utilização de qualquer técnica. Admite-se assim, que fazer ciência é uma aventura pensada com responsabilidade ética. Neste sentido, Roberto Sidnei Macedo (2000), propõe pensar a prática científica de forma implicada, visando uma ruptura com os cânones da pesquisa convencional ou positivista, machista, racista, e etc.

Portanto, “é difícil a qualquer ser humano dar as costas à própria biografia, às suas experiências de vida e às consequências delas para a formação do que o constitui como indivíduo, “aquilo que o torna o que é”” (JESUS, 2010, p. 24). O currículo é a intenção presente no texto e a atuação que presentifica, atualiza tal intenção. Uma vez que o currículo é uma construção social complexa e interessada e, portanto, não é neutro. O currículo mais que uma questão cognitiva, de construção do conhecimento, no sentido psicológico, e a construção de nós mesmos como sujeitos sócio históricos.

A História Oral assume um projeto utópico de democratização da história contra a instituição, a civilização, o progresso, a cidadania enquanto produto de uma racionalidade social e histórica. “Propõe-se a devolver a palavra ao povo, ao rural, ao primitivo. História quente, militante, história dos excluídos, em que o oral se opõe ao escrito como a natureza à cultura, o vivenciado ao concebido, o verdadeiro ao artificial” (Macedo, 2000, p.173).

Com efeito, para além dos desafios do acesso ao ensino superior, apresenta-se a importância das ações de permanência para efetivar a integração desse segmento estudantil aos demais aspectos relevantes da vida acadêmica, superando a mera inclusão quantitativa. Afinal, não é suficiente apenas obter acesso ao ambiente universitário para que se dê uma situação de êxito acadêmico, pois imediatamente após o acesso, surge a necessidade de adoção de um conjunto de ações que culminará numa dita formação de êxito.

A pesquisa tem o objetivo de analisar as experiências de permanência de jovens estudantes de origem popular-rural na UFRB, e a construção do êxito acadêmico. Além de buscar uma compreensão das principais razões para a ocorrência do acesso e permanência no ensino superior público em contraste com a representação ínfima da origem social deste público

alvo no contexto da UFRB, bem como entender as motivações de suas perspectivas estudantis, e compreensão de suas experiências.

Esta proposta enfoca percursos para o ingresso no ensino superior, às experiências, os desafios enfrentados na permanência, e as estratégias para a construção do êxito acadêmico, a partir das vivências dos/as estudantes pertencentes às comunidades rurais e/ou do campo. É sobre esse momento de entrada, sobre os processos de afiliação da universidade abordados, sobre as condições de acesso e permanência oferecidas pelas instituições de ensino, e como os/as estudantes percebem o espaço em que estão adentrando/adentrarão, que este trabalho procura refletir.

Porém, após o acesso outro grande problema impacta diretamente: a permanência/sucesso⁶, que vem contrariar muitas vezes a conclusão com êxito da graduação. É ainda necessário refletir sobre essas mudanças, e sobre como especificamente a UFRB dialoga com as políticas de permanência para camadas específicas da população brasileira, que se tornam estudantes universitários, a exemplo dos/as estudantes oriundos da zona rural. Fazer uma chamada para despertar o interesse pela continuidade dos estudos através do ingresso na universidade. O objetivo deste trabalho é fazer com que a presença de estudantes oriundos do contexto do campo aumente significativamente na UFRB.

A presente pesquisa está fundamentada na perspectiva fenomenológica que visa compreender o significado que os acontecimentos e as interações têm para os protagonistas sociais, bem como analisa as experiências e desafios enfrentados e as suas estratégias para a construção do êxito acadêmico de estudantes oriundos do campo. Portanto, espera-se que o projeto possa contribuir na democratização do acesso ao ensino superior de sujeitos historicamente excluídos das políticas educacionais, em especial do ensino superior, e na construção de uma relação institucional entre a UFRB com as estruturas de Ensino Médio.

Caracteriza-se como uma ação implicada com a democratização do acesso de jovens e adultos do Ensino Médio da Rede Pública às Universidades, como forma de inclusão de sujeitos historicamente excluídos da Educação Superior, especialmente de mulheres, negros/as, agricultores/as familiares, e de povos tradicionais, povos indígenas, quilombolas e pescadores/as artesanais.

⁶ Talvez seja mais correto designar a área do acesso como acesso/permanência/sucesso, uma vez que está em pauta, é garantir, não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso dos estudantes oriundos de classes ou grupos sociais discriminados (SANTOS, 2011, p.69).

Constitui-se em uma ação voltada para o fortalecimento da política de acesso à Educação superior, política de inclusão socioeducacional no Estado da Bahia, bem como mensura a política pública de educação. Esta articulação busca a democratização do acesso ao ensino superior, visando uma educação inclusiva e contextualizada.

OBJETIVO GERAL

- Elaboração de um vídeo-documentário com depoimentos de estudantes da zona rural e egressos com a finalidade de ampliar a disponibilidade de meios pedagógicos que visem a ampliar os mecanismos de inserção no ensino superior das populações jovens, moradoras das zonas rurais, estudantes da escola pública, negros e negras, oriundos de famílias de trabalhadores/as da terra, de populações quilombolas, ribeirinhas e congêneres.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar o perfil dos estudantes do campo no ensino superior em cidades do Recôncavo da Bahia e a relação com as políticas e práticas pedagógicas de promoção do acesso ao ensino superior, realizadas nas escolas públicas, durante as series finais da educação fundamental e ensino médio.

- Investigar as práticas de promoção do acesso ao ensino superior, realizadas pelas universidades públicas e escolas da educação públicas, nos anos finais do Ensino fundamental e do Ensino médio na zona rural/campo.com foco nas populações situadas nas zonas rurais dos municípios brasileiros, tendo como recorte as questões étnicorraciais e de gênero.

- Mapear os projetos de vida e formação dos/as jovens estudantes do campo, no que concerne à continuidade dos estudos, a inserção criativa no contexto da vida social, a partir das vivências escolares, do reconhecimento de suas biografias e trajetórias de vida e formação, assim como, com a articulação com o contexto de vida de suas famílias e comunidades.

- Promover articulação da universidade com a educação básica de modo a estimular os/as estudantes à continuidade nos estudos, minimizando os indicadores de evasão escolar.

- Valorização da autoestima, da consciência crítica, criativa e participativa dos/as estudantes, visando fortalecimento da Política de Acesso ao Ensino Superior.

- Contribuir com a preparação de estudantes da Educação Básica da Rede Pública para o ENEM e vestibulares, em uma ação voltada para o fortalecimento e a democratização da política de acesso ao Ensino Superior.

Estas ações constituem-se como “um meio de formar profissionais cidadãos capacitados a responder, antecipar e criar respostas às necessidades da sociedade. Concepção dialógica e com vistas à transformação social. A contextualização do ensino como potencializadora da produção de conhecimentos e o trabalho como princípio educativo são aspectos norteadores desse estudo.

Em março de 2020, instalou-se a pandemia, e com o passar dos dias, seus reflexos sobre a vivência cotidiana de cada um de nós. No final de 2020, dois acontecimentos demarcaram uma nova etapa da pandemia: o anúncio de vacinas eficazes e o surgimento de variantes do vírus SARS-CoV-2, o que dificultou o andamento da pesquisa de campo, impediu meu contato com os/as participantes da pesquisa e exigiu uma mudança na estratégia de continuidade dela, em especial no que se refere à composição do produto final, que passou a ser articulado de modo remoto com os/as participantes, considerando as impossibilidades dos estudantes da zona rural que regressaram para suas comunidades de origem, durante esse ano de pandemia.

Haja vista, o fenômeno já conhecido, de que os prejuízos causados pela pandemia à longo prazo, bem como as restrições sociais decorrentes, onde todos foram orientados a permanecerem em isolamento, impossibilitou qualquer atividade de pesquisa que demandasse coleta de dados ou outro tipo de trabalho que não fosse possível ser executado em home office, instituições suspenderam suas atividades, impossibilitando a realização dos estudos in loco, obrigando a reestruturação do projeto e demandando mais tempo devido a pandemia, o que de certa maneira impactou no andamento e na velocidade da pesquisa.

Completa-se cerca de pouco mais de um ano que o primeiro caso de COVID-19 foi detectado no território nacional. O avanço da pandemia a fez aproximar-se cada vez mais da vivência cotidiana de cada um de nós. Uma multidão de profissionais de saúde, artistas, intelectuais, professores, celebridades, que muitas vezes admirávamos ou amávamos, ou, sobretudo, trabalhadores e pessoas do povo, queridas por seus próximos e importantes em suas comunidades, que tiveram suas vidas ceifadas. É preciso ainda reconhecer que a pandemia tem atingido mais duramente as parcelas da população em situação de vulnerabilidade social como os negros, quilombolas, indígenas, e moradores de periferia.

No Brasil, em janeiro de 2021, a Anvisa aprovou o uso das duas primeiras vacinas em termos de balanço. Contudo, a incapacidade do Governo Federal de assegurar a compra de vacinas e estabelecer um plano concreto de vacinação da população brasileira resultou em um

processo moroso de aplicação da primeira dose em um contingente ainda muito restrito de pessoas. No nosso país, assistimos ao surgimento de novas ondas da pandemia, que mostraram sua face mais feroz em janeiro. Assistimos consternados o caos pelo aumento acelerado da ocorrência de casos graves que evoluem para o óbito por falta de assistência adequada.

Tais dificuldades perpassam as condições estruturais e materiais, trazendo problemas, inclusive, de ordem psíquica. No entanto, mesmo diante do quadro adverso que enfrentamos diante das dificuldades impetradas por esses impedimentos, o país e o mundo atravessam atualmente, uma grave crise sanitária. A pesquisa sofreu um impacto no seu desenvolvimento a partir do início da pandemia, exatamente quando prevista a realização do vídeo documentário, produto previsto para o estudo.

Ademais, houve impacto direto também na dinâmica de vida do pesquisador, com retorno para a zona rural, de sua origem e residência familiar, o que acarretou dificuldades não previstas. Em face do exposto, o cronograma de realização se adequou aos limites máximos previstos pelo Programa de vinculação, de modo a não acarretar prejuízos à qualidade da pesquisa e dos produtos (relatório de pesquisa e vídeo documentário sobre acesso ao ensino superior da juventude do campo) dela decorrente.

Com a necessidade de distanciamento social imposta pela conjuntura de pandemia por Covid 19, a utilização de recursos de comunicação e trabalho remoto tornou-se imperativa. E, para uma parcela significativa do público que pretende ingressar no ensino superior oriundo das escolas públicas, a interrupção das aulas presenciais representa um prejuízo significativo nesta fase decisiva e evidencia a dimensão inclusiva e transformadora que ressignifica seu modo de fazer para cumprimento de seu compromisso social na formação de milhares de baianos e baianas para o acesso à universidade.

A busca por ações integradas que minimizem as variadas consequências da crise gerada por este momento e que promovam a integração e colaborem para elevação da autoestima dos/as sujeitos/as se fazem necessárias, visto que o ingresso no ensino superior é um momento relevante para a maioria dos/as jovens. Obter a aprovação em uma universidade pública é uma grande realização, sobretudo para jovens de origem popular.

Entrar na universidade para mim foi a realização de um sonho, um sonho cuja realização parecia estar muito distante, foi um momento de extrema felicidade e estar sendo uma mudança significativa na minha vida... (Entrevistado/a – 3)

O ato de estudar penso que envolve desde a necessidade, através do estudo melhorar de vida, sobretudo para a gente que vem de uma difícil, de uma vida difícil no campo, e, portanto, conseguir um bom emprego, também envolve a identificação e o gosto de aprender como essencial né? As questões que a vida nos provoca, mas para mim o

ato de estudar é sobretudo político né? Estudo porque preciso compreender o mundo e me entender nesse mundo, saber qual é o meu lugar na sociedade, como eu posso ser através da educação agente de transformação social e também de construção da história. (Entrevistado/a – 5)

O acesso ao estudo é a chave do desenvolvimento do país. A garantia de acesso e permanência ao ensino superior significa que todos os cidadãos têm o direito de ingressar nas universidades, sem distinção de qualquer natureza, não podendo ser impedida a permanência de quem teve acesso. As políticas de permanência são uma garantia para a continuidade e permanência dos estudantes de camadas populares no ensino superior.

Tendo em vista que uma linguagem culta e erudita, utilizada por um grupo de pessoas de elite, pertencentes à camada mais favorecida e escolarizada da população expressa uma ausência antagonica. Em virtude da defesa da ciência ao serviço do bem comum, é indicativo de democratização o direito que têm os jovens de participarem da cultura. Assim como, orientar os/as estudantes para a escolha profissional adequada, as possibilidades e aspirações individuais no mundo do trabalho, bem como estimulá-los a continuidades nos estudos, minimizando os indicadores de evasão escolar mostram-se fundamentais neste cenário.

Diante do exposto, à essa altura demonstra-se avanços significativos na elaboração teórica, e nas possibilidades dos resultados de estudo, bem como domínio da literatura, e segurança na produção epistemológica. Todavia, o estudo de um estudante egresso da zona rural, cujo objetivo de estudo tem foco no empoderamento de outros jovens, na continuidade dos estudos, figura como uma política de emancipação pela via da educação no contexto vivenciado. A partir das vivências dos/as estudantes pertencentes às comunidades rurais e/ou do campo, obtemos informações sobre a sua relação com os desafios enfrentados na permanência, e as estratégias para a construção do êxito acadêmico no ensino superior.

CAPÍTULO 1. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA: CONTEXTOS DE PARTICIPAÇÃO

[...] Aquilo que é bom para todos, não necessariamente é bom para cada um.
(Rita Dias)

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) é fruto de uma política de expansão e estruturação das universidades federais. Configura-se uma instituição socialmente referenciada, plural e inclusiva. Seus impactos podem ser avaliados em várias dimensões como por exemplo, na dinamização da economia regional, na inclusão social de segmentos populacionais historicamente excluídos do acesso ao ensino superior, como o povo pobre, preto e camponês. E ainda na qualificação em diversas áreas do conhecimento culminando na capacitação profissional.

A UFRB é uma universidade pública brasileira sediada em Cruz das Almas na Bahia. Fundada em 2005, está presente em sete cidades - Cruz das Almas, Cachoeira, São Félix, Santo Antônio de Jesus, Amargosa, Santo Amaro e Feira de Santana - por meio de sete Centros de Ensino. A UFRB oferece 64 cursos de graduação, 11 especializações, 02 residências, 17 mestrados e 02 doutorados, bem como experiências variadas em pesquisa e extensão universitária. Para ingressar na UFRB como estudante, você deve utilizar a sua nota do ENEM através da inscrição no SISU.

Desde de sua criação tem a política de cotas para a graduação como um princípio fundamental. Em 2018 adotou cotas raciais na pós-graduação. Uma instituição que se fortalece com sua trajetória de vida e formação. Nos mostra sua cara preta no seu melhor estilo. Formando intelectuais negros/as consistentes, coerentes, pujantes e de contribuições relevantes. Uma inauguração que tem cor, onde a grande maioria dos/as estudantes cerca de 81,8% são autodeclarados/as negros/as.⁷ Instalada em uma região de grande significado histórico e cultural para o Brasil, a UFRB é uma expressão de conhecimento para esse lugar, tendo como ideais a inclusão social e a excelência acadêmica, compreendendo o saber como um instrumento de promoção de igualdade e fortalecimento do povo e da sociedade.

⁷ Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/portal/noticias/6230-ufrb-completa-16-anos-em-2021-confira-infografico-com-numeros-da-instituicao>> Acesso em: 30 jul. 2021.

Sou muito grata a UFRB e a tudo que ela me proporcionou, pude agora terminando meu curso... estou muito animada para poder né? Trabalhar na minha área e dar aulas e ter uma realidade diferente que meus pais tiveram... Ser agricultor é um trabalho digno como qualquer profissão e essencial, mas eu pude né? Tive a oportunidade de explorar outras possibilidades, de desenvolver meu potencial na academia e é o que eu desejo para outros jovens que moram na zona rural que eles tenham além de poder escolher entre ficar na agricultura, que tenha a oportunidade de escolher outras alternativas e uma delas é a realizar o sonho de entrar na universidade, e para isso precisamos de política e uma educação básica que seja forte. (Entrevistado/a – 2)

A UFRB é fruto das Políticas Afirmativas no Brasil, emerge da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e corresponde à primeira universidade federal do interior da Bahia, a primeira universidade do país a ter uma Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), a primeira universidade a aplicar, integralmente, a Lei de Cotas em 2012. A UFRB aprovou, recentemente, a reserva de vagas na Pós-graduação e destaca-se no cenário nacional por sua política de inclusão social. Ao tempo em que tem buscado instituir atividades acadêmicas e sociais que visam contribuir para a promoção de ações, programas e políticas pró-igualdade racial e inclusão social no Recôncavo, todas direcionadas a promoção efetiva da equidade e a permanência qualificada.

Eu defendo demais as políticas afirmativas dentro da universidade né? Porque é a partir disso que jovens como eu, como eu era, época conseguem entrar numa universidade não só entrar como se manter lá dentro. Tem a dificuldade de entrar sim de fazer toda uma prova (ENEM), mas é difícil também jovens da zona rural se manterem lá dentro, uma vez que a maior parte da renda vem da agricultura familiar para os pequenos agricultores e é difícil bancar os custos da universidade, para nós os filhos, então foi um fator essencial ter conseguido o auxílio, que me ajudou a me manter lá dentro, dentro da universidade até agora, até o presente momento que é quando estou no finalzinho do meu curso. (Entrevistado/a – 1)

O fator financeiro, ainda pesava para a gente para minha família e tal, aí eu consegui um auxílio, o auxílio transporte através do programa de permanência qualificada disponibilizado pela PROPAAE e consegui aí né? Não me preocupar tanto com o fator financeiro né? (Entrevistado/a – 1)

Objetiva ainda elaborar estratégias para a promoção do desenvolvimento do Recôncavo da Bahia, bem como reduzir as desigualdades nas mais variadas dimensões. Pretende-se possibilitar à sociedade, em geral, reflexões acerca da importância das ações afirmativas para a consolidação da equidade e da justiça social. Esta Universidade nasceu de uma política pública de interiorização do ensino superior no Brasil, e se materializou no Território do Recôncavo como resultado dos sonhos, da organização e das reivindicações dos povos desse lugar.

Muitos não acreditavam que isso seria possível. Afinal, implantar uma universidade pública neste lugar que é considerado o berço do Brasil, significou um marco histórico no

reconhecimento da importância e das potencialidades desse Território, bem como dos demais aonde a UFRB se instalou com uma estrutura multicampi. Pois bem, aqui estamos nós. A UFRB tem hoje dezesseis anos graças ao esforço, a disposição e competência de toda a comunidade acadêmica, e do apoio da sociedade e dos poderes públicos.

Nossa instituição é inclusiva, aberta e de qualidade. Desenvolve conhecimentos científicos e tecnológicos, artísticos e culturais formando pessoas, criativas. Afirmamos por aqui a ideia de que temos os pés no Recôncavo e a cabeça no Mundo, ao promovermos o diálogo entre o local e o universal, buscando desenvolver um pensamento mais contemporâneo, libertário e colaborativo. Muitos foram os desafios enfrentados, os que estão postos hoje e os que virão. Porém, é o que nos estimula na construção diária. Conforme, temos uma base para seguirmos um caminho.

Na UFRB a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis foi criada com o propósito de articular, formular e implementar políticas e práticas de democratização relativas ao ingresso, permanência e pós-permanência estudantil no ensino superior de forma dialógica e articulada com os vários segmentos contemplados por estas políticas. Possui a missão de assegurar a execução de Políticas Afirmativas e Estudantis na UFRB, garantindo à comunidade acadêmica condições básicas para o desenvolvimento de suas potencialidades, visando a inserção cidadã, cooperativa, propositiva e solidária nos âmbitos cultural, político e econômico da sociedade e o desenvolvimento regional.



Figura 3 - Foto 5 - Sede da PROPAAE, localizada na cidade Cruz das Almas-BA. (fev. 2021). Fotos Site da IES.

O Programa de Permanência Qualificada – PPQ é composto por diferentes ações de atenção às demandas acadêmicas, entre elas as Modalidades de bolsas disponíveis: Bolsas de Auxílio à Moradia/ à Alimentação/Bolsas Pecuniárias associadas a projetos vinculados à Extensão, Pesquisa e Graduação e serviços (acompanhamento psicossocial, pedagógico) e assistência a demandas específicas.

Modalidades de Auxílio - O auxílio à permanência – **projetos institucionais UFRB/PROPAAE** refere-se ao repasse pecuniário mensal no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), com duração de um ano, renovável anualmente.

Auxílio à Moradia - O auxílio à permanência – **moradia** refere-se a uma vaga na unidade de residência universitária, até a duração média do curso de graduação.

Auxílio Pecuniário à Moradia - O auxílio à permanência – **pecuniário à moradia**, refere-se ao repasse pecuniário mensal no valor de R\$ 350,00 (trezentos reais), com duração de um ano, renovável anualmente, até o tempo médio de duração do curso de graduação.

Auxílio Deslocamento - O auxílio à permanência – **deslocamento**, refere-se ao repasse pecuniário mensal no valor de R\$ 230,00 (duzentos reais), com duração de um ano, renovável anualmente, até o tempo regular de duração do curso.

Auxílio à Alimentação - O auxílio à **alimentação** (desjejum/almoço) refere-se ao acesso diário ao restaurante universitário – Campus de Cruz das Almas, com duração equivalente à duração regular do curso em que o/a estudante estiver matriculado à época da concessão do auxílio.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia nasce numa região que carrega uma rica história de encontros, contradições e trocas culturais. A UFRB faz parte e se reconhece como parte dessa história, pois é fruto das aspirações e da mobilização das comunidades locais. Daí que ela também é herdeira das tradições culturais de luta do povo do Recôncavo. Mas, como lugar de encontro e de diversidade, o Recôncavo sempre foi terreno fértil para a invenção e reinvenção. Não por acaso um dos compromissos fundadores desta instituição pública é com a invenção de outra perspectiva de desenvolvimento que promova a melhoria da vida das pessoas e o exercício pleno de suas capacidades humanas.

Quando entrei na universidade foi uma alegria que só. Meu irmão foi o principal motivador para mim. Estudar para mim... acho que é uma forma da gente crescer e amadurecer, aprender acho.... que através da educação dos estudos que a gente pode sair né de um lugar passivo e se tornar cidadãos ativos na construção do nosso país, na construção do conhecimento. A universidade não transformou só a minha vida, mas muitos estudantes é... que saíram da... principalmente quem sai da zona rural com toda a dificuldade que é tem poucas oportunidades de estudo, então muitos de nós agarramos essa oportunidade que tivemos com a vinda universidade em ir para uma cidade próxima a nossa para poder estudar e mudar né? Mudar a vida não só a nossa, mas a vida da nossa família. Incentivar os nossos vizinhos, os nossos amigos eu já tenho vizinhos que concluíram também cursos através do nosso incentivo então... a gente acabou não só ajudando a família da gente, mas também amigos e vizinhos da comunidade onde moramos incentivando a estudar também. (Entrevistado/a – 3)

A UFRB é uma universidade que representa uma das, se não a maior ação de reparação histórica para as populações negras do Recôncavo baiano, enquanto agente de transformação social. Sem sombra de dúvida um marco histórico na Bahia e no Brasil, além de ser um projeto que defendo e acredito com muito afinco. Até porque, a UFRB teve um papel importante na minha autoconfiança, no meu fortalecimento durante o processo formativo que me constitui. Muito a celebrar, mas também muito para o que lutar, para garantia da universidade que ela continue cumprindo seu papel transformador na região do Recôncavo e para as populações que lá residem.

Criada pela lei de 11.151 de 29 de julho de 2005, com a vinculação de 900 professores e, ofertando atualmente 32 cursos de pós-graduação. Estes dados atestam que a UFRB pode ser considerada a maior política pública desenvolvida nesta região ao longo da história. A forma como foi construída a sociedade brasileira renegou à população negra os piores serviços do ponto de vista da escolarização.

Explicado de modo a entender que nós que não éramos capazes de acessar os esforços de ascensão, seja de política, econômica e cultural. A escravização no Brasil ela não acaba com nenhuma política pública e inserção da população negra no mercado de trabalho. A mesma foi entregue à própria sorte e ainda sendo culpabilizada pela sua miséria. A universidade é uma possibilidade efetiva de mobilidade social. É uma possibilidade real de mudança de vida. A permanência na universidade não é individual, para as famílias negras que ingressam na universidade, essa permanência é coletiva, é uma mudança significativa.

Eu acho que o acesso à universidade, ao ensino superior é uma oportunidade única e incrível que promove a transformação não só a nível intelectual do jovem, mas também a nível social, permitindo a ele o acesso ao conhecimento e inúmeras oportunidades de vivenciar novas experiências e entender o funcionamento político e social do mundo moderno, ou seja, bem mais do que formar um profissional capacitado, a universidade forma um cidadão melhor, ou pelo menos ela busca formar, que consiga entender a convivência social... (Entrevistado/a – 4)

Evidentemente que ninguém do empregado considerado subalterno vai querer a continuação de seu filho, obviamente buscará a sua constante melhoria. O problema do racismo é tentar sempre nos colocar na falta de opção. Nós precisamos no formar, pois nossos passos veem de longe, estar em determinado espaço não é mérito somente meu, tem toda uma construção de pessoas que brigaram por política afirmativa equânime e que nos constituíram.

Só a educação traz a verdadeira libertação segundo Dyane Brito (2009). No Brasil segundo a autora, cota e ação afirmativa é quase que um sinônimo. Alguns aspectos necessários para a emancipação consciente: protagonismo do/a jovem negro/a, engajamento político pela via da educação, não queremos apenas entrar, queremos discutir com objetividade o poder, bem como a existência da possibilidade de ingresso. Havia segundo a autora a questão da síndrome do impostor, colaborando significativamente para a tentativa de desqualificar a política de cotas, por exemplo, uma vez que a permanência é a possibilidade entrar e existir dentro da universidade.

Foi possível constatar 84.717 novos matriculados por cotas nas universidades em 2016. (censo da educação superior⁸). Tendo em vista, que 30% das famílias brasileiras não tem acesso à internet. Nosso papel é combater o desencantamento pela educação. A massificação da interiorização faz com que o indivíduo da roça ingresse no ensino superior progredindo de vida. Desenhar um modelo híbrido é uma tarefa que não fazemos sem a política e sem a história, ou seja, estratégias institucionais para afiliar estes/as estudantes e coletivos organizados não estão dissociados.

Para nós, estudantes negros/as, vindos de famílias da classe trabalhadora, de escolas públicas, nunca foi fácil e continua não sendo. As pessoas que me antecederam foram importantíssimas para a minha reflexão. Apontar um outro caminho que não seja o da exclusão, constitui também uma forma de lutar pelo seu povo, é revolução. Os dados oficiais disponibilizados pelas instituições federais de pesquisa – IBGE, INEP e IPEA⁹ entre outros/as demonstram uma diferença acentuada entre os indicadores educacionais relativos às populações que vivem no campo e as que vivem nas cidades, com clara desvantagem para as primeiras. Insto indica que no decorrer da história, as políticas públicas para essas populações não foram suficientes para garantir uma equidade educacional entre o campo e a cidade.

⁸ Censo da Educação Superior 2016. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.

⁹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada respectivamente.

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) é um órgão responsável pela realização de estudos e pesquisas que tem por objetivo subsidiar o planejamento governamental, realizando estudos, pesquisas, projetos, análises e trabalhos acerca da sociedade baiana. O objetivo é servir de provedor de dados para o Estado, para municípios e para a sociedade. Foi instituída pelo decreto nº 16. 261 de maio de 1995, como Comissão de Planejamento Econômico adquirindo vários outros nomes ao longo dos anos até ser denominada, em 18 de janeiro de 1995 por força da Lei nº 6.812 de Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI.

As regiões economicamente instituídas oficialmente pela SEI, propôs desde a década de 1990, conceber a Bahia com 15 regiões econômicas a saber: Região Metropolitana de Salvador, Litoral Norte, Recôncavo Sul, Litoral Sul, Extremo Sul, Nordeste, Paraguaçu, Sudoeste, Baixo Médio, São Francisco, Piemonte da Diamantina, Irecê, Chapada Diamantina, Serra Geral, Médio São Francisco e o Oeste.

Região Econômica do Recôncavo Sul: Amargosa, Aratuípe, Brejões, Cabaças do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Governador Mangabeira, Itatim, Jaguaripe, Jiquiriçá, Laje, Maragojipe, Milagres, Muniz Ferreira, Muritiba, Mutuípe, Nazaré, Nova Itarana, Salinas das Margaridas, Santa Terezinha, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Miguel das Matas, Sapeaçu, Saubara, Ubaíra e Varzedo.

Dentre os municípios estudados a fim de produzir este material didático, destinamos enfatizar o contexto do campo do município de São Félix-BA e arredores. O Recôncavo baiano caracteriza-se por ser um espaço rico e diversificado em suas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais. Conhecer o Recôncavo em suas múltiplas dimensões é fundamental para entender a sua lógica de organização na atualidade. É um espaço que guarda em suas paisagens importantes acontecimentos de seu passado singular.

Conhecer o Recôncavo e seu passado histórico constitui-se ainda hoje, para muitos um grande desafio embora, haja uma vasta literatura que trata de maneira singular as suas características. Um entrave comum que intensifica esse desconhecimento acerca do Recôncavo, está no fato de o mesmo possuir inúmeras delimitações pelos diferentes órgãos que realizam estudos voltados para essa área. Ao longo dos anos, a expressão Recôncavo baiano possuiu várias conotações, ora representando cidades mais próximas do entorno da Baía, ora representando cidades localizadas mais ao interior ou que se localizam mais distante da tradicional concepção de Recôncavo.

1-1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO: RELAÇÃO COM O ENSINO SUPERIOR PÚBLICO

No paradigma da Educação do Campo, para o qual se pretende migrar, preconiza-se a superação do antagonismo entre a cidade e o campo, que passam a ser vistos como complementares e de igual valor. Ao mesmo tempo, considera-se e respeita-se a existência de tempos e modos diferentes de ser, viver e produzir contrariando a pretensa superioridade do urbano sobre o rural e admitindo variados modelos de organização da educação e da escola.

Esse pensamento tem como orientação, o cumprimento do direito de acesso universal à educação e, a legitimidade dos processos didáticos localmente significados somados à defesa de um projeto de desenvolvimento social e economicamente justo. Somente a partir da Constituição de 1988 foi que a legislação brasileira relativa à educação, passou a contemplar as especificidades das populações identificadas com o campo. Ainda que permaneça a tendência de urbanização da população brasileira dados do IBGE constatarem um expressivo contingente de pessoas que vivem o campo.

Há um movimento de respeito à especificidade da Educação do Campo e à diversidade de seus sujeitos/as. Garantir a vida e a integridade da juventude é pensar em estratégias políticas para preservá-la devem ser objeto de debate público. Os jovens percebem que não só sua força de trabalho e educação, mas também a sua existência é vista como algo de pouco valor. No Brasil do século XXI, os/as jovens negros/as estão mais vulneráveis, pois seus corpos, em tese livres, não são posses de ninguém senão deles próprios. Contudo, enquanto o Estado investe em violência e a sociedade tornar-se abertamente mais intolerante e racista, o desemprego aumenta e os cortes na saúde e na educação avançam.

A consciência de que vivem numa sociedade hostil à sua existência e que minimiza, ou até mesmo ridiculariza, o seu sofrimento, faz com que o fato de ser uma criança e/ou um jovem negro/a no Brasil não seja uma experiência nada fácil. Isso tem deixado nossa juventude doente de tão desamada que se sente pelo Brasil. A educação, no seu sentido amplo, é a principal política de bem-estar para qualquer jovem. É o que vai garantir a felicidade da infância e da juventude.

No caso da juventude negra, promover o acesso à arte, à leitura, à cultura, ao sentimento de que sua existência e o seu potencial intelectual estão sendo valorizados pela sociedade, em que a promoção da paz seja política pública, são as melhores formas de evitar a tristeza e a morte prematura de todas as formas, inclusive o suicídio. Só a educação pode fazer isso, ou seja, esse movimento de resgate. É fundamental o povo negro conhecer a sua história, mas a

história do povo negro no mundo, aqui no Brasil, na Bahia, é, principalmente, uma história de resistência de afirmação da sua identidade.

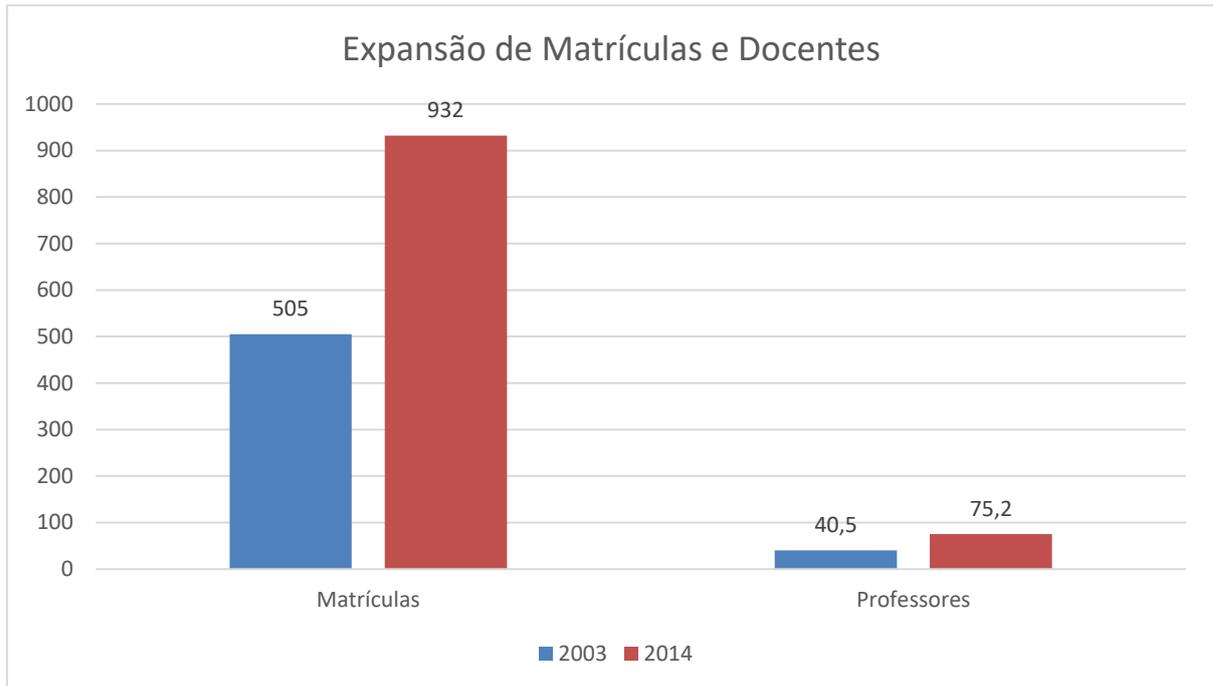
A história do povo negro, principalmente, não é a história da escravidão, da humilhação, apenas ou de todos os dissabores que foram vividos. Um povo que foi escravizado durante quase 400 anos, mas que afirmou a sua identidade, criou esperança, luta, construiu alternativas como foram os quilombos e os projetos de tomadas de poder. Não tem mais como dizer que a história não foi contada. É importante saber que estamos nos apropriando das ferramentas da comunicação para contar nossas histórias. Dito isso, o trabalho representa também o fortalecimento para lutar contra o genocídio.

Os governos do PT transformaram a vida de milhões de brasileiros durante seus 12 anos de mandato. Uma das áreas que recebeu forte atenção e investimento foi a Educação. Entre os anos de 2003 e 2016, foram criadas mais de 500 instituições de ensino em todo o país. Na Bahia, as cidades que receberam Campi Universitários e Institutos Federais foram Alagoinhas, Amargosa, Barra, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Brumado, Camaçari, Cachoeira, Cruz das Almas, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Governador Mangabeira, Ilhéus, Irecê, Itaberaba, Itabuna, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Lauro de Freitas, Luís Eduardo Magalhães, Paulo Afonso, Porto Seguro, Santa Maria da Vitória, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Francisco do Conde, Seabra, Serrinha, Senhor do Bonfim, Simões Filho, Teixeira de Freitas, Ubaitaba, Vitória da Conquista e Xique-Xique.

Os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff revolucionaram a educação no Brasil. Os investimentos não foram poucos e atingiram todas as etapas do ensino. A parceria exitosa entre o então presidente da República e seu ministro da Educação, Fernando Haddad, permitiu que o ensino público avançasse como nunca na história do país. Cresceu o número de jovens que ingressaram no ensino médio na idade certa, aumentou o acesso ao ensino superior, as universidades chegaram ao interior do Brasil e os professores ganharam um piso salarial digno – só para citar algumas das várias conquistas no setor.

No governo Lula, também foi idealizada a Reestruturação e Expansão de Universidades Federais. Processo de expansão sem precedentes na história do Brasil, o Reuni permitiu que a universidade pública chegasse ao interior do país. Em todo o Brasil, graças ao programa, foram criados 173 campi universitários e 18 universidades federais. O número de matrículas duplicou, de 2003 a 2014: de 505 mil para 932 mil. O número de professores universitários da rede federal também aumentou no período, de 40,5 mil para 75,2 mil.

Gráfico 1 – Expansão de Matrículas e Docentes.

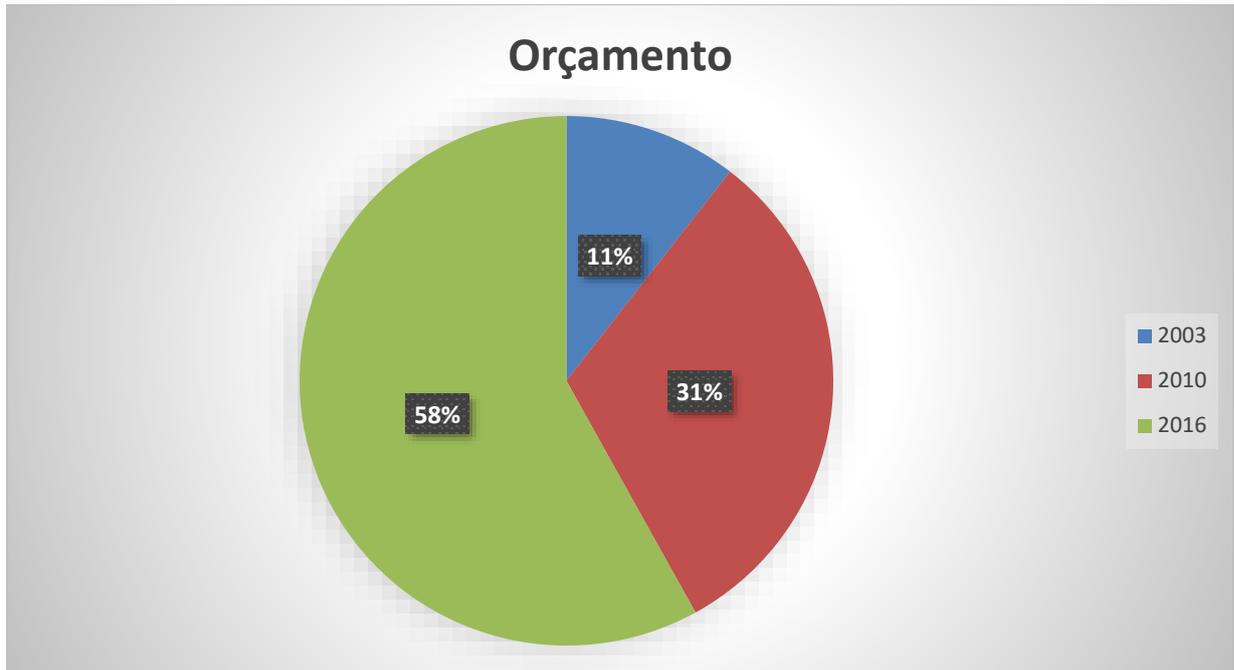


Fonte: Disponível em: <<https://lula.com.br/os-governos-do-pt-fizeram-uma-verdadeira-revolucao-na-educacao-do-brasil/>>. Acesso em: 19 mai. 2021.

Para se ter uma ideia de como a educação foi prioridade no governo Lula, é preciso falar de números. Ou melhor, de verba. O orçamento para a pasta, em 2003, era de R\$ 18,1 bilhões, pulando para R\$ 54,2 bi, em 2010. Um salto de quase três vezes o valor, em oito anos de governo Lula. Se considerarmos até 2016, ano em que Dilma sofreu o golpe, o montante atinge 100 bilhões.¹⁰

¹⁰ Disponível em: <<https://lula.com.br/os-governos-do-pt-fizeram-uma-verdadeira-revolucao-na-educacao-do-brasil/>>. Acesso em: 19 mai. 2021.

Gráfico 2 - Orçamento



Fonte: Disponível em: <<https://lula.com.br/os-governos-do-pt-fizeram-uma-verdadeira-revolucao-na-educacao-do-brasil/>>. Acesso em: 19 mai. 2021.

Há, ainda, um fator que caminha junto com o dinheiro investido no setor, que permitiria romper com o ciclo de pobreza geracional e melhorar o resultado dos programas de educação: o aumento da renda da população mais pobre. Nesse sentido, o Bolsa Família teve papel preponderante. Ao condicionar o recebimento do benefício à frequência das crianças na escola, o programa extrapolou o aspecto da transferência de renda para se tornar um incentivo ao ensino.

Em 2007, Haddad criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para avaliar a qualidade do ensino nas escolas públicas e, assim, desenvolver ações para superar os principais desafios encontrados. Entre 2007 e 2013, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) destinou recurso para mais de 37 mil escolas, priorizando aquelas com Ideb abaixo da meta nacional. No total, o governo federal investiu R\$ 1,4 bilhão para os planos de ação de cada uma dessas escolas.

Também parte do PDE, o Caminho da Escola renovou e ampliou a frota de veículos escolares da rede pública. Para atender o maior número possível de crianças, principalmente aquelas que vivem em lugares distantes, foram disponibilizados 40 mil veículos. O programa também distribuiu bicicletas e lanchas, de acordo com a necessidade de cada região. Com o Mais Escola, outro programa criado pela gestão Haddad/Lula, ampliou-se a jornada de 57 mil escolas públicas para, no mínimo, 7 ou mais horas diárias, um investimento de R\$ 4,5 bilhões.

Além das disciplinas regulares, são oferecidas atividades como acompanhamento pedagógico, educação ambiental, esporte e lazer, direitos humanos em educação, cultura e artes, cultura digital, entre outras. Com Haddad à frente do MEC, também foi criado o PROUNI, o maior programa de concessão de bolsas para o ensino superior do mundo. Até 2015, 2,55 milhões de pessoas tiveram acesso a universidades pagas. E pelo Fies, fundo de financiamento para ensino superior privado já existente, mas reformulado e fortalecido, foram 2,14 milhões os beneficiados.

Segundo, Maria Izabel Azevedo Noronha (2016), a educação foi um dos setores que teve mais avanços no país durante os governos de Lula e Dilma.

Queremos admitir que se tem uma política nesse país, ou um setor no país, que de fato teve avanços substanciais foi a educação. Começou desde a ampliação do ensino fundamental para nove anos, ampliação da escolaridade de zero a 17 anos. O conceito de financiamento foi mudado. (NORONHA, 2016, p.69).

Ainda de acordo a autora:

Não dá para nos omitirmos, não dá pra conversarmos com nossos alunos e deixar de explicar o que significa esse falso impeachment com nome de golpe. Esse impeachment que acontecerá na forma de golpe representará retrocesso para a nação brasileira. (Idem. 2016, p. 77).

As populações rurais deste país padeceram com a falta de políticas públicas que atendessem os seus interesses. Todavia, na acepção de Fábio Josué de Souza Santos (2006), o modelo educacional totalitário, que sob a bandeira de universalismo urbanocêntrico, decalca as identidades de estudantes da roça, bem como nega os seus marcadores identitários. Na área educacional prevalecem sempre o abandono, o que tem obrigado, desde muito tempo, os/as estudantes destas áreas migrarem para a cidade na busca de matrículas que lhes garantam o ingresso ou a continuidade dos estudos. “Tudo gira em torno do urbano e há um silenciamento sobre o rural” (Idem. 2006, p.20). Alimenta-se um imaginário social que deprecia a roça e seu povo segundo o autor.

Desde sempre você desejou sair da roça para estudar? Na realidade... Não desejei desde sempre sair da roça para estudar, se os estudos fossem até a roça seria ótimo né? Por que a gente permanecia na roça, né? Nosso lugar de identidade, nosso lugar de relações, de rede, de relações entre amigos família e etc. a ideia de vir estudar na cidade é porque justamente por isso, por não ter essa preocupação né do estado de pensar, a educação do campo para o campo e no campo. Então somos de qualquer forma obrigados a vir estudar, agora em relação à universidade que é... Eu sempre tive vontade dar continuidade aos meus estudos, no ensino médio, a partir daquele momento eu tinha começado a pensar na... Pensando... Em criar interesse, dar continuidade aos estudos em uma universidade, só não sabia como fazer isso, por que não tinha condições de para uma faculdade. Ééé é... A única expectativa era entrar

numa universidade pública no caso, a UFRB que tinha acabado de ser implantada aqui. (Entrevistado/a – 7)

Na sociabilidade camponesa há uma riqueza de conhecimentos sobre técnicas de plantio, limpa, de colheita, saberes sobre o tempo, sobre o meio ambiente, sobre a utilidade de cada planta caracterizando uma identidade que é construída num processo de interação constante com a terra marcada por uma ética de afeto com a natureza, conforme descreve o referido autor (Id. 2006). Produzem ainda relações sociais específicas marcadas pela solidariedade, pela ajuda mútua configurando-se como uma comunidade.

[...] Bom, o vínculo familiar e da comunidade é fundamental. Porque um detalhe, se... Se eu não morasse é, na zona rural de São Félix e tivesse pessoas conhecidas na cidade São Félix não seria possível mesmo com o auxílio eu estar na universidade. Isso é fato. Eu só consegui vir, me manter com o auxílio PPQ aqui porque eu teria de alguma forma ajuda da comunidade, das pessoas que eu conheço na cidade que poderia de alguma forma me ajudar, é... Sem isso, mesmo com o auxílio eu não estaria aqui na universidade isso é fato. Isso que me motivou vir pra cá a ter universidade aqui em Cachoeira, morar na roça daria pra eu me virar com tudo isso. Então o vínculo da família é fundamental. (Entrevistado/a – 2)

As escolhas do município e mediações do Recôncavo justifica-se por apresentar significativa amostragem no entorno regional. Outro critério é referente a relação com este “conhecimento local” facilitaria contatos que se reverteriam em benefícios proveitosos na realização da pesquisa. A casa e a escola constituem-se em pólos de referências que tensionam, permanentemente a identidade dos/as estudantes.



Figura 1 - Fotos 6 e 7 - Ponto de ônibus localizado na praça, refere-se à identificação da comunidade. (abr. 2021). Fotos do autor em Outeiro Redondo, São Félix- Bahia.

Tendo em vista a construção conceitual e espacial dos territórios negros no Brasil, é socializada a discussão sobre território negro enquanto conceito e os processos urbanos que os constituem. Entre as populações “rurais” dos municípios que compõem o Recôncavo baiano, região historicamente constituída por pequenas propriedades destinadas à agricultura de subsistência, a roça assume a expressão maior de sua identidade.

“No Brasil, a produção sobre a vida econômica e social do mundo rural foi historicamente tematizada em torno da (grande e média) unidade produtiva genericamente chamada fazenda” (GODINHO; SANTOS, 2007, p. 77). No entanto, nem sempre esse termo dava conta da diversidade de situações de propriedade e uso da terra que marcam uma multiplicidade de experiências. A roça é um rural trabalhado em minúsculas propriedades destinada a agricultura de subsistência. A roça é digamos, o paradigma de uma forma de vida

marginal que define as populações rurais empobrecidas no Recôncavo. O processo histórico foi conferindo a roça uma conotação depreciativa.

[...] Pra maioria das pessoas da cidade a pessoa de zona rural tem um biótipo é aquela pessoa matuta, que não sabe falar, que não sabe se vestir, que não sabe se portar diante das outras pessoas. E como a gente vem de uma outra geração e a gente evolui, a gente sabe de tudo isso..., mas quando você fala que você é da zona rural a pessoa se surpreende eu já passei muito isso no meu segundo semestre, no início da minha graduação. Porque a maioria das pessoas da zona rural é vista desse modo, como as pessoas que não sabe se vestir, não sabe falar, não sabe se portar, não sabe nem andar, porque até o modo de andar identifica as pessoas de zona rural. Quando vê alguém mal vestido, que anda de um jeito mais tosco, que não fala direito, aí fala ali é da roça, nem usa o termo, já fala assim, ah ali é da roça, ó como está andando, olha como tá vestido, olha como fala, é a verdade é essa. (Entrevistado/a – 3)

“A historiografia sobre a colonização portuguesa aponta para o fato de que a ocupação e o povoamento do território brasileiro deu-se através do processo de concessão das grandes extensões de terras chamadas de sesmarias, a nobres e fidalgos portugueses” (Ibidem. 2007, p. 79). Haja vista, o acesso à terra também foi possível através do arrendamento, do aforamento da herança e da compra. Assim a roça desde o início tem um caráter pejorativo visto que estava submetida a uma forma de uso marginal da terra. Roça assume um sinônimo de espaço rural. Têm-se assim toda uma vivência com a terra, uma relação simbiótica com esta, em que a enxada e o facão são instrumentos presentes.

A roça enquanto categoria teórica necessária para explicar o cotidiano dos sujeitos de nossa pesquisa. “O rural é marcado por múltiplas ruralidades” (SANTOS, 2006, p.60). O autor explica o conceito de roça enfatizando que inicialmente atribuía-se área de terra destinado ao cultivo.

O processo de ocupação portuguesa do território brasileiro, decorrem então, grande parte, por meio do desenvolvimento de “engenhos” de açúcar no litoral e de fazendas de gado no sertão, cada qual com suas peculiaridades, tanto no que diz respeito à sua função econômica quanto social. A criação sucessiva desses núcleos em diversas áreas resultou na expansão geográfica no sentido da ocupação da terra demográfica, e de crescimento da população. (Idem. 2006, p.63).

A identidade se define na diferença. Desse modo, comparar o rural com o urbano a partir de um olhar urbanocêntrico, foi uma estratégia importante para a negação do rural de sua gente e de sua cultura. Outra estratégia importante nesse sentido, parece ter sido o uso de expressões diversas para denominar os povos da roça de forma pejorativa e estereotipada, tentando distingui-las dos cidadãos. A roça por ser residual possa então a ser considerada como um não lugar.

Sendo assim discutir a concepção de rural e a noção de tempo atribuído ao território urbano configura-se um fenômeno ambivalente. A cidade é tida como um lugar do moderno, de todo modo, constitui-se uma clara oposição entre ruralidade e urbanidade.

Em termos de discurso, o rural não é mais o agrícola, é o campo, uma paisagem rural associada à natureza, à memória de uma sociedade camponesa, um patrimônio a preservar. Cai a lógica produtivista e vem à tona a da qualidade de vida. (LIMA, 2005, p. 45).

A roça origina dos “roçados”, que por sua vez dá lugar a derrubadas das árvores altas e grossas. Para Santos (2006) o processo histórico de ocupação e propriedade da terra se dá basicamente de tal maneira. “Assim, a roça é a pequena propriedade geralmente destinada ao cultivo de variadas lavouras de pequena importância econômica destinada à subsistência” (SANTOS, p. 87).

O termo campo aparece majoritariamente na sociologia rural brasileira e também na economia rural como sinônimo de área rural, deriva daí a utilização dos termos campesino e camponês, na Bahia, entretanto estes são termos pouco utilizados. Para o autor o termo campo é uma expressão genérica.

Também, a nomenclatura zona rural/zona urbana será rejeitada porque a expressão “zona rural”, além de menos frequente na região do Recôncavo Sul, parece insuficiente para traduzir o sentido que a roça carrega, porque muito genérico, uniformizando muitas realidades que nada têm de semelhante. Por isso, neste estudo, considerando o dizer, o falar e o viver das comunidades rurais onde moram os sujeitos pesquisados, estarei utilizando roça, também, com o sentido de substituir a expressão “zona rural”, denotando áreas distantes da cidade. (SANTOS, 2006, p. 91).

Ao definir o termo roça atribui-se um rural específico, um rural retalhado em pequenas ou mesmo minúsculas propriedades, destinadas à agricultura de subsistência, enfatizando as relações de solidariedade que marcam o cotidiano da roça. Propriedade, lugar de trabalho, de labuta, roça, é, digamos, o paradigma de uma forma de vida marginal que define as populações rurais empobrecidas do Recôncavo, excluídas das benesses da modernidade. (SANTOS, 2006, p. 92).

A roça é concebida aqui como uma “ruralidade específica” envolta principalmente na semiótica da terra. A escola da cidade estabelece uma relação de sentidos e significados na constituição da identidade dos/as estudantes da roça, sendo um lugar concebido como contexto de construção de saberes legítimos para a sociedade letrada/científica. O discurso é concebido nesse estudo como uma prática social na qual nos posicionamos, e somos posicionados pelas práticas discursivas.



Figura 2 - Fotos 8 e 9 - Na foto 8, A roça cresce. No detalhe, roças de inhame, tubérculo bastante consumido. (abr. 2021). Na foto 9, a heterogeneidade de plantações é ilustrativa da existência de várias pequenas propriedades (roças) destinadas à agricultura familiar e de subsistência. (abr. 2021). Fotos do autor em Outeiro Redondo/São Félix- Bahia.

As entrevistas realizadas estão marcadas por uma multiplicidade de sentidos. instáveis, diversos, que se imbricam para dar razão às experiências vividas por moradores/as daquela região. A discussão trazida até aqui permite entender roça como uma categoria teórica que se nutre de múltiplos sentidos que se imbricam na caracterização desse lugar. Pode significar tanto a localidade distante da cidade, (assim, parece ser sinônimo de “zona rural”, de “campo” como por exemplo, moro na roça”), como pode ser referido também como sinônimo de propriedade, terreno.

O aluno/a da roça é geralmente um aluno pobre, filho/a de pequenos/as proprietários/as ou de pais ou mães que não possuem propriedade alguma de terra,

mas nela trabalham. Mais que isso é filho da roça porque cresce nas lidas das lavouras, debaixo de dos pés de mandioca, nas “casas de farinha” e pelo meio das roças plantadas ou cuidadas por seus pais/mães. Têm, portanto, toda uma vivência com a terra, uma relação simbiótica com esta e onde a enxada e o facão são instrumentos presentes. (SANTOS, 2006, p. 112)

Nesta relação produz uma riqueza de conhecimentos sobre as técnicas de plantio, de limpa, de colheita, saberes sobre a geografia e o meio ambiente. “O aluno/a da roça, filho/a do homem/mulher que lavra a terra é também um lavrador/a infante, porque de sua lavra na roça é que tira seu sustento” (SANTOS, 2006, p. 112). Por muito tempo a escola do Nordeste ensinou aos estudantes do campo que teriam que abandonar a agricultura para ter oportunidade na vida e que o pessoal da cidade era mais inteligente, falava melhor, tinha vida melhor pelo fato de viverem na cidade.

Os estudos culturais estão preocupados com a relação profunda entre cultura, conhecimento e poder. Neste sentido, o conceito de hibridismo cultural oferecido pelo autor parece ser pertinente para traduzir esta identidade que ali vai se formando: nem o eu, nem o outro, uma ruralidade “pura” tradicional, nem o urbano pós-moderno, mas algo diferente produzido em constantes jogos de negociação intersubjetiva o que se dão cotidianamente naquele espaço.

[...] A prática do trabalho no campo é uma das formas de sobrevivência né? Para quem é pobre e ainda mora no campo o desafio é dobrado né? E pra estudar mais ainda né? Por que tem que conciliar trabalho com estudo, é... Muito difícil na realidade, extremamente muito difícil.... Muitos, muitos dos meus irmãos e amigos, não conseguiram dar continuidade... (Entrevistado/a – 1)

Características culturais do meio rural: relação simbiótica com a natureza, conhecimento transmitido de geração para geração, exploração da natureza para garantir sua sobrevivência, morada e ocupação do território por várias gerações, importância das atividades de subsistência, reduzida acumulação de capital, importância dada à comunidade familiar. É importante colocar que o aparecimento das reivindicações com base na diferença traz à tona uma reflexão em disputa, muitas vezes veemente, sobre o lugar, os direitos, as representações, a vez e a voz das minorias em relação a uma determinada maioria.

Poderíamos dizer então, que o multiculturalismo e a reivindicação pela diferença trazem o apelo do reconhecimento e da garantia de direitos de diversas identidades, tais como o/a negro/a, a mulher, o/a homossexual o/a indígena, o/a jovem, os/as rurais (Id. 2006). O conhecimento nesse sentido, é uma questão de descobrimento, revelação, atualização de uma verdade que escapa ao relativismo. A teoria multicultural traz à tona as contradições da

sociedade ocidental que se professa universalista e igualitária, mas que diante dos questionamentos multiculturais, descobre-se monocultural e profundamente marcada pela desigualdade.

Os impactos provocados por fenômenos como a globalização, o desenvolvimento tecnológico ou mesmo a “virada cultural” causada pelas teorizações pós-estruturalistas e pós-modernas que fizeram emergir a questão do multiculturalismo, têm contribuído para colocar a questão da identidade em vários campos do conhecimento contemporaneamente. Para efeito deste trabalho adota-se identidade na perspectiva histórico-social, ou seja, nenhuma identidade é natural. A identidade passa a ser a síntese do processo em sociedade, num jogo de influências e pressões diversas.

O sujeito não se torna consciente de si sem a identificação do que os outros dizem a seu respeito. Assim a identidade é, também, representação.

Os monoculturalistas nutrem verdadeiro pavor por esta aporia, pois, segundo eles, em caso de vitória do argumento sobre a realidade construída, estaria instalado o caos, pois nada poderia determinar a ordem desta construção, não haveria mais uma essência a ser buscada, uma ordem natural que orientaria, daria o rumo, o norte. No entanto, para os multiculturalistas, a “ordem natural” dos monoculturalistas é uma ordem construída e, principalmente, imposta como única possível. (SANTOS, 2006, p. 127)

Na afirmação da identidade inscreve-se a diferença. Além disso, toda identidade é política. Porque há luta pela afirmação de certas identidades e negação de outras. A identidade, então, pode ser entendida como uma representação de si, que não é fixa, que se move na relação com os outros e o mundo. Neste sentido, a identidade é aqui difundida como o processo de desconstrução do eu.

A luta pelo simbólico é uma disputa de poder de impor determinadas visões de mundo, ou seja, determinadas representações, sentidos aos objetos e relações sociais, formatando determinadas identidades e anulando outras. Identidade tida como referência: homem branco, heterossexual, de classe média, urbano, cristão. Não é possível ignorar que no processo de atribuição de identidades está em ação um jogo de poder.

As identidades construídas no contexto da cultura produzem-se em meio a disputas, supõem classificações, ordenamentos, hierarquias, elas estão sempre implicadas num processo de diferenciação. Nesse contexto sobre determinando as representações dos/as estudantes da roça como inferiores não-civilizados, atrasados, da roça, incapazes, entre outras esvaziando-as em sua autoestima.

No Brasil ao longo do século XX, a chamada educação rural apresentou a universalização do modelo urbano. Parece útil pensar que indivíduos também são agentes da

mudança. Em decorrência da ausência de políticas públicas que atendessem às suas alteridades, a escola da roça é vítima do processo de uniformização cultural. Os currículos escolares da roça impõem aos estudantes da roça um mundo imaginário, uma realidade social contrastante com as observações e vivências das quais este/a cursista é sujeito histórico. Não há preocupação em aproveitar e explorar a linguagem cultural, os recursos locais, as experiências de vida que a criança traz de casa e do meio.



Figura 3 - Fotos 10 e 11 - Dois cenários rurais do município de São Félix-BA Na foto 10, tirada na região de Outeiro Redondo (abr. 2021), tem-se uma visão panorâmica de uma grande propriedade (fazenda) destinada à criação de gado. Na foto 11, tirada na região (abr. 2021), a heterogeneidade de paisagens é ilustrativa. Fotos do autor.

As diferentes localidades rurais, ou seja, as áreas rurais, devido aos complexos processos de urbanização foram historicamente colocadas à margem das políticas educacionais o que contribui para que as populações rurais não tivessem acesso a um processo educativo que

considerasse as especificidades que lhe são peculiares. Assim a educação oferecida pauta-se, de modo geral, numa lógica transplantada das escolas urbanas.

Analisando a história da educação escolarizada no “meio rural” brasileiro poderíamos afirmar que nunca houve, verdadeiramente, uma educação rural/da roça. A ausência de políticas educacionais que atendessem as especificidades do “meio rural” brasileiro, levou a escola da roça a uma tentativa de imitação da escola urbana. Os calendários letivos, o regime de organização das turmas e do ensino, as disciplinas e os conteúdos escolares, os métodos de ensino e as técnicas, que pautam o ensino da roça, inspira-se no modelo escolar urbano e toda luta do professor é para buscar aplica-lo com maior eficiência possível.





Figura 4 - Fotos 12, 13, 14, 15, 16 - Fotos da Escola no Outeiro, bem como perímetro de cada prédio. Na foto 14, nota-se a sacristia da igreja espaço onde ocorre as aulas de uma das séries do ensino médio. A escola funciona no horário vespertino. (Jul. 2021) fotos do autor.

Conforme Santos (2006) existe um hiato cultural entre a escola e o mundo da roça. A escola da roça não sendo a mesma da escola urbana, em seu contexto e condições infra estruturais, é pensada como uma anomalia. Há um imaginário depreciativo sobre a roça elaborado ao longo dos séculos. Não basta reconhecer as diferenças, é preciso estabelecer as relações entre as pessoas. Assim trata-se de reconhecer o outro como pessoa e não a cultura

como matéria a ser estudada. Educação e trabalho tem uma relação bastante estreita na comunidade.

A cultural escolar é a cultura das regras, dos padrões, o ensino pelas competências em nada traduz a roça e, assim os/as alunos/as só serão considerados/as gente (ser alguém) se incorporar os valores urbanos. O currículo homogêneo monocultural e urbanocêntrico implementado pela escola da cidade é um instrumento de recalque da cultura da roça, contendo um caráter assimilacionista nítido. Nas raras vezes em que a roça é pautada na escola é somente para fortalecer o desejo de migração definitiva para a cidade. São outras relações sociais que costumam o cotidiano da roça. Toda pujança cultural elaborada através do viver na roça é silenciada pelo currículo escolar urbanocêntrico (SANTOS, 2006).



Figura 5 - Foto 17 - Visão do interior da instalação do Anexo do Colégio Estadual Rômulo Galvão, percebe-se que a existe um acordo para que a igreja da comunidade seja cedida para a realização das aulas ou atividades. (Jul. 2021) Fotos do autor.



Figura 6 - Foto 18 – Registro da atividade Rodas de Saberes e Formação nas Escolas na localidade. Nesse momento é descrito as formas de ingresso na UFRB. (Abr. 2016), fotos do/a petiano/a.

A pesquisa possui um enfoque principal no tripé: acesso, permanência e êxito acadêmico de estudantes do campo. Essa proposta tem uma implicação no âmbito local rural que visa identificar à promoção de permanência com êxito, compreendendo os/as estudantes do campo como atores-atores-autores-autoras na construção do conhecimento. Esta proposta de estudo enfoca percursos para o ingresso no ensino superior, às experiências, os desafios enfrentados na permanência, e as estratégias para a construção do êxito acadêmico, a partir das vivências dos/as estudantes pertencentes ao campo.

A pesquisa revelou que os/as estudantes da roça, ao fazerem o trajeto para a universidades pública, para darem continuidade a seus estudos, tivemos a impressão de que esses estudantes obtêm um desempenho significativo dentro da universidade. A partir dos resultados constatou-se que o desempenho dos/as bolsistas foi positivo/superior ao padrão estabelecido pela IES a nota 7. Sobre o perfil dos entrevistados, todos declararam seu pertencimento étnico-racial, negro/a, possuem renda até um salário mínimo e meio, além de que revelaram serem os primeiros da família a ingressar em uma universidade.

Os conhecimentos ensinados, a organização de ensino, a prática pedagógica, tudo que é interno a escola permanece intocável. Negação da cultura da roça na escola através do apagamento e a inferiorização cultural. As universidades têm de assumir o compromisso com uma formação docente mais aberta a pluralidade cultural. Veja-se no contexto da comunidade, estão valores de partilha, do pertencimento e da solidariedade contradizem a lógica individualista e narcísica civilizatória greco-romana.

A base na escola pública mostrou-se fundamental, desse modo, ajudar a sociedade de maneira geral, pois é isso que a pesquisa faz, as universidades públicas fazem, tentar resolver problemas da sociedade usando método científico validado. Por isso, nós devemos investir e respeitar sempre o profissional que está trabalhando como pesquisador/a nas universidades públicas, as detentoras da maior parte da pesquisa no Brasil. A instituição de ensino que foi intitulada como universidade surgiu na época medieval. No Brasil a universidade possui apenas cerca de 100 anos. Na Europa existe desde o século XII-XIII. Na América desde o século XVI-XVIII (1541- São Domingos, 1551, Peru).

O recente ciclo democrático vivido pelo país é o contexto em que a UFRB acontece. Em 2005 apenas 6% de jovens de 18 a 24 anos frequentavam o ensino superior. Hoje esse número está próximo a 18%. No Brasil apenas 21% das pessoas entre 25 e 35 anos tem curso superior completo. Na Europa essa média é de 44%. Somente 0,8% tem mestrado e 0,1% da população brasileira tem doutorado. A universidade também é espaço de construção da cidadania a partir da relação que ela estabelece na sociedade. Na universidade também nos desenvolvemos como pessoas. Foram criadas entre 2008 a 2014, 63 universidades federais. De acordo com dados do censo de 2018 estão matriculados 1 milhão de estudantes.¹¹

Apesar dos avanços democráticos vivemos um desmantelamento da assistência, bem como seu uso para fins eleitoreiros. Apesar dos ataques a UFRB, é uma instituição que cresce com compromisso com o Recôncavo, com o avanço do conhecimento e respeito ao conhecimento não-científico buscando justiça cognitiva. Refletir sobre as peculiaridades locais em que o campus está instalado nos apontam um caminho norteador. O papel desempenhado enquanto mobilizadora e formadora de competências profissionais é imensurável. Formar no ensino superior é estratégia para quem quer um país e sociedade forte, digna e com seus direitos garantidos. Árduo, porém de reconhecimento, solidariedade e sobretudo esperança é uma

¹¹ Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/censo-escolar-2018-revela-crescimento-de-18-nas-matriculas-em-tempo-integral-no-ensino-medio/21206>. Acesso em: 10 abr. 2021.

definição que expressa o significado da universidade Federal, que se aproxima da vivência dos/as estudantes participantes e partilhada pelo autor destas páginas.

Afiliação é o entendimento das experiências acadêmicas e seu funcionamento. A marca da afiliação pode ser considerada a inserção nesta noção de linguagem. Dito isso, a transição do ensino médio, para a educação superior não é um processo natural no Recôncavo. Mesmo diante da expansão, a UFRB ainda não é vista como um lugar que o filho da camada popular pode acessar naturalmente. É necessário um esforço para se aproximar da escola pública. É necessário melhores condições pedagógicas e institucionais. Afiliação não se faz apenas com resolução ou decreto.

No Brasil, particularmente no Recôncavo da Bahia, a educação superior pública foi acessível a pequena parcela da sociedade, essa educação foi historicamente acessada como meio de ascensão social, política e econômica reportando-se ao costume que tinham os grandes proprietários de engenhos enviar os filhos para estudar na Europa, posteriormente na cidade do Salvador. E ao pensarmos no cenário educacional brasileiro consideramos ser fundamental condicionar a ampliação da trajetória educacional da maioria de nossos/as jovens. O estudo aponta para a efetividade da continuidade nos estudos, e uma posterior inserção qualificada no mundo do trabalho.

As políticas de assuntos estudantis precisam ser compreendidas como uma política transversal na universidade. Fazer da afiliação uma ação contínua da instituição com os estudantes para além das fronteiras das ações cotidianas. Transformar esta instituição a partir do processo de aproximação e, portanto, obter o sucesso. O debate precisa atravessar nossos currículos. O processo de afiliação depende muito da postura e da forma que se comporta o corpo docente. Sendo assim, nem tudo depende exclusivamente da reitoria. Relação com o trabalho, família e natureza, produção, plantio e colheita são alguns aspectos.

Quando analisamos a realidade das populações rurais do campo no Brasil, vemos os resultados de um histórico de abandono e negligências em relação às políticas públicas em especial a educação ofertada a esta população. Silêncio, abandono, esquecimento, desinteresse e negligência fazem-se presentes ao longo da história. Os indivíduos transformam os lugares e essas transformações afetam o que eles são e o que eles fazem.

Vislumbra-se contribuir para a ampliação das interfaces aqui desenhadas que tomam a educação como forma de intervenção social capaz de articular e promover dinamismo locais. Nesse sentido, a pesquisa assume a ideia de “dispositivos de intervenção social, como práticas que favoreçam ações emergentes de dinamismos locais e potencialidades dos atores em seus territórios” (SOUZA; SANTOS, 2012, p.10).

Procuramos entender a educação como um fenômeno cultural e historicamente situado. Daí a incursão em outros campos disciplinares tem se tornado necessária para entendê-la de tal forma. Na verdade, na maioria das escolas públicas, diversos estereótipos convergem para a formação de uma negação do jovem negro e das suas potencialidades enquanto educando. Geralmente o/a aluno/a negro/a na sala de aula é visto/a como incapaz, preguiçoso, burro, entre outras definições que ora são aplicadas abertamente, ora se escondem em diagnóstico de dislexia ou hiperatividade.

O combate a este fenômeno complexo exige profunda reflexão sobre nossa formação social, nossa desigual estrutura socioeconômica e em relação a construção disto que chamamos cultura brasileira produto do nosso tão exaltado “caldeirão de raças” (DaMatta,1981). Combater o racismo e o estigma nas escolas são políticas públicas emergenciais. Ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil é possibilitar a igualdade de oportunidades ao estudante que apresenta condições desvantajosas. Visto que, discussões do acesso e da permanência de estudantes das escolas públicas, negros e negras na universidade tornar-se relevantes para avaliação das políticas públicas educacionais e das ações afirmativas no Brasil.

As dificuldades tive muitas, dificuldades... Acho que se eu não quisesse muito estar aqui, eu não estaria hoje porque as dificuldades que eu enfrentei pra estar aqui hoje pra mim foram diversas foram: transporte, transporte muito difícil, no início eu não tinha dinheiro, não tinha muita coisa, minha mãe malmente poderia me ajudar..... Mas as dificuldades foram muitas, questão de chegar atrasada, ficar com fome, é... Sair da aula meio dia, esperar até quatro, cinco, seis, sete horas da noite para ir pra casa. (Entrevistado/a – 3)

Entendemos políticas afirmativas como um conjunto de ações que visa à correção das desigualdades raciais na sociedade brasileira e de maneira específica no ensino superior. Há uma divisão entre os que defendem a ampliação e aqueles contrários que argumentam a redução qualidade da educação superior pela inserção da política de cotas. A homogeneização das realidades e a negação dos sujeitos e suas histórias de vida-formação incluem-se no debate aqui proposto. Há uma urgência de debatermos a efetividade da presença. Permanecer na universidade então está imerso numa tessitura complexa de relações sociais, e não pode ser desvinculada dos contextos relacionais tampouco observada por um ângulo apenas.

Então assim, se a gente é pobre da roça, o que é que acontece? A gente pensa em ir estudar, ir trabalhar para dar um retorno para nossa família né? Tanto para se sustentar como para ajudar a família trabalhando é... Então, o que me motivou de fato a fazer parte desse espaço, além dessa necessidade você ver que os estudos é uma possibilidade de você almejar algumas coisas na vida tanto do ponto de vista financeiro, o outro motivo foi meu interesse pelos estudos mesmo desde o fundamental, essa necessidade querer aprender, de me entender enquanto sujeito da

sociedade. Então esses foi um dos motivos de me impulsionar a entrar na universidade. (Entrevistado/a –5)

A Assistência Estudantil é uma Política Social aplicada nas políticas educacionais como uma ferramenta que busca criar um padrão de igualdade entre os estudantes. Ao descrevê-la, estaremos frequentemente retornando à Política de Assistência Social, posto o imbricamento dos temas. Assim, empreenderemos uma síntese da história desse movimento de afirmação dos direitos sociais no Brasil. A história da Política de Assistência Estudantil é fortemente associada à trajetória da Assistência Social; ambas se fortaleceram nos movimentos sociais e se concretizaram com a Constituição Federal de 1988.

Desse modo, os movimentos sociais e de entidades que floresceram desde a redemocratização em 1980, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e o Fórum Nacional de Pró-Reitores e Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), intensificaram a luta pelo reconhecimento da Assistência Estudantil como um direito de cidadania e como uma política pública essencial à formação dos estudantes.

Diversas ações governamentais foram implementadas com vistas a favorecer a ampliação de vagas e o combate à evasão, podendo ser destacar finalmente, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) - Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007).¹² Convém esclarecer que consolidado por meio Decreto no 7.234/2010,¹³ o PNAES passaria a orientar as ações da Assistência Estudantil, voltadas para os estudantes dos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES).

Essa nova legislação trazia em seu bojo os seguintes objetivos: democratizar as condições de permanência nas IFES; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

O Brasil é caracterizado como um país marcado por desigualdades sociais, comprovadas pelo seu alto nível de concentração de renda – característica que se reflete em políticas públicas sem a abrangência de vida, que intensificam o processo de exclusão social. O campo da

¹² BRASIL. Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. **Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2021.

¹³ _____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 11 set. 2020.

educação não difere desse panorama, cujo tratamento dispensado por longos anos acentuou as diferenças de oportunidades, evidenciando um sistema de ensino elitizado. A cada momento que a escola abre mão de se dedicar à aprendizagem dos/as estudantes, ela está aumentando o custo da sociedade. As sociedades que melhoraram seus índices econômicos, sociais, e culturais investiram significativamente na educação

Nas duas últimas décadas do século XX, vivenciamos reformas educacionais que repercutiram nas taxas de matrículas e ampliaram a cobertura nos distintos níveis de ensino, logrando melhorias educacionais inegáveis. Contudo, são acompanhadas pela preocupação crescente com as desigualdades de oportunidades que refletem nos resultados escolares. A democratização do acesso não garante o desenvolvimento da aprendizagem, nem tampouco a conclusão dos estudos. Assim, eficácia e equidade são temas centrais do debate educativo, que ensinam a igualdade das oportunidades no acesso, permanência e desempenho, de modo a poder se instituir um sistema de ensino de qualidade.

Ainda, é importante destacar nesse cenário da equidade social, a política de permanência qualificada na universidade, sendo que para o novo perfil de acadêmicos/as de origem popular, pois associam à sua formação científica diferenciada, a manutenção material que demandam. Diante do exposto, estaco ainda o caráter interdisciplinar do projeto em referência pela sua interface com os pressupostos teóricos, bem como cumprindo o cronograma previsto pela instituição de fomento.

A qualidade da educação brasileira é um desafio no campo das políticas públicas, entender esses baixos resultados escolares tem sido uma preocupação daqueles que se dedicam a estudar o sistema de ensino na perspectiva da oferta de uma educação de qualidade que possa contribuir para a redução das desigualdades sociais. Por sua vez, Azevedo (2004, p. 15) diz que a ampliação das oportunidades educacionais é considerada um dos fatores mais importantes para a redução das desigualdades. Prossegue em seus argumentos expressando que as promessas advindas da modernidade não foram cumpridas; ainda convivemos com a pobreza, com o desemprego estrutural e com a violência (AZEVEDO, 2004).

Em nosso entendimento, a ampliação das oportunidades implica reduzir os efeitos da exclusão escolar historicamente gestada na educação pública brasileira. Não obstante os avanços registrados, ainda convivemos com uma diversidade de problemas concernentes à desigualdade de oportunidades. A realização dessa pesquisa, pois, procura responder às inquietações referentes às influências que a política de assistência estudantil exerce para o desempenho e permanência dos estudantes camponeses, visando a contribuir, a partir dessas reflexões, com o aprimoramento dessa política pública.

Dessa forma, a pobreza e a estratificação social são interpretadas como um efeito sistemático do racismo, visto que a classe dominante branca buscou a conservação dos benefícios materiais e simbólicos através da desqualificação e subordinação dos demais grupos sociais. Neste contexto, a maneira como o padrão de distribuição geográfica da população branca e negra concretizado no pós-abolição, reflete a persistência das agudas disparidades entre esses grupos.

Adentrar o ensino superior era um processo árduo para uma parcela pertencente às classes populares da sociedade. O ensino superior foi construído a partir das universidades privadas, posteriormente as universidades federais ganharam destaque no desenvolvimento da educação superior. Com o advento do ensino superior público, este atendia apenas a uma parcela da população brasileira, destinando o ensino prioritariamente a grupos específicos da sociedade e, conseqüentemente, os estudantes lidavam com cursos totalmente elitizados por ser destinado a essa camada (NOBRE, 2015).

Enquanto os/as brancos/as se concentraram na região Sudeste, em desenvolvimento, a maioria dos/as negros/as continuaram ocupando a região Nordeste onde, em razão do menor dinamismo econômico, se manteve uma estrutura de estagnação social. Ao comparar os indicadores dos/as negros/as e brancos/as de mesma origem social, o autor demonstrou que a discriminação e outros mecanismos racistas interferem nas possibilidades de mobilidade. Além disso, a população negra de pele mais escura tem mais dificuldades de acessar e se manter em níveis mais altos da pirâmide social.

A escola brasileira desde 1500 até o início do século XX, serviu e continua servindo para atender as elites, logo, a educação tornou-se inacessível para grande parte dos sujeitos que moram e trabalham no campo e no Recôncavo baiano. A construção de identidades pessoais e sociais está relacionada a memória. O racismo é sempre um elemento de desvirtuamento comportamental. Apesar de ser tido como normal, justamente se sustenta em torno das desigualdades. O racismo funciona tanto como uma ideologia quanto numa prática de naturalização das desigualdades, é um elemento legitimador de toda forma de violência e opressões que estão vinculadas a exploração. Sendo assim, a promoção da igualdade desmantela a normalidade do projeto de poder

Nos últimos anos houve um aumento significativo de vagas no ensino superior, em virtude das políticas públicas e institucionais que se concretizam em prol das questões relacionadas à democratização, à expansão do acesso, à permanência qualificada e ao aperfeiçoamento das ações afirmativas como práticas de inclusão e políticas de equalização. Com efeito, várias universidades públicas têm realizado programas de inclusão social, buscando

corrigir a desigualdade existente entre universidade e a sociedade, a partir das políticas de democratização do acesso ao ensino superior. Na UFRB há uma articulação entre políticas de permanência e as de ensino, naquilo que se denominou “pregnância” das políticas afirmativas (JESUS, 2007).

O princípio da equidade, desde tempos remotos, esteve presente nos debates na perspectiva da igualdade como um aspecto da justiça social. Aristóteles, em sua obra *Ética a Nicômaco*, já fazia citações sobre o justo equitativo. Entretanto, foi por inspiração nos fundamentos da Revolução Francesa e da Revolução de Independência dos Estados Unidos, que o princípio da igualdade ganhou força como uma condição fundamental para a vida em comum. Esses princípios deram lastro para a construção da escola pública e lançaram sementes para se pensar a igualdade de oportunidades (NASCIMENTO, 2012). Nos termos de Cuenca, o conceito de equidade na educação adquire vários significados, desde a ideia de equidade como característica fundamental da qualidade, até à concepção de equidade como condição para alcançar a qualidade (CUENCA, 2010).

Ao considerar que o ambiente escolar público é permeado por uma diversidade de estudantes em suas características de cor, de etnia, de nível socioeconômico, é importante pensar na possibilidade do atendimento diferenciado para cada um desses segmentos, com aquilo que lhes é necessário, de acordo com as suas demandas, sejam elas quais forem. Segundo François Dubet (2008, p.11), a “igualdade das oportunidades é a única maneira de produzir desigualdades justas quando se considera que os indivíduos são fundamentalmente iguais e que somente o mérito pode justificar as diferenças de remuneração, de prestígio, de poder que influenciam as diferenças de performance escolar”.

Desse modo, Dubet (2008) infere que a valorização da vantagem individual não é somente o nível de bem-estar efetivado, mas, sobretudo, a liberdade que o indivíduo tem para decidir entre diferentes modos de vida. A sua teoria tem a intenção de orientar uma reflexão racional que estimule um engajamento efetivo das pessoas não apenas no cumprimento das leis, mas na transformação da sociedade. Para ele, tratar todos os indivíduos como iguais é simplificar a questão da equidade.

Para Dubet (2008), um sistema justo, ou menos injusto, seria aquele que garantisse aquisições e competências vistas como elementares para os alunos menos favorecidos. De tal modo, a perspectiva da equidade não pretende eliminar as diferenças, mas sugere pensar mecanismos que favoreçam à redução das desigualdades, buscando construir, sob os pilares da justiça social, e dentre esses, a educação, um mundo harmônico e sustentável. Alguns estudos

indicam que o tema da equidade adentrou o campo educacional com mais vigor, diante das constatações de que as sociedades, a despeito do desenvolvimento econômico, ainda são repletas de desigualdades, de concentração de renda e de muita injustiça social.

Outro fator que se agrega a esse ato diz respeito às evidências de que o acesso não eliminou as disparidades dos resultados educacionais. A equidade de acesso não elimina o problema da desigualdade e, sim, fortalece a necessidade de igualdade do tratamento para que todos tenham as mesmas condições de uma competição justa. Esse assunto ganha ainda mais vigor quando se analisa o ensino superior, constatando-se a necessidade de políticas voltadas para garantia do sucesso de grupos menos abastados.

[...] a primeira experiência na realidade marcante é de entrar na universidade, de ingresso na faculdade, porque é algo extremamente difícil pra quem é pobre e mais difícil ainda para quem é pobre e do campo, é... Que não tem essa relação com a cidade. Então você ser pobre, e ser do campo, passar a vida toda estudando em escola pública, sem nenhum incentivo da família porque a família também não compreende essa lógica da universidade. Então a família tá pensando nos estudos muito na perspectiva de você entrar pra escola, concluir o ensino médio e ir direto pro mercado de trabalho, então a família... Então o fato de você entrar na universidade e ver que a universidade é totalmente diferente da dinâmica da escola e da que você tá acostumado a viver é uma realidade nova que você começa a experimentar, então essa, por exemplo, é uma das experiências que marca o ingresso na universidade né? Esse primeiro momento aí que você ver que existe um distanciamento entre a universidade e a escola, a escola pública e quem veio de escola particular, a realidade de quem é pobre e de quem tem algumas condições. (Entrevistado/a – 4)

Entendemos que esses termos precisam ganhar espaço na prática social e serem ampliados para além das políticas públicas relativas à educação especial, não se restringindo o debate ao estudo de políticas de ação afirmativa, que buscam eliminar desigualdades históricas concernentes ao preconceito e à discriminação de grupos sociais. Nesse contexto, equidade relaciona-se com educação inclusiva e com inclusão social.

[...] Na verdade, quando eu entrei aqui já tinha algumas exemplares né? Poucas mas sim, então... Isso fez pra maioria das pessoas do campo ver poxa eu consigo! Sabe? É só eu correr atrás que eu consigo então... Era muito... (pausa) poucas as pessoas sim, mas... É possível, foi possível inclusive pessoas de nossa sala, hoje você ver, você veio primeiro do que eu, como outros colegas João Paulo, deixa eu ver quem mais que eu me lembre tem... Lisânia também que foi bem antes, e que a gente falava poxa ela tá na UFRB como se fosse aquele mundo tão distante da gente, que a gente não tinha noção do que era achando que era um coisa sabe? Pra super-herói, pra pessoa que fosse assim e depois que a gente entrou aqui, conseguiu a gente viu que não era esse bicho de sete cabeças que todo mundo pensa... (Entrevistado/a – 4)

Ressalta-se, aqui, que a equidade não pode se restringir apenas ao acesso, mas deve, também, voltar-se para a permanência com qualidade. Ao dar continuidade à revisão da literatura sobre as escolas, esses autores defendem que a escola eficaz é aquela que eleva o

desempenho do estudante a um patamar superior ao esperado, independente das suas características provenientes do meio social. A síntese do pensamento de Boaventura Santos (2003) sobre a concepção emancipatória reside na afirmação de que a justiça social pressupõe a justiça cognitiva. No desenvolvimento desse raciocínio, o autor configura espaços-tempo que traduzem formas de poder e dominação e que passam pelas esferas doméstica, mundial, da produção, da comunidade e da cidadania (SANTOS, 2003).

Desse modo, as políticas públicas nascem para atuar nesses espaços de conflitos, com a finalidade de suprir demandas em direção à igualdade de oportunidades. No campo educacional, essa ação recai sobre o reconhecimento de que, se os desiguais forem tratados igualmente, as desigualdades não serão superadas. Nessa perspectiva, as políticas afirmativas visam a ampliar as condições de acesso e permanência dos estudantes com o intuito de promover a equidade e a inserção social. A análise feita buscou relacionar as variáveis de curso, sexo, idade, etnia, origem escolar e renda per capita, para, então, lançar um olhar sobre essa Política Pública que visa a atender às demandas de uma população em vulnerabilidade social, procurando ampliar os seus direitos de cidadania reconhecidos institucionalmente.

CAPÍTULO 2. TRAJETÓRIAS E PERCURSOS DE ESTUDANTES DO CAMPO

Ninguém pode construir em teu lugar as pontes que precisarás passar,
 para atravessar o rio da vida - ninguém, exceto tu, só tu.
 Existem, por certo, atalhos sem números, e pontes,
 e semideuses que se oferecerão para levar-te além do rio;
 mas isso te custaria a tua própria pessoa;
 tu te hipotecarias e te perderias.
 Existe no mundo um único caminho por onde só tu podes passar.
 Onde leva? Não perguntes, segue-o!
 (Friedrich Nietzsche)

Ponderar sobre as trajetórias de estudantes do campo é compreender a conjuntura que os mesmos estão inseridos. As dificuldades de permanência material e simbólica na universidade possibilita entender como se deu o processo, o seu acesso e de todos aqueles envolvidos nesta ação no contexto pautado por laços de pertencimento. São perceptíveis as diversas barreiras enfrentadas pelos estudantes no processo de permanência na universidade, seja pelas dificuldades financeiras, herança educacional defasada, choque cultural e, etc.

Na tentativa de identificar quais são as políticas de inclusão e afiliação da UFRB e quais os impactos que essas políticas têm na vida acadêmica daqueles que se originam deste espaço. A realidade desses estudantes expõe os anseios expectativas e conquistas propiciadas pelas políticas públicas. Essas questões perpassam pela permanência qualificada, ou seja, basicamente relatos de experiências sobre o acesso e a permanência na universidade, políticas afirmativas, diálogo sobre a diversidade e afiliação à vida universitária.

Haja vista, o entendimento do ensino superior público no Brasil é tido como sinônimo de gratuito, inclusivo e de elevada qualidade. Em 1940 é possível perceber um impulso na criação de universidades federais no Brasil. Desde essa década aos dias atuais o Brasil passou por regimes democráticos e ditatoriais, mas, a exceção de Jânio Quadros e Fernando Collor de Melo, todos os presidentes da República criaram universidades federais em diferentes estados. A Bahia, no entanto, nunca reivindicou tratamento a altura da sua importância política, cultural, social e econômica. Tanto é que só apenas em 1946 ocorre a criação da UFBA.

O período de 2008 a 2015 representa o contexto de expansão expressiva de ensino superior público. Mesmo considerando significativo, os avanços apresentados nos últimos cinco anos, a situação continua amplamente desfavorável ao nosso estado. O governo do presidente Lula ao criar a UFRB e implantar os campi da UFBA e UNIVASF no interior da

Bahia, pôde representar o ponto de inflexão dessa histórica situação que tantos prejuízos culturais, sociais, e econômicas causam ao estado (NACIF, 2006).

A Bahia possui dimensões territoriais, economia, população e uma multipolarização dos espaços urbanos e rurais que sempre justificam a existência de outras universidades federais. Ao analisar a história dos investimentos federais no ensino superior baiano identificamos uma negligência com a atenção dada a esta região, tendo em vista sua contribuição histórica e política para a construção da nação brasileira.

As razões que tornam esta pesquisa relevante são diversas, perpassam as dimensões do mundo acadêmico, e para além do lugar onde o objeto se encontra, a iniciativa abrange uma perspectiva mais ampla. Em termos pessoais, espera-se que esta pesquisa contribua de diversas maneiras para a divulgação do próprio campo enquanto referencial no âmbito das políticas públicas, contemplando dessa forma o lugar onde nasceu, cresceu e vive o autor destas linhas.

Em nível de contribuição para os estudos acadêmicos, a pesquisa também se justifica por pretender analisar vivências de personagens negligenciados pelo processo histórico enfatizado pelo desenvolvimento urbano em detrimento do campo, na elaboração de políticas educacionais e sociais. Trazer à tona as dinâmicas formativas desse público oriundo do contexto não urbano a rigor, poderá ser útil para compreendermos as singularidades das experiências de vida. Sendo assim, a questão do diálogo com a escola pública mostra-se fundamental para compreender essa presença e o fomento dela, para estudantes oriundos do campo na UFRB.

Portanto, há o intuito para contribuir com uma compreensão mais significativa da questão da administração educacional, produção de políticas públicas, produtos didático-pedagógicos, direcionados às questões étnicas, de gênero e desigualdades sociais, discussões nas quais o projeto se encaixa. Com esse estudo esperamos elaborar uma dissertação que poderá ser desdobrada em material para o ensino de história no município e adjacências.

A formulação de hipóteses, no processo de investigação científica, corresponde a uma resposta possível ao problema formulado, a uma suposição uma solução provisória mediante a qual imaginação se antecipa ao conhecimento, e que se destina a ser posteriormente verificada para ser confirmada ou rejeitada.

A hipótese é na verdade um recurso de que se vale o raciocínio humano diante da necessidade de superar o impasse produzido pela formulação de um problema e diante do interesse em adquirir um conhecimento que ainda não se tem. É um fio condutor para o pensamento, através do qual se busca encontrar uma solução adequada, ao mesmo tempo em que são descartadas progressivamente as soluções inadequadas para o problema que se quer resolver. (BARROS, 2005, p. 129)

De acordo com José D' Assunção Barros (2005), a hipótese não é uma evidência, mas sim uma suposição. É uma sentença que se propõe para um teste de verificação, ou que traz consigo possibilidades efetivas de ser verificada. Nisto a hipótese também se distingue da mera conjectura, que, embora não corresponda a uma evidencia imediata, não se pode ou não se pretende submetê-la a verificação.

Se o racismo naturaliza as desigualdades, o silêncio em situações de desigualdade reitera a hipocrisia como solução para lidar com o próprio racismo. O fato é que o acesso a boas escolas, colégios e universidades é fundamental para a posição de um indivíduo na nossa sociedade. Há um desequilíbrio de oportunidades sociais, como acesso à educação e bens em relação a população negra. Portanto, resta à pergunta sobre quanto tempo mais a cidadania será negada a pessoas negras provenientes do campo no Brasil, desde o começo até o fim da vida?

São participantes da pesquisa estudantes, matriculados nos cursos da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, de modo geral, visando maior impacto e visibilidade oriundos/as especificamente do contexto rural de São Félix – BA, do sistema de ensino fundamental e médio da rede pública. A pesquisa foi feita com os/as estudantes entre 22 a 35 anos, dos cursos de Museologia, História, Engenharia Sanitária e Ambiental, Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas (BCET), Gestão de Cooperativas, Biologia e Química, matriculados na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Conforme a tabela a seguir:

Tabela 1 – Quantitativo da amostragem, bem como quantos foram os estudantes, como estão caracterizados.

Estudante	Curso	Origem	Faixa Etária	Cor
Entrevistado/a 1	Museologia	Zona rural de São Félix	25	Negro/a
Entrevistado/a 2	História	Zona rural de São Félix	30	Negro/a
Entrevistado/a 3	Eng. Sanitária e Ambiental	Zona rural de São Félix	23	Negro/a
Entrevistado/a 4	Bacharelado em Ciências Exatas (BCET)	Zona rural de São Félix	29	Negro/a
Entrevistado/a 5	Gestão de Cooperativas	Zona rural de Conceição do Almeida.	31	Pardo/a

Entrevistado/a 6	Biologia	Zona rural de Governador Mangabeira	25	Negro/a
Entrevistado/a 7	Química	Zona rural de São Félix	33	Negro/a

Fonte: Elaborada pelo autor.

Partindo desta explanação, foi realizada a análise dos bancos de dados da PROPAAE,¹⁴ no intuito entender as estratégias deste público para permanecer estudando, vinculado às modalidades de auxílio pecuniário à moradia, a projetos institucionais, e a residência universitária oferecidos no período em que estão cursando a graduação. Utilizando a regras simples de matemática, ou seja, o somatório das notas divididas pelo quantitativo de disciplinas cursadas no semestre. Sobre o perfil dos entrevistados, todos declararam seu pertencimento étnico-racial, negro/a, possuem renda até um salário mínimo e meio, além de que revelaram serem os primeiros da família a ingressar em uma universidade, e conseqüentemente adquirir o diploma de graduado.

O presente estudo propõe discutir as problemáticas do acesso e permanência de estudantes oriundos das camadas populares na universidade pública, enfatizando as políticas de ações afirmativas e demais conquistas sociais. Através do nosso protagonismo como estudante esperamos contribuir para a qualificação das políticas públicas e institucionais focadas na equidade, inserção e permanência no ensino superior público.

O ambiente universitário é muito diverso. O ambiente universitário no primeiro momento pra a gente, quando a gente entra na universidade é um ambiente totalmente estranho, o ambiente universitário é estranho, a dinâmica é estranha, a realidade é estranha, é um espaço que historicamente nos foi negado né? Então não um espaço que é pensado pra nós, somos de condições..., somos pobres, não é pensado... Então a lógica que opera nesse espaço da academia, é uma lógica muito competitiva, uma lógica muito elitista, de conteúdo, de conhecimento, enfim... É um ambiente, embora importante, né? Relativamente importante, mas é um ambiente muito complicado pra quem vem de escola pública que os códigos são outros, que exige uma certa maturidade de conhecimento que não tivemos na escola, nesse sentido é um ambiente muito desigual. (Entrevistado/a – 5)

Grupos étnicos minoritários ao entrar na universidade verificam que sua inclusão é uma forma de exclusão, uma vez que seu saber não é reconhecido nesse espaço. Neste sentido,

¹⁴ A UFRB tem se constituído pioneira das discussões acadêmicas sobre a inserção das ações afirmativas, garantindo um lugar singular para a questão étnico-racial. Ao considerar o seu objetivo de desenvolvimento regional, a UFRB foi a primeira universidade pública federal a constituir na estrutura administrativa uma Pró-Reitoria, dedicada as políticas afirmativas com um vínculo estrito com os assuntos estudantis (JESUS, 2004, p. 308).

confronta-se com a tábua rasa que é feita das suas culturas e dos conhecimentos próprios das comunidades rurais de onde se originam.

2.1 A UNIVERSIDADE COMO BEM PÚBLICO LEGÍTIMO

No Brasil, as políticas de ação afirmativa assumem hoje grande destaque e merecem uma referência especial. Para Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus (2010), é necessário propor enquanto políticas públicas na educação básica e superior, ações de empoderamento que evidencie a representação desses grupos historicamente excluídos pela via da educação, bem como a partir das políticas de equidade pensar uma universidade nova.

No Brasil do século XXI, o governo popular do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva colocou como prioridade a política de inclusão social. Na educação, essa meta se materializou através dos programas de alfabetização, da ampliação do programa Bolsa Escola, da política de reserva de vagas no ensino superior – as Políticas Afirmativas, da ampliação da oferta de vagas no ensino superior seja através de programas como o PROUNI, o FIES, e ainda através da ampliação da rede de ensino superior – universidades e centros federais tecnológicos – os CEFET's, IFEs e política de interiorização. (JESUS, 2010, p. 270)

As políticas de ações afirmativas visam fomentar o ingresso de estudantes pobres nas Instituições de Ensino Superior, que em nosso país são majoritariamente afrodescendentes. Trata-se de políticas com vistas a equiparar reflexos de expressivas iniquidades sociais. Sendo assim, políticas desta natureza, desenham uma possibilidade em curto prazo de reverter às discrepâncias existentes entre o número de pretos e pobres, oriundos do campo e áreas periféricas, no ensino superior em relação às camadas mais abastadas da sociedade. Afinal, o que de fato é necessário, é ampliar políticas e recursos para educação de um modo geral e em particular para o ensino superior (JESUS, 2010).

A universidade como bem público reside em ser uma instituição que liga o presente ao médio e longo prazo pelos conhecimentos e pela formação que produz, além disso, pelo espaço público privilegiado de discussão aberta e crítica que a constitui. A emergência de um mercado universitário, primeiro nacional e agora transnacionalizado, tornam mais evidentes as vulnerabilidades da universidade pública brasileira, como por exemplo, a incapacidade de se autointerrogar no mesmo processo em que interroga a sociedade.

A implantação do modelo de desenvolvimento econômico conhecido por neoliberalismo ou globalização neoliberal que, a partir de década de 1980 se consolidou internacionalmente,

implicou na perda geral da prioridade nas políticas públicas de Estado da universidade pública. A globalização neoliberal da economia veio aprofundar a mercadorização da universidade pública segundo Santos (2011). O autor coloca que “a preocupação da universidade tem sido reduzida à educação para o mercado permanente” (SANTOS, 2011, p.26).

Que cidadania é essa que só os filhos das classes altas têm o privilégio de aceder no ensino gratuito? Com base neste questionamento, é gritante a ínfima representação de estudantes não abastados do campo no âmbito do ensino superior público brasileiro. “A universidade pública atende a construção do projeto de país, um projeto nacional e quase sempre elitista” segundo Santos (2011, p.46).

Quando se fala em democratização da universidade tem-se normalmente a questão do acesso e o fim das discriminações que a limitam. Democratização externa tem sido um importante tema de debate. A democratização externa defende maior aproximação da universidade à indústria através de apelo a privatização e que teve na última década um impacto enorme nas universidades.

A ideia da democratização externa confunde-se com a responsabilização social da universidade, pois o que está em causa é a criação de um vínculo político orgânico entre a universidade e a sociedade que ponha fim ao isolamento da universidade que nos últimos anos se tornou anátema, considerando manifestação de elitismo, de corporativismo, de encerramento na torre de marfim etc. O apelo à democracia externa é ambíguo porque é feito por grupos sociais diferentes com interesses contraditórios. (SANTOS, 2011, p.98)

Grupos e interesses sociais mais distantes da universidade, poderíamos destacar o próprio campo enquanto expoente intencional de esquecimento. O autor questiona a legitimidade da universidade privada, tendo em vista o princípio que a universidade é um bem público. Não compete ao Estado fomentar a universidade privada, sua relação com esta última é de regulação e fiscalização.

Num período de austeridade financeira, não se justifica que fundos públicos sejam canalizados para o setor privado. Por sua vez, a regulação da universidade privada deve ser tanto indireta como direta. A regulação indireta decorre da expansão e da qualificação da universidade pública de modo a fazer subir o patamar do negócio universitário rentável. A situação diverge de país para país, mas, em geral, com a exceção dos Estados Unidos da América, o setor universitário privado ocupa a base da pirâmide da qualidade, não o topo. (SANTOS, 2011, p.107)

A universidade é um bem público intimamente ligado ao projeto de país. O sentido político e cultural deste projeto e a sua viabilidade dependem da capacidade nacional para negociar de forma qualificada a inserção da universidade nos contextos de transnacionalização.

A universidade como um bem público é hoje um campo de enorme disputa. “A direção em que for a reforma da universidade é a direção em que está a ir à reforma do Estado” (SANTOS, 2011, p.114).

A experiência de socialização dos jovens estudantes pode se dar em diversos espaços, processos e atividades promovidas pela universidade, em seu próprio ambiente ou através das ações de extensão que proporcionarão vivências em outros espaços de produção e práticas culturais em sociedade. As ações culturais geram impacto na trajetória acadêmica do estudante por viabilizar a aprendizagem, o ensino e a troca de vivências.

Observa-se, portanto, que colaborar com a construção de uma formação profissional, cultural e humanística dos jovens por meio da instituição, das ações voltadas para a educação e para a cultura pode representar uma estratégia positiva com relação às diferentes possibilidades para formação de valores e para atuação coletiva, bem como para o êxito acadêmico desses estudantes (ALVES; NASCIMENTO, 2016).

Com efeito, para além dos desafios do acesso ao ensino superior, apresenta-se a importância das ações de permanência para efetivar a integração desse segmento estudantil aos demais aspectos relevantes da vida acadêmica, superando a mera inclusão quantitativa. Afinal, não é suficiente apenas obter acesso ao ambiente universitário para que se dê uma situação de êxito acadêmico, pois imediatamente após o acesso, surge a necessidade de adoção de um conjunto de ações que culminará numa dita formação de êxito.

Entende-se, dessa forma, que os valores fomentados na esfera acadêmica devem abarcar a diferença de opiniões e o raciocínio crítico, a igualdade de todos e a liberdade de oportunidades em diferentes espaços, ou seja, esses princípios asseguram à universidade a sua condição e instituição pública. As ações de democratização do acesso à educação superior devem ser colocadas em prática dentro dessa nova perspectiva e, para que essas atividades se desenvolvam de um modo satisfatório, as políticas e práticas institucionais precisam estar cada vez mais atentas ao seu público. (NOBRE; In: ALVES; NASCIMENTO, 2016, p.150)

Verifica-se, portanto, que, além da dimensão material, tornar-se necessário contribuir para a sua formação cultural e humanística por meio do estabelecimento de relações afetivas e redes de apoio dentro do ambiente acadêmico que irão impactar positivamente no seu processo de formação. Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e a dimensão cultural é crucial para qualquer projeto de desenvolvimento.

Consoante o artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), “todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da humanidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios” (DUDH, 1948, P.13). Dessa

forma, como os direitos econômicos, civis, sociais e políticos, os direitos culturais e educacionais são considerados direitos fundamentais.

Tomando a UFRB como lócus de análise, este trabalho pretende compreender os dilemas na caminhada/trajetória dos sujeitos dos contextos rurais do Recôncavo da Bahia, no seu ingresso e permanência no ensino superior público. A pesquisa possui um enfoque principal no tripé: acesso, permanência e êxito acadêmico de estudantes do campo. Essa proposta tem uma implicação no âmbito local rural que visa identificar a promoção de permanência com êxito, compreendendo os/as estudantes do campo como atores-atrizes-autores-autoras na construção do conhecimento.

Um estudo sobre universidade pode sugerir hipóteses sobre as características do estado e da região, sobre a origem social, e sobre as experiências dos/as estudantes. Sendo assim, no tocante aos caminhos percorridos, a pesquisa assume inspiração etnográfica com entrevistas abertas ou semi-estruturadas, além da aplicação de questionários com o mesmo fundamento epistemológico, visando à compreensão de experiências e expectativas na universidade Federal, presente nas falas dos/as estudantes participantes da pesquisa.

“As populações do campo vêm sendo submetidas à dominação colonial e exploração neocolonial, ambas oriundas de um projeto de colonização cultural ao longo da história” (RIBEIRO, 1978, p.164). Segundo Darcy Ribeiro (1978), a economia rural latino-americana baseia-se quase exclusivamente no saber vulgar do homem do campo, oralmente transmitido, jamais avaliado cientificamente através da experimentação.

Antigamente a universidade era uma universidade de elite. Apenas os filhos dos formados tinham acesso a ela. Salvo raras exceções, quem estudava dispunham de tempo integral. A universidade era concebida para ser cursada com calma, parte do tempo reservada aos estudos, e parte aos “sadios” divertimentos circunscritos na vida social. Até pouco tempo a pesquisa era no mundo inteiro, privilégio de estudantes abastados. Também não se pode dizer que a simples existência de bolsas de estudo ou de viagens resolvam o problema de todos sem considerar as particularidades de cada indivíduo. (ECO, 2006, p. 3)

A renda per capita da família, a baixa escolaridade dos pais, o trabalho na infância e na juventude que estão presentes, sobretudo na realidade rural, a má qualidade da educação básica e a pequena quantidade de vagas nas instituições de ensino superior público, associada à falta de perspectiva com o término do ensino médio, foram às principais variáveis/dificuldades que implicavam no processo de escolarização. Principalmente no tocante a esses jovens oriundos de classes populares e áreas rurais, conseqüentemente esses aspectos contribuíam para a exclusão de grande parte de brasileiros do sistema de ensino superior.

A partir dos anos iniciais dos anos iniciais do século XXI, foram implementadas as experiências que visavam promover a democratização do acesso ao ensino superior. Surgiram as políticas de reserva de vagas (o sistema de cotas), de ampliação do financiamento e do crédito educativo para instituições privadas (FIES), a adoção do ENEM-SISU, ampliando no ambiente universitário o contingente de estudantes oriundos/as de escolas públicas, de comunidades populares, membros da classe trabalhadora e com declarado pertencimento étnico-racial negro e indígena.

Esse novo público do ensino superior trouxe consigo especificidades que exigiram modificações na organização acadêmica das instituições, uma vez que sua presença se tornou propulsora, significativa para o incremento das propostas de currículo e formação que se baseiam em uma visão multirreferencial e interdisciplinar para a educação.

A questão da escravidão é uma marca histórica. Durante esse período os negros não tinham nem a condição de humanidade. E no pós-abolição, não houve nenhum projeto de inserção do negro na sociedade brasileira. Mesmo depois de libertos, os/as negros/as ficaram à própria sorte. Então, o Brasil vai se estruturar sobre aquilo que chamamos de racismo institucional. É preciso pensar em políticas de afirmação do negro. Políticas de valorização daqueles que foram marginalizados e excluídos.

O termo pardo remete a uma miscigenação de origem preta ou indígena com qualquer outra cor ou raça. Com a pressão da sociedade civil e o apoio de organismos internacionais, as demandas por ações concretas do Estado para combater as desigualdades e a discriminação ganharam visibilidade ao longo da década de 1990. Nessa época houve marcos importantes, como o lançamento do primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos, em 1996, que falava em desenvolver ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta.

A criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em 2003, que possuía status de ministério e encabeçam uma série de projetos a exemplo da:

- Lei que tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas, de 2003.
- Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, em 2009.
- Estatuto da Igualdade Racial, em 2010.
- Lei de Cotas, em 2012.

A população negra no Brasil ainda carrega consigo os maiores índices de analfabetismo, menor escolaridade, menor taxa de renda mensal e maior taxa de desemprego. Há uma

desigualdade social sistêmica que leva ao preconceito racial, pois os mais prejudicados nessa cadeia são os negros, e isso somente poderia ser resolvido por meio de políticas públicas voltadas para a valorização daqueles que foram sistematicamente marginalizados e excluídos da sociedade.

O racismo resulta principalmente da colonização e da escravidão, somente acontece quando há um sistema de poder que considera aquela raça, contra qual é praticado, inferior. Também devemos observar que o racismo não é exclusivo do Brasil e nem das Américas, onde a escravização de povos africanos foi mais intensa, mas acontece que em algum grau e contra étnicos minoritários em todas as partes do mundo. As origens modernas do preconceito racial remontam aos séculos XVI e XVII, período de expansão marítima e comercial além da colonização do continente americano.

A ciência transforma o pensamento através de efeitos de tradução afins de conhecimento aplicado. O conhecimento científico alimenta o capitalismo. Negar a universidade é fortalecer o sistema. Sem dúvida as comunidades e os grupos étnicos mediante uma ação dialógica, intersubjetiva e crítica poderão ir reapropriando-se de sua voz para dizer sua palavra para lutar e reivindicar seu direito de existir como mestiço, indígena ou negro e para decidir os rumos da comunidade e de seu destino.

O Brasil não dispõe de uma política urbana e regional, isto é, que trate o urbano como correspondente do rural. Além disso, os territórios contemporâneos são essencialmente urbanos em sua dinâmica, inclusive nas áreas rurais. No Brasil o urbano é um espaço em permanente transformação, diferente dos velhos urbanos monocêntricos da Europa, ou do segmentado urbano norte-americano, ambos estabilizados pelo respeito à legislação. A fraqueza do poder público, os baixos níveis de renda e poupança e o caráter subalterno das camadas médias fazem do urbano brasileiro um espaço sem caráter.

A mudança na universidade deveria ocorrer com o objetivo de reformá-la para atuar como agente de transformação nacional no sentido mais favorecedor dos interesses majoritários da população brasileira. Nesse caso, as populações que nascem, crescem, socializam e identificam-se com o espaço rural não acessavam a instituição universitária, e conseqüentemente uma formação profissional. Nessa dimensão do sujeito e objeto de construção do conhecimento como contínuo e inacabado, buscaremos compreender os dilemas e perspectivas que constituem trajetória de vida desses estudantes.

A universidade também reflete em nossas mães e como modificamos nosso relacionamento, perspectivas acerca do mundo-vida, e com a família ainda que não tenham acessado diretamente por diversos motivos. É oportuno refrisar o quanto a faculdade em

especial a UFRB, atinge de forma positiva as famílias, bem como os anseios/sonhos destes estudantes que nela ingressam.

E as relações, ela vai mudando, por que... É só com o tempo, no meu caso, a minha mãe, os meus irmãos, eles vão acreditando, a ficha vai caindo e que de fato eu estou na universidade e que eu posso ser também um intelectual e que não estou brincando, e que posso ser um intelectual como o filho do riquinho, que eu posso ser um professor, que eu posso saber minimamente falar direito, que eu posso ter acesso a um conhecimento específico. Que posso palestrar, que posso dar aulas ensinar outras pessoas. Isso ó... Com o tempo que vai acreditando, de fato, caindo a ficha que estamos na universidade, e que acumulamos durante esse processo um conhecimento específico, passa a nos dar crédito, ou seja, passa a acreditar. Então a gente passa de um sujeito apático né? Socialmente apático infelizmente, pra um sujeito que está o tempo todo em movimento, se posicionando politicamente e incentivando outros a entrar nesse espaço. (Entrevistado/a – 4)

Estudar para mim, acho que é uma forma da gente crescer, amadurecer, aprender, acho que através da educação dos estudos que a gente pode sair da condição de um lugar passivo, e se tornar cidadãos ativos para construção do nosso país, na construção do conhecimento Quando entrei na universidade foi uma felicidade para minha família lembro como se fosse hoje minha mãe gritando de alegria, então primeiro foi meu irmão no semestre anterior e depois por incentivo dele, ele foi meu principal incentivador para que eu entrasse na universidade, na época era muito difícil eu estudei em casa, foi muito difícil ingressar, então eu pegava os assuntos e ia estudando, foi muito difícil mas eu consegui. (Entrevistado/a 7)

As dificuldades de permanência na universidade possibilitam entender como se deu o processo, o seu acesso e de todos/as aqueles/as envolvidos/as nesta ação no contexto pautado por laços de pertencimento. A realidade desses estudantes expõe os anseios expectativas e conquistas propiciadas pelas políticas públicas, e os modos de incrementá-la, de qualificá-la, de modo a promover o ingresso continuado e expressivo dos/as destinatários das políticas públicas de inclusão social.

Ao considerar o seu objetivo de desenvolvimento regional, foi a primeira universidade pública federal a constituir na estrutura administrativa uma Pró-Reitoria dedicada as políticas afirmativas com um vínculo estrito com os assuntos estudantis, a PROPAAE – uma singularidade que coloca como formuladora de políticas institucionais e ao mesmo tempo, implementadora de ações administrativas.

Com ares de pós-modernidade a ideologia fatalista nos nega e insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que de histórica e cultural passa a virar quase natural (FREIRE, 1996, p.19). Não sou apenas objeto da História, mas sujeito igualmente. A acomodação em mim é apenas caminho para inserção que implica decisão, escolha, e intervenção na realidade. Mudar é difícil, mas não impossível. A pedra fundamental para a busca do saber é a curiosidade do ser humano. E quanto mais me dou à experiência de lidar sem medo, sem preconceito com as diferenças, tanto melhor me conheço e construo meu perfil.

O sistema de educação implantado nas escolas públicas (municipais e estaduais) de comunidades rurais está pautado no currículo escolar básico e atrelado às experiências dos grandes centros urbanos. Este não leva em consideração a realidade vivida por crianças e jovens – filhos de pequenos agricultores rurais, – pois impõe uma visão de mundo, um modo de vida, uma concepção de trabalho e de educação que geralmente não atendem às expectativas e experiências concebidas e apreendidas no campo.

Segundo a pesquisadora Rita Chagas (2006), há um distanciamento das políticas sociais públicas referentes à situação das condições de vida no campo. Mostram-se ausentes alternativas de crédito, renovação tecnológica, apropriação de conhecimentos técnico-científicos, para potencializar o campo como um segmento produtivo. Nesse sentido, enquanto proposta curricular e práxis pedagógica, a Pedagogia da Alternância (PA)¹⁵ no contexto da Escola de Família agrícola (EFA)¹⁶, objetiva transformar a relação entre educação e trabalho agrícola. A permanência dos jovens no campo é o principal objetivo desta concepção de educação e formação própria, não é vislumbrada apenas como o ato de permanecer, mas como a negação do ato de migrar, do sistema econômico vigente e da ordem social hegemonicamente urbana. Para a EFA/PA, permanecer no campo funciona como modo de resistência dos agricultores à violência e a coerção sofrida no centro urbano.

A noção de tempo relacionada ao espaço rural refere-se a um tempo do cotidiano compartilhado, é um tempo plural, o tempo dentro do tempo. Estes estudantes revestem-se em uma perspectiva contra-hegemônica ao contrariar a lógica rural, destinada ao trabalho braçal na lavoura ou ao subemprego, com o ingresso no ensino superior. A questão do trabalho das crianças e jovens na roça desde a mais tenra idade é considerada positiva por sua relação com os pais e para sua formação. A concepção de trabalho no âmbito rural é tida como um processo formativo, uma obrigação de todos para a subsistência pessoal e familiar.

Todavia, nunca está dissociado do amor e zelo de seus pais, ou seja, pode ser entendida como uma questão cultural e não como “trabalho infantil,” com exploração de mão de obra, servidão, abuso e violência contra a infância, à integridade física e à formação dessa criança/jovem. A universidade para estes novos estudantes precisa de adequação e de mudanças. “A política institucional precisa ser pensada em colaboração com estes sujeitos que sabem de si, entendem suas peculiaridades e estão dispostos a colaborar para a superação dos obstáculos que lhe foram impostos” (ALVES; NASCIMENTO, 2016, p.38). O ingresso na

¹⁵ Pedagogia da Alternância.

¹⁶ Centros Familiares de Formação por Alternância que, no Brasil, possuem duas denominações: Escola Família Agrícola (EFA) e Casa Familiar Rural (CFR). (CHAGAS, 2006, p. 21).

universidade é, para uma parcela cada vez mais diversificada e expressiva de jovens, um período em que se passa a ter um olhar diferente sobre a ciência, a sociedade, o trabalho e a vida.

Para mim o ato de estudar significa obter uma visão mais crítica das coisas ao seu redor, entender sobre a história do mundo, entender porque as coisas aconteceram desse jeito e porque acontecem, pra mim estudar.... talvez eu não consiga definir muito bem com palavras, mas o ato de estudar é muito maior que tudo, é desfrutar do conhecimento, aprender mais, é algo que só você vivenciando a experiência do aprendizado que você sente a transformação que o conhecimento pode causar na vida de um indivíduo. (Entrevistado/a – 5)

O conhecimento e a ciência constituem, nas histórias do pragmatismo, um tema nodal. Segundo João Arriscado Nunes (2009), a epistemologia passa por uma longa crise enquanto projeto normativo associado à ciência moderna, refutando radicalmente a própria noção de epistemologia no quadro que o autor designa de pensamento pós-abissal. No decorrer das últimas três décadas, o projeto epistemológico tem vindo a ser objeto de crítica e de uma transformação que implicou no aparecimento de propostas de rejeição desse projeto e da reivindicação a ele associada da capacidade de definição dos critérios que permitem estabelecer o que configura conhecimento validado.

Para o autor, a proposta de Boaventura de Sousa Santos (2007), “assenta uma afirmação positiva da diversidade dos saberes existentes no mundo” (NUNES, 2009, p. 216). A epistemologia do Sul, enquanto projeto significa ao mesmo tempo uma descontinuidade radical com o projeto moderno de epistemologia e uma reconstrução da reflexão sobre os saberes que tornam reconhecíveis os limites das críticas da epistemologia, tal como elas têm emergindo num quadro ainda condicionado pela ciência moderna como referência para a crítica de todos os saberes

Dito isso, Nunes (2009) procura explorar as formas de relacionamento das ciências com outros saberes e experiências, uma vez que a compreensão do mundo é inesgotável. O autor aponta o seguinte postulado defendido pelas correntes dominantes da epistemologia moderna: reconhecer a dignidade e validade de todos os saberes poderá ser desqualificado antes de ter sido posta à prova a sua pertinência e validade em condições situadas. De igual maneira, nenhum conhecimento poderá, assim, ser elevado à condição de padrão a partir do qual será aferida a validade dos outros saberes sem considerar as condições situadas da sua produção e mobilização e as suas consequências.

O projeto de uma epistemologia do Sul é indissociável de um contexto histórico em que emergem com particular visibilidade e vigor novos atores históricos no Sul global, sujeitos

coletivos de outras formas de saber e de conhecimento que, a partir do cânone epistemológico ocidental, foram ignorados, silenciados, marginalizados, desqualificados ou simplesmente eliminados, vítimas de epistemicídios tantas vezes cometidos em detrimento da Razão, das Luzes e do Progresso. A diferença que esta posição reflete em relação às epistemologias naturalistas está na ampliação da ideia de que só podemos compreender e avaliar os saberes quando o abordamos como práticas.

Contudo, não se compreende por que certas práticas poderão ser excluídas dessa compreensão e avaliação por postularem o recurso a explicações que invocam entidades ou processos que a ciência moderna rejeita ou descaracteriza. Segundo o autor a partir dos olhares novos ancorados nas experiências históricas e emergentes do Sul é possível protagonizar um diálogo que tenha como horizonte a descolonização da reflexão epistemológica. Ao passarem do pensamento abissal para uma constelação de pensamento pós-abissal, os termos são redefinidos no quadro de configurações de sentido e de contextos de práticas epistêmicas distintas.

O autor coloca que a epistemologia do Sul é caracterizada por um pragmatismo epistemológico que privilegia as consequências em relação às causas. A epistemologia do Norte teve sempre o objetivo de identificar uma força particular de conhecimento, o conhecimento científico moderno, bem como os critérios que permitem demarcar a ciência de outros modos de conhecimento. Sendo assim, toma a ciência como modelo de toda a maneira verdadeira de conhecer, estabelecendo uma forma de soberania epistêmica.

Portanto, é na referência explícita ao mundo e às experiências de populações, grupos e coletivos subalternos, como lugar de partida e de chegada de outra concepção do que conta como conhecimento ou como saber que a epistemologia do Sul no quadro do pensamento abissal confronta o pragmatismo com suas limitações e possibilidades da crítica.

CAPÍTULO 3. CENÁRIO DO ENSINO SUPERIOR: UNIVERSIDADE BRASILEIRA NO CONTEXTO DA REDEMOCRATIZAÇÃO

Ninguém se inventa sozinho, por que inventar-se implica em formar-se em interação com outros sujeitos, contextos socioculturais e cenários multireferenciais.
(Cláudio Orlando e Rita Dias)

O REUNI¹⁷ como uma política de financiamento e de favorecimento da permanência expande as possibilidades de ingresso. No entanto, a menção dessas políticas permite tratar de dimensões propriamente institucionais do processo de geração de oportunidades educacionais. A interiorização visaria garantir o ensino público de qualidade para as populações do interior dos estados e também reduzir as desigualdades regionais de oferta de ensino superior.

A multiplicação de estudos sobre as estratégias institucionais para garantir a permanência dos seus estudantes pode ser vista como mais um indicador da importância que a educação superior vem ganhando. Por longos anos, o sistema de ensino superior no Brasil, como em todo o mundo foi visivelmente um espaço para a socialização de uma elite mais preparada, distinta pelo seu capital cultural certificado dos mandantes e mandatários espalhados por todo o país. A origem social permanece sendo um fator essencial para a definição do nível ocupacional atingido.

Quando se considera o acesso ao ensino superior, inegavelmente houve uma abertura acentuada permitindo a entrada de estudantes provenientes de setores anteriormente excluídos desse nível de escolarização. (DE OLIVEIRA BARBOSA, 2015). O sistema de ensino superior tornou-se mais que o “destino” de uns poucos privilegiados, uma escolha possível para muitos cidadãos. O ingresso na universidade é valorizado por alguns jovens, porque essa entrada daria a eles/as a possibilidade de desenvolverem uma cultura que valoriza a educação. “Sua escolarização superior faria com que suas famílias aprendessem a dar maior valor à escola”. (Ibid. p.261, 271).

¹⁷ O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), é uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social. Em sua formulação, o Reuni teve como principais objetivos: garantir às universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior; assegurar a qualidade por meio de inovações acadêmicas; promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica; e aperfeiçoar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das instituições federais de educação superior. (BRASIL, Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007).

Antes da democratização¹⁸ a universidade era apenas para filhos de pessoas da alta posição social, para o desempenho de seus papéis de membro da classe dominante. A mudança na universidade deveria ocorrer com o objetivo de reformá-la para atuar como agente de transformação nacional no sentido mais favorecedor dos interesses majoritários da população brasileira. Nesse caso, as populações que nascem, crescem, socializam e identificam-se com o espaço rural não acessavam a instituição universitária, e conseqüentemente uma formação profissional.

Seria muito bom que a gente pudesse estudar e conseguir um emprego perto da nossa comunidade, mas infelizmente não é o que a realidade nos proporciona, então desde cedo a gente se imagina saindo da zona rural com o sonho de conseguir um bom emprego e melhorar a nossa vida, ajudar nossa família, nossos irmãos, nossa mãe. Da mesma forma é o estudo né? Por exemplo se o processo de interiorização... sem o processo de interiorização dificilmente eu teria conseguido ingressar na universidade né? Não teria condições de me manter em outra cidade... (Entrevistado/a – 2)

O REUNI configura um novo momento para a educação de nível superior no Brasil, a interiorização das Universidades Federais e a democratização do acesso representam uma vitória para os estudantes de origem popular/rural, que por muito tempo foram desprovidos do direito de acessar o ensino superior público. A expansão das universidades federais, leva aos estudantes do interior, principalmente aos estudantes de origem popular/rural, que não teriam condições de se deslocar até à capital ou outra metrópole para cursar o ensino superior, a possibilidade de acesso à universidade.¹⁹

Desde sempre você desejou sair da roça para estudar? Na realidade... Não desejei desde sempre sair da roça para estudar, se os estudos fossem até a roça seria ótimo né? Por que a gente permanecia na roça, né? Nosso lugar de identidade, nosso lugar de relações, de rede, de relações entre amigos família e etc. a ideia de vir estudar na cidade é porque justamente por isso, por não ter essa preocupação né do estado de pensar, a educação do campo para o campo e no campo. Então somos de qualquer forma obrigados a vir estudar, agora em relação à universidade que é... Eu sempre tive vontade dar continuidade aos meus estudos, no ensino médio, a partir daquele momento eu tinha começado a pensar na... Pensando... Em criar interesse, dar continuidade aos estudos em uma universidade, só não sabia como fazer isso, por que não tinha condições de para uma faculdade. Ééé é... A única expectativa era entrar numa universidade pública no caso, a UFRB que tinha acabado de ser implantada aqui. (Entrevistado/a – 2)

Anteriormente, aqueles que desejassem acessar o ensino superior público federal, teriam que se deslocar a cidade Salvador-BA para fazer as provas, depois para fazer a matrícula, e

¹⁸ Década de 2000-2010.

¹⁹ A Bahia contava apenas com uma universidade Federal, a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Devido a isso, os estudantes do interior que pretendessem cursar o ensino superior, após concluírem o ensino médio, deveriam obrigatoriamente se deslocar para a cidade de Salvador.

posteriormente abandonar todas as suas origens para poder de fato adentrar a universidade. Mas nem todos/as que faziam/fazem parte do campo tinham/tem condições socioeconômicas suficientes para realizar este processo, eram raras as exceções que fugiam da regra. Geralmente, apenas tinham esse privilégio os filhos de fazendeiros ou de famílias tradicionais, que poderiam possibilitar o ingresso na universidade Federal.

Percebamos que os/as negros/as, e os demais estudantes pobres, cotistas, vindos de escolas públicas, de periferias, e do campo, que começam a acessar a universidade, encontram uma universidade socialmente elitista, eurocêntrica, em sua maioria branca, que não atende a nenhuma de suas necessidades. Nesse sentido, o choque cultural que o estudante recebe é muito grande, pois adaptar-se aos códigos do ensino superior, adequar-se as regras sociais da universidade e permanecer financeiramente estudando vem a serem alguns dos aspectos que mais impactam na formação, na trajetória acadêmica e na permanência qualificada desses estudantes.

[...] em uma visão geral, você tem que querer muito, gostar do seu curso, o seu curso tem que fazer estar aqui, porque as dificuldades são muitas, então pra você ter um conhecimento maior você tem que gostar muito, você tem que correr atrás, você tem que procurar alternativas de no sentido você continuar aqui, querer crescer, possivelmente fazer um mestrado, então assim, você sai do curso, mas consegue continuar. Por que, rapaz... Eu vou te dizer uma coisa, se tu não gostar muito do teu curso, se tu não gostar muito mesmo, tu não fica aqui não viu, dá logo vontade desistir, porque as dificuldades que tu passa, não são brincadeiras não. É dificuldade de convivência, é dificuldade de diferenças, até com questão de aulas. (Entrevistado/a – 4)

Dessa forma, é que as políticas afirmativas para a permanência e afiliação acadêmica de estudantes universitários devem visar uma tríade que englobe a fixação, pertencimento e identidade com o ambiente universitário. Nessa perspectiva, é que para além da questão do acesso, que mesmo com todos os avanços, ainda não está superada, a permanência universitária desses estudantes, precisa ser debatida, para que os mesmos possam assim afiliar-se a universidade e consequentemente concluírem os seus cursos com êxito.

Ao serem questionados/as se por acaso pensam ou já pensaram em desistir do curso e quais foram os desafios enfrentados para permanecer e terminar o curso.

Sim no início por conta das dificuldades financeiras. O deslocamento por conta da distância e falta de transportes, tendo que esperar muito e dias de falta por não ter transporte. Falta de condições financeiras, falta de condições psicológicas, estranhamento com os espaços, estranhamento com os conteúdos. Falta de recursos financeiros, falta de políticas afirmativas de qualidade, falta de sensibilidade dos professores para lhe dar com nossa realidade, precarização da universidade entre outros. (Entrevistado/a –2)

Os desafios foram e são muitos. Ser pobre, estudar em escola pública e durante o período de estudos ainda trabalhar, é muito difícil. Nesse sentido, os desafios que enfrentei para permanecer no curso foram diversos, ou seja, está numa universidade sendo oriundo da roça, de escola pública que historicamente foram e continuam nos sendo negados. Logo, um dos primeiros desafios enfrentados na universidade foi me/se adaptar ao espaço, a uma nova dinâmica, uma nova realidade, diferente do que até então estava acostumado. Tudo isso, e sobretudo, as condições financeiras foram fatores extremamente delicado durante esse processo de permanência na universidade. (Entrevistado/a – 3)

Fomos ensinados a não sermos capazes e colocados na condição de inferiores ou não lugar, educados sempre a possuímos baixa autoestima diante das adversidades e situações relativas ao contexto urbano como, por exemplo, cursar o ensino superior. Você já sofreu alguma discriminação social na Universidade pelo fato de ser oriundo/a do campo?

Sim acredito que o espaço da universidade não foi pensado para estudantes pretos, pobres e oriundos do campo, e por isso discriminações ocorrem todos os dias, seja pela falta de conteúdos que contemplem a realidade dessas pessoas, seja pela burocratização dos espaços etc. (Entrevistado/a – 7)

Sim. Já aconteceu em alguns momentos tanto conscientemente como inconscientemente por parte de alguns colegas. Para muitos saber que você é oriundo da roça gera um certo estranhamento, perguntas acompanhadas de desconfiança. A verdade é que para muitos a roça não é um lugar que tenha pessoas inteligentes, com capacidade de entrar numa universidade, e que sabe falar dentro das normas “cultas.” (Entrevistado/a – 3)

É necessário a diminuição do analfabetismo no campo. Segundo Caldart (2002), a definição de “educação do campo” como uma prática social não se compreende a partir dela mesma e nem pela exclusividade das questões educacionais. Para a autora seu significado se liga à luta dos movimentos sociais instituída pela história.

Quais são/foram às estratégias pessoais para permanecer e terminar o curso?

Gostar do curso e muita persistência com os objetivos. Buscar apoio de familiares e amigos, além de me vincular ao PPQ. Como eu falei anteriormente, ser pobre, vir de escola pública sem nenhuma condição de chegar a uma universidade não é tarefa fácil. Nesse sentido, foi necessário me apegar a várias estratégias: no primeiro momento foi consegui o auxílio pela PROPAAE para me manter no curso, contar com ajuda dos amigos também foi fundamental. (Entrevistado/a – 4)

De igual maneira, a análise realizada se configura como uma política voltada ao respeito à diversidade, às especificidades do campo e de combate à exclusão, visando cidadania e desenvolvimento territorial sustentável. Com essa estratégia o governo Federal poderá articular os movimentos sociais, as universidades, os gestores públicos e obter consequentemente consenso, alegando que se trata de uma política educacional para assegurar os direitos de quem

vive no campo e não desfruta deles. Dessa forma, para Fabiana Cherobin (2018), o governo estaria fazendo minimamente “justiça social” e a “inclusão dos excluídos.”

O que é êxito acadêmico para você? Você considera que tem/teve êxito acadêmico na Universidade?

Sucesso com as opções escolhidas dentro do centro. Sim. Êxito acadêmico para mim é aprendizado, se você aprendeu, significa que você teve êxito acadêmico, é algo que vai além das notas, acredito que estou caminhando para o êxito acadêmico, aprendi bastante coisa e tenho muito a aprender. (Entrevistado/a – 7)

Êxito acadêmico para mim é muito subjetivo. De certa forma atender as expectativas do curso institucionalmente falando. Mas para além disso, posso dizer que mesmo com as dificuldades sinto-me realizado pela experiência que obtive até aqui. (Entrevistado/a – 2)

Por outro lado, a proposta de Educação do Campo, em seu sentido genérico para D’Agostini e Vendramini (2014) enfrenta limites diante dos desafios da formação e da escolarização dos filhos dos trabalhadores que vivem no campo. A Educação do Campo foi instituída como Política Pública em 2002 pelo presidente da República FHC (1994-2002). Este governo normatizou a política de Educação do Campo, na qual em 2003 ganhou destaque e foi ampliada. Segundo Acanda (2006), o capitalismo busca, constantemente, o consenso por meio de normas políticas, culturais e sociais, por meio de acordos que se travam entre Estado e aparelhos privados de hegemonia. Para o autor consenso e coerção andam juntos e são utilizados para legitimar um conjunto de ideias e práticas na tentativa de conversão de interesses particulares em geral.

Apresentamos a seguir alguns pontos de dificuldades que percebemos para a configuração desta modalidade estudada:

- Insuficiência e precariedade das instalações físicas da escola;
- falta de conhecimento especializado sobre políticas de educação básica para o meio rural, com currículos inadequados que privilegiam uma visão urbana de educação e desenvolvimento;
- falta de atualização das propostas pedagógicas das escolas rurais;
- necessidade de reavaliação das políticas de nucleação das escolas e de implementação de calendário escolar adequado às necessidades do meio rural.

Em síntese, procuramos evidenciar os conceitos fundamentais que estruturam a Política de Educação do Campo e a dinâmica de sua transformação relacionada as demandas no ensino superior. Se no início a Educação do Campo incorporou parcialmente algumas das propostas do MST, no processo e formulação da política mesclou várias outras referências liberais,

inclusive da UNESCO, de modo, que foi ressignificada pelo Estado ao ser regulamentada como política pública.

Há muitos desafios a serem superados com o intuito de diminuir a pobreza. Diante disso, o desafio posto é a necessidade de retomar sua proposta de educação pautada pela terra e pelo enfrentamento de classe, elementos fundamentais para a constituição de uma educação de classe trabalhadora. Para Martins (2006, p.102) “uma das tendências centrais no ensino superior contemporâneo, em escala internacional, diz respeito à ampliação de seu acesso, fenômeno que iniciou a partir da segunda metade do século XX”. Pode-se dizer que se trata de compreender a relação entre políticas que buscam melhorar o coeficiente de igualdade de chances educacionais entre pessoas de estratos e grupos distintos na sociedade, e os critérios de equidade que permeiam essas políticas.

O ensino superior se destaca como um dos principais recursos legítimos para a conquista e manutenção de posições sociais privilegiadas, bem como tem demonstrado a literatura sociológica contemporânea sobre o nível de desigualdade do acesso aos sistemas de ensino superior, devido à fatores relacionados à origem social das pessoas. Aspectos como: experiências vividas, ambiente universitário, interação com outros/as estudantes e integração podem ser destacados como preponderantes para garantir afiliação acadêmica.

O fortalecimento da coesão social produzidas por atividades coletivas nas instituições são bases essenciais para garantir a permanência dos indivíduos na universidade. O argumento de que as experiências vividas pelos estudantes dentro das instituições têm impactos relevantes na permanência na universidade implica no destaque que o ambiente universitário proporciona estes/as jovens (DE OLIVEIRA BARBOSA, 2015). Nesse ponto, entramos mais explicitamente na análise das formas pelas quais os processos institucionais podem representar o apoio necessário para viabilizar o sucesso das trajetórias escolares de jovens menos privilegiados financeiramente. As políticas de assistência estudantil poderiam, nesse quadro teórico, facilitar a afiliação ou integração dos estudantes, mas elas parecem ainda estar engatinhando no Brasil. (HERINGER; HONORATO, 2014, p. 323).

Os resultados da pesquisa apontam que o amparo, oferecido pelas famílias bem como a existência de uma estrutura de auxílios aos estudantes pobres, anterior à implantação dos campi da UFRB, se mostraram fundamentais para garantir a permanência e conclusão com exitosa dos bolsistas participantes da pesquisa. Na ausência de iniciativas governamentais de maior abrangência voltadas para a permanência, são estes os dois atores que têm proporcionado a superação dos desafios advindos com a vida universitária.

As condições oferecidas pela instituição podem redefinir as probabilidades de sucesso escolar. Existe efetivamente um efeito propulsor da instituição universitária. Nossas práticas e nossas representações, nossos atos e nossos valores produzem desigualdade da mesma forma que as relações econômicas. Para que o sistema de ensino superior no nosso país deixe de ser o destino exclusivo da elite para se tornar uma escolha possível para qualquer cidadão, seria importante rever nossas representações e práticas do que deva ser esse sistema e o seu funcionamento.

“A massificação do ensino superior desempenhou papel democrático objetivo favorável aos grupos sociais antes excluídos, tanto mulheres quanto diversas outras minorias culturais ou étnicas.” (BARBOSA, 2015, p.248). Um sistema de ensino superior mais justo e aberto, mais inclusivo e mais coesivo é possível. Mas a massificação não equivale a democratização. Todas as categorias sociais não se beneficiam da mesma forma da massificação. Mesmo que abram mais e mais possibilidades de entrada no ensino superior, a democratização do acesso dependeria também da estrutura geral do sistema educativo.

Segundo a autora, esses sistemas tenderiam a desenvolver um tipo de meritocracia acadêmica que construiria uma hierarquia de competências. Visando a aumentar as chances de permanência de todos os estudantes, os sistemas educativos criam distintos procedimentos de seleção, de concessão de gratuidades, bolsas, auxílios, que podem ser considerados como mais ou menos equitativos segundo as normas de justiça que os mobilizam.

Grupos sociais diferentes tem expectativas e demandas quanto ao ensino superior que chegam a ser mesmo opostas. O investimento na ciência associa-se a retornos para o desenvolvimento econômico e social. Haja vista, iluminar vias novas para a pesquisa sobre os sentidos socialmente atribuídos ao ensino superior poderá colaborar com esta perspectiva. Porém se ela existe enquanto possibilidade deve ser considerada, tendo em vista a tríade: escolarização x educação x desigualdades sociais contemporâneas.

[...] em uma visão geral, você tem que querer muito, gostar do seu curso, o seu curso tem que fazer estar aqui, porque as dificuldades são muitas, então pra você ter um conhecimento maior você tem que gostar muito, você tem que correr atrás, você tem que procurar alternativas de no sentido você continuar aqui, querer crescer, possivelmente fazer um mestrado, então assim, você sai do curso, mas consegue continuar. Por que, rapaz... Eu vou te dizer uma coisa, se tu não gostar muito do teu curso, se tu não gostar muito mesmo, tu não fica aqui não viu, dá logo vontade desistir, porque as dificuldades que tu passa, não são brincadeiras não. É dificuldade de convivência, é dificuldade de diferenças, até com questão de aulas. (Entrevistado/a – 4)

A leitura desses textos suscita questões importantes e para as quais ainda não se delinearão respostas adequadas. Os dilemas associados à expansão da escolarização para

diferentes grupos sociais, particularmente as variações em termos de classes, etnias, gêneros, e a polarização entre equidade e eficiência, são os que tradicionalmente estruturam as políticas sociais voltadas para o setor. A escolaridade por exemplo, e seus efeitos sobre as identidades num contexto de intensificação acelerada das trocas internacionais, promove modificações importantes nos recursos materiais e simbólicos necessários às formas de inserção social valorizadas pelos diferentes grupos sociais. (BARBOSA, 2007, p. 09.)

A universidade pública é um diferencial de justiça social que precisamos defender. Entendendo o discurso como uma produção social é necessário levar em consideração o contexto histórico-social em que é produzido, suas condições de produção, observando como essas práticas sociais estão armazenadas em uma memória coletiva social institucionalizada, nesse caso as produções acadêmicas.

Nossa atuação é um projeto coletivo de emancipação. Viver as experiências de formação com intensidade, inteireza e intencionalidade nos requer entrega em sua plenitude. No Brasil o urbano é um espaço em permanente transformação, diferente dos velhos urbanos monocêntricos da Europa, ou do segmentado urbano norte-americano, ambos estabilizados pelo respeito à legislação. A fraqueza do poder público, os baixos níveis de renda e poupança, e o caráter subalterno das camadas médias fazem do urbano brasileiro um espaço sem caráter.

O Brasil promoveu importantes avanços pela via da educação, a partir da adoção das políticas afirmativas no ensino superior. Se até algum tempo atrás, não existia uma presença expressiva de estudantes negras/os e indígenas, oriundos das classes populares e do campo, frequentando os cursos de graduação das universidades públicas, resultado do racismo e dos processos de exclusão social que marcavam a sociedade brasileira, após a adoção das cotas étnico raciais e socioeconômicas, essa presença pode ser notada nas instituições de ensino, sobretudo naquelas implantadas, a partir de 2005, no interior do país.

O estudo parte da análise do perfil dos estudantes das universidades públicas brasileiras, refletindo sobre a adoção de ações afirmativas que viabilizaram o acesso de pessoas oriundas das camadas populares ao ensino superior, políticas as quais têm contribuído, sobretudo, para a consolidação de um novo cenário que começa a descortinar-se no âmbito dessas instituições.

Visando atender a esse “novo” perfil de estudantes cotistas do ensino superior brasileiro, neste trabalho apresentamos a análise dos resultados da etnopesquisa qualitativa, sobre o desenvolvimento do êxito acadêmico de estudantes oriundo do campo, negros/as cotistas na UFRB, que integra aspectos relativos à permanência e à pós-permanência.

A pesquisa revela os aspectos potencializadores da formação destes/as acadêmicos/as, a partir de um panorama acerca das experiências formativas, durante a permanência e na pós-

permanência no ensino superior, bem como, os diferenciais qualitativos na reflexão sobre os projetos de vida individuais, e a participação cidadã.

O estudo aponta para a necessidade de ampliação da experiência de formação integrada, para o conjunto de estudantes universitários, uma vez que acesso-permanência-pós-permanência e êxito acadêmico são objetivos fundamentais da formação humanística ampla que almeja o ensino superior brasileiro, e as políticas de equidade social, pela via da educação, sendo a estratégia de uma metodologia com amplo alcance pedagógico e político.

A implicação enquanto resultante do investimento da instituição da dinâmica de produção de conhecimento constitui a base deste estudo. “A história de vida tem uma consistência e uma temporalidade que lhe são próprias, são carregadas de: subjetividade, alteridade e autorreferencialidade” (JESUS, 2010, p. 39). Os/as estudantes da zona rural, egressos/as do sistema de cotas da graduação, trazem consigo a demanda social para a continuidade dos estudos. Estudar os estudantes do campo configura-se um fenômeno sociológico na questão do conhecimento científico aplicado.

Nesse sentido, a cidade e o campo formam o município. Partindo do pressuposto que conceitos são coisas que inventam para explicar o mundo, as histórias locais constituem discursos indentitários emergentes.

A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho, e lazer –, e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente. A história local geralmente se liga à história do cotidiano ao fazer das pessoas comuns participantes de uma história aparentemente desprovida de importância e estabelecer relações entre grupos sociais de condições diversas que participaram de entrecruzamentos de histórias, tanto no presente como no passado. (BITTENCOURT, 2009, p. 168)

A opção pela história do cotidiano e pela história local merece uma reflexão a respeito de seus pressupostos. A associação entre cotidiano e história de vida nos possibilita contextualizar essa vivência em uma vida em sociedade e articular a história individual a uma história coletiva. Chegamos a conclusão que o local se estabelece nas relações e se constitui com um outro local. Todavia, a questão de memória impõe-se por ser a base da identidade, e é pela memória que se chega na história local. “As memórias precisam ser evocadas e recuperadas e merecem ser confrontadas.” (Ibid., 2009, p. 170).

Mas nenhuma memória, individual ou coletiva, constitui a história. A história “consiste na escolha e construção de um objeto, operação que pode dar-se a partir de evocações de lembranças” (LE GOFF, 1998, p. 109), e exige, na análise das memórias, um rigor

metodológico na crítica e na confrontação com outros registros e testemunhos. A história do “lugar” como objeto de estudo ganha, necessariamente, contornos temporais e espaciais. Não se trata, portanto, de entendê-los apenas na história do presente ou de determinado passado, mas de procurar identificar a dinâmica do lugar, as transformações do espaço, e articular esse processo às relações externas, a outros “lugares” no Estado burocrático.

“As populações do campo vêm sendo submetidas à dominação colonial e exploração neocolonial, ambas oriundas de um projeto de colonização cultural ao longo da história” (RIBEIRO, 1978, p.164). Segundo Darcy Ribeiro (1978), a economia rural latino-americana baseia-se quase exclusivamente no saber vulgar do homem do campo, oralmente transmitido, jamais avaliado cientificamente através da experimentação.

Antigamente a universidade era uma universidade de elite. Apenas os filhos dos formados tinham acesso a ela. Salvo raras exceções, quem estudava dispunham de tempo integral. A universidade era concebida para ser cursada com calma, parte do tempo reservada aos estudos, e parte aos “sadios” divertimentos circunscritos na vida social. Compreender como esses estudantes refletem/percebem o espaço universitário, tendo em vista suas dinâmicas, configurações, códigos de socialização e inserção foram os aspectos que a pesquisa buscou analisar.

Para a realização do processo investigativo o componente da implicação é fundamental, neste caso seria o lugar, o rural, ou seja, o campo. Como a inserção deste estudante oriundo do campo reflete na sua formação universitária e humana, bem como em sua visão de mundo são os principais eixos que norteiam este estudo. Sendo assim, a questão do diálogo com a escola pública mostra-se fundamental para compreender essa presença de estudantes oriundos do campo na UFRB.

Dito disso, discutir a representação do espaço universitário no sentido de salientar o contexto ressignificando o discurso pautado na história de vida, evidencia a reflexão proposta. Assim, na sua primeira acepção, o título **Páginas Viradas** está relacionado com o sentido de iniciar a escrita deste trabalho, ao mesmo tempo em que abriu passagem ao mundo acadêmico para o diálogo com a educação no/do campo. Visando descrever o termo **Páginas**, é possível imergir no universo da escrita no intuito de ser ator/atriz de sua história de vida na perspectiva do protagonismo criativo. Buscando um dia após o outro dia, preencher com forma e conteúdo capítulos de uma trajetória construída com muito afinho e celebrações que simboliza uma geração de pessoas que de alguma maneira não tiveram acesso a escolarização.

O segundo termo, **Viradas** está ligado ao ato de escrever seu próprio caminho, o que percorre para compreender o objeto de estudo que dentre outros sentidos significa movimento

do ser/serendo uma constante em busca de aspirações no mundo-vida. O título traduz a itinerância e a configuração do pesquisador e do objeto desenvolvido ao longo da pesquisa, enfatizando a imensidão da cultura enquanto propulsora do sistema social. Nessa dimensão do sujeito e objeto de construção do conhecimento como contínuo e inacabado, buscamos compreender os dilemas e perspectivas que constituem trajetória de vida desses estudantes.

A questão do auxílio/programa como fator fundamental para a afiliação e permanência, bem como as questões relativas às políticas de cotas raciais e afirmativas estão diretamente ligadas às políticas de acesso e permanência na universidade pública. No intuito de reafirmar a autoestima e redefinição do estudante negro oriundo do campo pela via da educação, salientar a quebra do fatalismo histórico, e ao trabalho subalterno são as principais implicações que refletem no lugar que esses/as sujeitos/as passam a representar. Tivemos por intuito entender de que forma os estudantes oriundos do contexto não urbano ou de comunidades rurais trilham sua permanência na UFRB, tendo em vista sua relação de identidade com a sociabilidade camponesa, apresentada anteriormente ao seu ingresso.

Em vista do que foi colocado, buscamos compreender como as questões identitárias presentes no lugar de fala e o choque cultural existente no âmbito universitário interfere diretamente na permanência, afiliação, e êxito acadêmico de estudantes originários do campo. Portanto, a presente pesquisa visa a elaboração de material paradidático com a finalidade de ampliar os mecanismos de inserção no ensino superior das populações jovens, moradoras das zonas rurais, estudantes da escola pública, negros e negras, oriundos de famílias de trabalhadores/as da terra, de populações quilombolas, ribeirinhas e congêneres.

CAPÍTULO 4 OS CAMINHOS DA PESQUISA – do campo à cidade/ da escola à universidade

Refletir acerca da trajetória de origem popular constitui a descolonização da instituição identitária. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre a unidade da identidade. O Brasil aparece aqui, com suas diásporas e as suas misturas, como um emissor de mensagens novas, no contexto da globalização. A dificuldade de elaborar um conceito de identidade brasileira reside na diversidade cultural, histórica e social do povo brasileiro. Até mesmo nossa forma de vestir está ligada à nossa cultura. A identidade brasileira, ou brasilidade, foi o resultado de um processo histórico iniciado com a independência, em 1822.

De forma geral, entende-se por identidade aquilo que se relaciona com o conjunto de entendimentos que uma pessoa possui sobre si mesma e sobre tudo aquilo que lhe é significativo. O conceito de identidade cultural faz alusão à construção identitária de cada indivíduo em seu contexto cultural. Nesse sentido, a identidade cultural preenche os espaços de mediação entre o mundo interior e o mundo exterior, por sua vez, entre o mundo pessoal e mundo público. A profissão por exemplo, tem grande influência na construção identitária de algumas pessoas.

Fomos colonizados primeiramente pelos europeus, especificamente pelos portugueses e espanhóis. A Bahia é um território ancestral do Brasil. Nosso país é uma aquarela de grupos étnicos. Constituída por meio da colonização (século XVI) e depois, pelas imigrações por volta dos séculos XVIII e XIX. Temos então uma pluralidade de identidades caracterizadas pelas diferenças. O preconceito é um julgamento sem conhecimento de causa, ou seja, julgar algo ou alguém sem antes conhecer. Sendo que a discriminação é o ato de diferenciar, de tratar pessoas de modo diferente por diversos motivos. Todavia, o racismo é uma forma de preconceito ou discriminação motivada pela cor da pele ou origem étnica. Pensando na extensão dos conceitos, o racismo está dentro dos conjuntos “preconceito” e discriminação, mas não os esgota.

A realidade do Recôncavo Baiano é permeada por estudantes, como agentes transformadores, que irão colaborar para a remodelagem do cenário educacional de nosso país e torná-lo mais equânime. Por reconhecer a importância para a população do Recôncavo Baiano de políticas educacionais de equidade, faz-se necessário preencher as lacunas, diante do potencial pedagógico desenvolver um sistema de educação superior que contemple a diversidade étnica e social de nosso país. Compreender os sentidos e as dimensões do viver no

Recôncavo, a partir de cidadãos que trabalham, estudam e contribuem para o desenvolvimento deste território de identidade que este trabalho versa, bem como entender a realidade de jovens do campo a partir do ingresso e a permanência da juventude camponesa. Gostaria que esse trabalho modificasse a realidade na realização de pesquisas por acadêmicos/as e instituições governamentais voltadas para a superação das desigualdades.

Cultura é tudo que as diferentes raças e as diferentes etnias possuem em matéria de vida social, o conjunto de leis que regem o país, a moral, a educação-aprendizagem, as crenças, as expressões artísticas e literárias, costumes e hábitos, ou seja, a totalidade que abrange o comportamento individual e coletivo de cada grupo ou povo. Essa ideia suscita uma releitura das tradições culturais na Bahia, a partir de uma cultura miscigenada, herança rural, popular, negra, indígena e, mesmo urbana desde sua origem colonial, de marca religiosamente sincrética e culturalmente eclética.

No que diz respeito ao processo de mundialização do capital que ocorre desde os anos de 1980 segundo Maria Ligia de Oliveira Barbosa (2015), tornar-se necessário, pois analisar em que medida as políticas e as ações governamentais bem como, a legislação decorrente contribuiu ou não para a maior democratização do acesso, permanência e aumento do percentual de concluintes na educação superior. É evidente, no entanto, que não basta ampliar o acesso à educação, é preciso garantir a permanência e a qualidade da educação para todos/as considerando as possibilidades de democratização e inclusão com qualidade social.

É preciso reconhecer que o acesso à educação superior no Brasil sempre foi um tema polêmico, especialmente porque confronta, de um lado perspectivas mais elitistas de contenção do acesso visando, em grande parte, a manutenção do prestígio dos diplomas e o status dos profissionais no mercado de trabalho. E de outro, perspectivas mais populares de ampliação do acesso, o que representam aspirações de largas camadas da sociedade no intuito de garantir melhoria nas condições de vida, inserção profissional e, de ascensão social.

Desse modo, uma questão continua posta, apesar dessa autonomia de seleção e da expansão da oferta: como tornar democrático o acesso e a permanência na educação superior? Entretanto, democratizar o acesso à educação superior com qualidade social, significa democratizar a utilização dos recursos do fundo público com efetivo controle social exercido por organismos legitimamente aceitos pela sociedade civil.

Contudo, o acesso à educação escolarizada se constitui para os/as trabalhadores/as do campo como possibilidade de qualificação profissional e de inserção no mercado de trabalho. A universidade pública está longe de alcançar o estágio de massificação do Brasil.

Necessitamos de políticas direcionadas para os segmentos menos favorecidos da sociedade e, sobretudo, para negros, índios e estudantes provenientes das escolas instaladas no campo.

A História, enquanto conhecimento escolar, possui uma história. O peso da “tradição escolar,” as mudanças do público escolar e os impactos do mundo tecnológico estão inseridos nas transformações e permanências da história escolar. Propicia, sobretudo, aos docentes dos diferentes níveis uma base para refletir sobre as finalidades do ensino de História e seu papel na formação das atuais gerações. “Representa novo e valioso impulso e colaboração ao pensamento pedagógico e à valorização do trabalho dos professores na direção de uma melhoria da qualidade social da escolaridade”. (BITTENCOURT, 2009, p.11).

Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB) se aplica ao campo da educação os dispositivos constitucionais, construindo, assim a referência fundamental da organização do sistema educacional do país. Os/as professores/as exercem papel imprescindível e insubstituível no processo de mudança social. Na complexa tarefa de aprimoramento da qualidade do trabalho escolar, os professores contribuem com seus saberes, seus valores e suas experiências. A aceitação de que o aluno possui um conhecimento prévio sobre os objetos de estudos históricos, constitui obter história de vida e processo de aprendizagem.

O ensino de História, constitui uma das bases essenciais do conhecimento das ciências humanas a partir das séries iniciais até o término do ensino básico. A representação social é entendida como modalidade particular do conhecimento. O termo designa ao mesmo tempo o produto, o processo, os conteúdos ou corpus do conhecimento e os mecanismos de constituição e de funcionamento do produto. Considerando a representação social na situação educacional, o fundamental é identificar os conhecimentos adquiridos pela experiência de vida. “As representações sociais devem ser analisadas considerando que os indivíduos são marcados pelo grupo social.” (BITTENCOURT, 2009, p. 236).

Nesse sentido, os filmes são registros de uma história tal qual aconteceu ou vai acontecer, mas representações que merecem ser entendidas e percebidas não como diversão apenas, mas como um produto cultural capaz de comunicar emoções, sentimentos e transmitir informações. Introduzir imagens cinematográficas como material didático no ensino de História não é novidade.

Os trabalhos de historiadores sobre a iconografia cinematográfica começaram em torno dos anos 60 e 70 do século passado, acompanhando os debates que entre outros problemas destacavam a importância de diversificação das fontes a ser utilizada na pesquisa. Entre os franceses, Marc Ferro e Pierre Sorlin foram os primeiros pesquisadores segundo Circe Bittencourt (2009), a dedicar-se às investigações sobre cinema e história. “O filme possui um

texto visual que merece, como texto escrito, uma análise interna e, como artefato cultural, possui sua própria história.” (Ibid., 2009, p.374).

Nos anos 1980, segundo a autora, especialmente pela iniciativa de historiadores norte-americanos, os filmes que passaram a ser utilizados com maior frequência como fonte para a História contemporânea. Os filmes podem ser considerados como textos e, nessa condição podem sofrer recortes a ser apresentados não integralmente aos alunos, mas apenas as partes que mais interessam ao tema tratado. Contudo, por intermédio do recurso visual os alunos podem aprender pelos olhos e não somente só pelos ouvidos, em monótonas preleções.

Os filmes penetraram no cotidiano dos/as alunos/as pela televisão e pelo vídeo, constatando-se uma verdadeira invasão de imagens, enorme aprendizagem, “pelos olhos”, cujo alcance pedagógico, entretanto, é difícil de ser avaliado ou mensurado. Fazer a opção por um mestrado profissional no Brasil é algo ainda novo. Na área de História, a Fundação Getúlio Vargas foi pioneira implementando-o no ano de 2003. Confere o mesmo status acadêmico.

A ênfase nos estudos e técnicas estão diretamente voltados no empenho e aprimoramento de alto nível de qualificação profissional (RELA; DALL'AGNOL, 2016). Deve ter ênfase na produção técnica, uma vez que o estudo compreende o relato de uma experiência, ou implementação de estratégias, ou produtos de natureza educacional/recursos didáticos, visando à melhoria da área. Tal produção deverá promover a articulação integrada da formação profissional, com demandas sociais, gerando e aplicando processos de inovação apropriadas.

Para as autoras, uma importante contribuição social de um trabalho produzido no Mestrado Profissional é ultrapassar as fronteiras restritas ao universo acadêmico para mergulhar na sociedade, onde o professor lida com as diversas dificuldades cotidianas, e o estudante carece de experiências que possam humanizá-lo e o próprio meio em que vive. O audiovisual, a imagem mais o vídeo é uma possibilidade de tornar visível o que é invisível. A edição é o processo de escolhas das imagens, sendo acompanhadas da montagem das cenas, a inserção de trilhas sonoras, sons, legendas, e efeitos especiais.

A cultura é parte do que somos, nela está o que regula nossa convivência e nossa comunicação em sociedade. A identidade cultural é um conjunto vivo de relações sociais e patrimônios simbólicos historicamente compartilhados que estabelece a comunhão de determinados valores entre os membros da sociedade. Não pode ser vista como sendo um conjunto de valores fixos e imutáveis que definem o indivíduo e a coletividade.

Desse modo, como construção social e discursiva, a identidade é uma ficção, uma ilusão, um pertencimento inventado e, sobretudo, um efeito de poder em que alguém pode falar em nome de outro, dizer quem é o outro, estabelecer seu “regime de verdade” (FOUCAULT, 1979).

Segundo teorias recentes, a identidade cultural se constrói de forma múltipla e dinâmica. Houve uma abertura de novas possibilidades de entendimento. As identidades passaram a ser trabalhadas com definições menos rígidas. Portanto, a brasilidade, a identificação do/a brasileiro/a com os outros/as filhos/as do mesmo território, é uma questão muito mais de pertencimento, afetividade e simpatia individual do que um conceito social construído e fundado propriamente dito em critérios únicos.

4.1 A PRODUÇÃO DAS TRILHAS NOS CAMINHOS DA ROÇA

Fazer um vídeo é contar uma história. E o ato de contar histórias é uma das atividades mais antigas da humanidade. Através dela surge a memória, em cima da qual abrem-se oportunidades para a construção de uma identidade cultural e social, fortalecendo valores ou mudando-se costumes. Tratando-se de um documentário relacionado à vida de uma pessoa e de seus fazeres situados em um determinado tempo de sua vida, faz-se necessário uma pesquisa histórica. Mas não basta só o estudo da História para que nasça dele a produção de um vídeo.

Estes, identificando-se com processos de desenvolvimento da pessoa, representam um caminho de experiências de vida que cada um terá que fazer por si mesmo, jamais podendo tornar-se objeto vendável ou comprável. Partindo dessa premissa, e com essas aprendizagens, já oferece um roteiro prévio para se contar. Enfim, “o vídeo documentário, a priori, surgiu com o intuito de auxiliar as ciências, devido ao seu efeito de real, que aparentemente garante uma objetividade no que é mostrado” (ROSSINI, 2006, p.116).

Entretanto, sendo uma produção humana, é impossível separá-lo de suas subjetividades. Toda produção audiovisual está inserida num contexto social, cultural, político e econômico. Aprendemos que o isolamento de algum estudo pode ser bom para o conhecimento, mas somente por um momento. Depois é preciso se juntar o separado ao todo. O todo é o saber. Além disto, vimos como são diversas as fontes históricas e as linguagens historiográficas, podendo um documentário servir como fonte de pesquisa, além de material de ensino para o professor de História e de outras áreas do conhecimento. Concordamos com Paulo Freire (1996), quando pregou o diálogo como método, como viés para o entendimento e para a arte de se saber mais, como a vida, feita do que aprendemos e do que somos, um sentimento de pertença que também é fruto de aprendizagens.

Somos o que aprendemos. Um livro está cheio de informações, mas não é interativo. Como a vida é uma coisa viva, interativa da mesma maneira a palavra viva interativa é sempre

mais indicativa do tempo presente do que a palavra estática, morta ou escrita. Portanto, a interatividade do som e da palavra é mais “conhecimento” do que está escrito. A palavra revela, apenas ouvindo a palavra, você conhece a profundidade do pensamento.

A representação social é entendida como uma modalidade particular do conhecimento. O termo designa ao mesmo tempo o produto, o processo, os conteúdos ou corpus do conhecimento e os mecanismos de constituição e de funcionamento do produto. Considerando a representação social na situação educacional, o fundamental é identificar os conhecimentos adquiridos pela experiência de vida. As representações sociais devem ser analisadas considerando que os indivíduos são marcados pelo seu grupo social. O conteúdo audiovisual é tido como uma representação que merece ser entendido e percebido não apenas como diversão, mas como um produto cultural capaz de comunicar emoções, sentimentos e transmitir informações.

A produção deste material, para além, de retratar realidades, promove uma apreensão de conhecimento que vai mais longe do que somente a transferência de conteúdo. Desta forma, este material auxilia o professor a tecer um conhecimento contextualizado com o cotidiano do/a estudante, que por sua vez idealizará um conhecimento mais consistente e significativo. A produção de um documentário no formato de um vídeo tem resultado mais objetivo e dinâmico. Sentidos como a audição, a visão e, a sensibilidade são acionados ou aguçados. Ou seja, vários sentidos estimulando a aquisição de conhecimento. É um gênero que tende a ir mais próximo possível da realidade.

Mesmo tendo a característica de veracidade dos fatos, ele também entra na ficção e proporciona “toque” de fantasia nos acontecimentos. Sem dramatização é considerado reportagem. O filme possui um texto visual que merece, como o texto escrito, uma análise interna e, como artefato cultural, possui sua própria história. Um vídeo constitui uma verdadeira invasão de imagens, enorme aprendizagem “pelos olhos”, cujo alcance pedagógico, entretanto, é difícil de ser avaliado ou mensurado.

O campo do documentário, configura uma produção cinematográfica, considerada uma área em expansão no cinema brasileiro. Meu interesse é contar histórias que buscam contribuir para a valorização da Memória Social, particularmente da memória negra camponesa. Contar histórias do povo negro, além de ser algo que me deixa feliz, faço isso por entender que apesar do povo negro ser majoritário na Bahia e no Brasil, não há uma representação digna e positiva de sua história na Televisão, no Cinema e nos meios de comunicação em geral.

As estatísticas de cor ou raça produzidas pelo IBGE mostram que o Brasil ainda está muito longe de se tornar uma democracia racial. Milhões e milhões de jovens negros e negras,

que cresceram imersos em um ambiente onde a representação negra sempre foi associada ao estigma de inferioridade e da submissão. A história do povo negro no Brasil foi contada associada à dor, à incapacidade, ao sofrimento, à humilhação e à escravidão. No entanto, houveram histórias grandiosas, dignas e emocionantes e merecedoras de registros e relatos também dignos.

Contribuir com a mudança desses paradigmas históricos, contando histórias do povo negro na perspectiva de valorização, de afirmação de uma identidade através da educação. Histórias dignas e belas capazes de preencher nossa estima e confiança, afirmando que também somos belos/as, inteligentes e capazes. O meu mergulho nos temas que trabalho é absoluto e pleno. Tento ter o máximo de pertencimento. Cada vez mais o audiovisual ganha protagonismo na formação cultural e política das pessoas, particularmente dessa nova geração, fascinada pelas imagens e linguagem sonora.

O embasamento histórico nos documentários lhes assegura uma credibilidade e a perenidade desejada, não são efêmeros. Em uma época em que a pressa e a instantaneidade se fazem dominantes, o bom cinema pede a contemplação, da qual nosso tempo está necessitado. Em um processo de disputa, me coloco ao lado dos que acreditam na força de uma reflexão transformadora e revolucionária. Negros e negras na sociedade brasileira enfrentam dificuldades de acesso em todas as áreas que permitem melhores condições de trabalho e de vida, seja na política, na academia, na vida empresarial, na ciência e também na cultura, na arte.

Vivemos de forma não declarada em uma sociedade racista, preconceituosa, inclusive na Bahia, um estado com 74% da população negra, haja vista a sub-representação negra nessas áreas citadas anteriormente. É necessário um movimento de valorização da memória negra e visibilidade. O modelo de sociedade brasileira, hegemonicamente branca, em geral produz restrições a pessoas negras independente da área de atuação.

O Cinema é uma ferramenta importante para a superação das desigualdades. Possibilita temas e questões que nos façam refletir sobre a vida, a nossa, a do coletivo étnico ao qual pertencemos e sobre a própria sociedade. O Cinema pode mudar as pessoas que por sua vez podem mudar a sociedade. Desse modo, políticas públicas de superação das desigualdades econômicas e sociais que no Brasil são profundas, são fundamentais, mas elas não podem e, nem devem ser apartadas das políticas de mudança das mentalidades, e para isso é preciso trabalhar a cultura, que ambienta o dia-a-dia de nossa existência.

Segundo Wlamyra de Albuquerque (2010), as políticas do Estado brasileiro foram construídas desde a abolição, e ainda hoje num sentido de garantir lugares sociais diferentes para os/as negros/as, a partir de uma condição social. Onde há opressão, há resistência à

opressão. Onde houve a escravidão, houve a luta por liberdade o tempo inteiro. No que tange as políticas públicas ainda é insuficiente o momento de afirmação da juventude negra na universidade. Políticas culturais na Bahia via de regra são precárias, não são a prioridade para o governo. A importância que tem a cultura para transformar as mentalidades, para construir pessoas com pensamentos de ações transformadoras.

O Brasil precisa de mudanças culturais, ou seja, de mentalidades. São estudantes negros e negras de família de baixa renda que ingressaram na universidade pública. Impactando em mudanças estruturais através da cultura e da educação, bem como, em ações transformadoras para mudar a conjuntura em prol de uma vida coletiva, solidária. É preciso de gestão que realmente seja transformadora, que efetivamente transforme e aprofunde suas práticas e não fique apenas no faz de conta.

São 350 anos de luta pela liberdade. A escravidão é o domínio absoluto, a opressão absoluta, a posse, a submissão total. De manhã, de tarde, de noite, de madrugada, tinha um dono e uma dona. A sociedade brasileira é conservadora ainda que não revele. Eu não posso fazer um documentário inventando fatos, porque se não estaria ferindo o princípio fundamental de buscar contar uma realidade mais próxima possível. O que eu posso fazer é construir uma estética visual que torna a dinâmica mais atrativa.

No tocante a construção da identidade nacional, podemos ressaltar alguns eventos históricos e sociais que influenciam a ocupação de posições sociais e econômicas, como: a questão da Independência do Brasil em 1822, insinuando um conchavo, atrelada a figura da monarquia, Dom Pedro II um monarca que reina por 49 anos, a República em 1899 com Marechal Deodoro representando a liderança na época, o Estado Novo com Getúlio Vargas, e a Ditadura Civil-Militar. Ou seja, o Brasil é todo construído com essa onda conservadora, é preciso transformações profundas que só será possível através da cultura e da educação apostando nas futuras gerações.

Para Duarte (2002, p. 17), muito do que compreendemos da história da humanidade está pautado pelo contato das imagens cinematográficas. Para ela, o cinema está atrelado à educação, quando assume um papel tão importante para formação dos indivíduos. O mundo do cinema é um espaço privilegiado de produção de relações de sociabilidade. A autora analisa que “ver filmes é uma prática tão importante, do ponto de vista de formação cultural e educacional das pessoas, quanto a leitura de obras literárias, filosóficas, sociológicas e tantas mais”.

Apontando conclusões acerca do estudo realizado, entendeu-se que a metodologia proposta, com a utilização da produção audiovisual, assim como qualquer outro processo de aprendizagem, não é totalizadora. Mesmo que se saiba a potencialidade de formação humana

que o audiovisual possibilita, lidamos com o livre-arbítrio das pessoas e com a formação cultural das mesmas, além da subjetividade de percepção de cada indivíduo.

A partir da fundamentação e do processo percorrido, é possível identificar e responder ao problema inicialmente posto: A produção audiovisual, como recurso didático-pedagógico no ensino de História, pode trabalhar o sentimento de identidade e de pertença. A combinação e a cumplicidade entre o ensino de História e o Audiovisual corrobora uma educação libertadora e humanizadora. Possibilita aproximar ações para a transformação histórica e sociocultural da realidade e do próprio indivíduo.

Agrupar as falas por tema foi a escolha realizada para este estudo. Assim sendo, quem você é e de onde veio tem muito valor na universidade.

Entrevistas e reminiscências podem também capacitar o historiador e dar identidade e caráter às pessoas que, normalmente, permaneceriam como meros nomes numa lista de rua ou registro paroquial, e restaurar algo da importância original daqueles que não deixariam nenhum relato escrito de suas vidas (SAMUEL, 1990, p. 233).

No entanto, apesar da fartura de possibilidades e alternativas de aproveitamento desses recursos na escola e na universidade, observamos que, de uma forma geral, as tecnologias ainda são subutilizadas na educação. “A utilização dos depoimentos orais é extremamente rica por possuir atributos únicos, fornecendo informações que outros tipos de documentos não seriam capazes de transmitir.” (SAMUEL, 1990, p. 230). Estamos em pleno século XXI, era da imagem e da comunicação. Temos acesso a uma carga de informações nunca antes imaginada numa velocidade ainda hoje difícil de acreditar.

Para Cristiane Nova (1996) os documentários, não obstante a sua aparente objetividade também são representações do passado e como tais, devem ser tratados. A seleção do tema, dos fatos enfatizados, das imagens e o seu encadeamento, a música utilizada, o conteúdo do texto narrado e a sua inserção, tudo isso faz parte do universo de subjetividade presente no filme, que deve ser abordado à luz da relação passado presente. Ou seja, as imagens e demais elementos que compõem o documentário são pensados e planejados tanto quanto qualquer outra obra audiovisual, cabendo aos idealizadores terem cuidado quanto às escolhas que são feitas na elaboração do mesmo.

As políticas de ações afirmativas visam fomentar o ingresso de estudantes pobres nas Instituições de Ensino Superior, que em nosso país são majoritariamente afrodescendentes. Trata-se de políticas com vistas a equiparar reflexos de expressivas iniquidades sociais. Sendo assim, políticas desta natureza, desenhadas, permitem uma possibilidade em curto prazo de reverter às discrepâncias existentes entre o número de pretos e pobres, oriundos do campo e áreas

periféricas, no ensino superior em relação às camadas mais abastadas da sociedade. Afinal, o que de fato é necessário, é ampliar políticas e recursos para educação de um modo geral e em particular para o ensino superior (JESUS, 2010).

A universidade como bem público reside em ser uma instituição que liga o presente ao médio e longo prazo pelos conhecimentos e pela formação que produz, além disso, pelo espaço público privilegiado de discussão aberta e crítica que a constitui. A emergência de um mercado universitário, primeiro nacional e agora transnacionalizado, tornam mais evidentes as vulnerabilidades da universidade pública brasileira, como por exemplo, a incapacidade de se auto interrogar no mesmo processo em que interroga a sociedade.

A implantação do modelo de desenvolvimento econômico conhecido por neoliberalismo ou globalização neoliberal que, a partir de década de 1980 se consolidou internacionalmente, implicou na perda geral da prioridade nas políticas públicas de Estado da universidade pública. A globalização neoliberal da economia veio aprofundar a mercadorização da universidade pública segundo Santos (2011). O autor coloca que “a preocupação da universidade tem sido reduzida à educação para o mercado permanente” (SANTOS, 2011, p.26).

Que cidadania é essa que só os filhos das classes altas têm o privilégio de aceder no ensino gratuito? Com base neste questionamento, é gritante a ínfima representação de estudantes não abastados do campo no âmbito do ensino superior público brasileiro. “A universidade pública atende a construção do projeto de país, um projeto nacional e quase sempre elitista” segundo Santos (2011, p.46).

Quando se fala em democratização da universidade tem-se normalmente a questão do acesso e o fim das discriminações que a limitam. Democratização externa tem sido um importante tema de debate. A democratização externa defende maior aproximação da universidade à indústria através de apelo a privatização e que teve na última década um impacto enorme nas universidades.

A ideia da democratização externa confunde-se com a responsabilização social da universidade, pois o que está em causa é a criação de um vínculo político orgânico entre a universidade e a sociedade que ponha fim ao isolamento da universidade que nos últimos anos se tornou anátema, considerando manifestação de elitismo, de corporativismo, de encerramento na torre de marfim etc. O apelo à democracia externa é ambíguo porque é feito por grupos sociais diferentes com interesses contraditórios. (SANTOS, 2011, p.98)

Grupos e interesses sociais mais distantes da universidade, poderíamos destacar o próprio campo enquanto expoente intencional de esquecimento. O autor questiona a legitimidade da universidade privada, tendo em vista o princípio que a universidade é um bem

público. Não compete ao Estado fomentar a universidade privada, sua relação com esta última é de regulação e fiscalização.

Num período de austeridade financeira, não se justifica que fundos públicos sejam canalizados para o setor privado. Por sua vez, a regulação da universidade privada deve ser tanto indireta como direta. A regulação indireta decorre da expansão e da qualificação da universidade pública de modo a fazer subir o patamar do negócio universitário rentável. A situação diverge de país para país, mas, em geral, com a exceção dos Estados Unidos da América, o setor universitário privado ocupa a base da pirâmide da qualidade, não o topo. (SANTOS, 2011, p.107)

A universidade é um bem público intimamente ligado ao projeto de país. O sentido político e cultural deste projeto e a sua viabilidade dependem da capacidade nacional para negociar de forma qualificada a inserção da universidade nos contextos de transnacionalização. A universidade como um bem público é hoje um campo de enorme disputa. “A direção em que for a reforma da universidade é a direção em que está a ir à reforma do Estado” (SANTOS, 2011, p.114).

A educação para a população rural é tratada hoje no Brasil sob a denominação de Educação do Campo, e incorpora uma realidade histórica variada, englobando as mais diversas práticas da “vida campestre”, tais como os espaços onde vivem os grupos e comunidades negras camponesas/rurais, agricultores, extrativistas, caçadores, ribeirinhos, pescueiros, indígenas, quilombolas, posseiros, meeiros, fazendeiros e, etc. Ela expressa a luta dos povos do campo por políticas públicas que garantam o direito à educação, uma educação que seja no campo e do campo contemplando dessa forma os anseios da realidade existente nesse contexto²⁰.

A realidade da educação para o mundo rural está imersa em utopias, exclusões e desigualdades (CARDEL e SANTOS, 2011). Contudo, a Lei 9.394 de 1996 (LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, tentando garantir uma educação básica igualitária, calcada nas peculiaridades de cada grupo social, preconiza em seu artigo 28, superar as defasagens históricas do acesso à educação escolar para as populações do campo, visando-a em especial.

²⁰ Educação do Campo – Nasce de um movimento dos próprios sujeitos sociais do campo que reivindicam seus direitos a terra, a educação, à cultura, entre outros, em um conjunto de lutas contra hegemônicas. Dentre elas destacam-se: a ampliação das escolas do campo, políticas de formação dos cursos de Educação Profissional e Superior, das políticas de formação dos/as professores/as e gestores/as, dos programas de livros didáticos específicos, do apoio técnico e pedagógico, entre outros direitos dos sujeitos do campo, como políticas contínuas e afirmadoras de igualdade. Educação Rural – Concebe o campo como espaço prosaico de atraso, desprovido de dinamismo e de perspectivas de futuro, cujo destino inexorável é ceder lugar à modernidade associada à vida urbana. Remete-se à escolarização elementar historicamente oferecida aos filhos de grandes agricultores e latifundiários.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II- organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III- adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, p. 11)

Entretanto, o sistema educacional voltado para a população no/do campo perpetua e transmite elementos constituintes da cultura de uma elite, contribuindo para a falta de acesso a escola, bem como, para a manutenção da exclusão dos desfavorecidos econômicos e culturalmente. Segundo CARDEL e SANTOS (2011 p.44), “a população do campo principalmente aquelas localizadas nas regiões Norte e Nordeste não está incluída na prática das políticas públicas educacionais do Estado Nacional brasileiro.”

Para as autoras em questão, há uma relação de dominação de ideias através da prática pedagógica que conduz legitimidade do meio urbano frente ao meio rural, naturalizando dessa forma uma visão do campo como aquele que é atrasado e retrógrado. No âmbito socioeconômico, em relação à educação e ao trabalho no/do campo, a sociedade brasileira possui uma dívida acumulada ao longo de décadas. Isto é o que se observa explicitamente no meio rural: desigualdade e exclusão social em todos os níveis e aspectos, sobretudo, no que tange à questão educacional.

O sistema de ensino brasileiro está marcado por grandes contradições que, de certo modo, valorizam o meio urbano e o estilo de vida socioeconômico capitalista em detrimento, sobretudo, do modo de vida e trabalho do contexto rural. Nesse sentido, a temática do acesso desta população no ensino superior se torna altamente relevante para a transformação da universidade pública brasileira, tendo em vista que historicamente não há presença do ingresso significativo do público oriundo do campo na universidade. A educação do campo vem conquistando espaço, nos últimos anos, nos debates e nas políticas educacionais no Brasil, principalmente no que diz respeito ao acesso ao ensino superior e suas implicações no cenário geo-histórico.

As sociedades da modernidade tardia são caracterizadas pela diferença. Segundo Stuart Hall (2006), a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Ela

permanece sempre incompleta, está sempre processada e formada. Em vez de falar em identidade deveríamos falar em identificação e vê-la como um processo em andamento.

Todavia, a raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Sendo assim, a colonização fornece meios pelos quais as pessoas se expressam e se entendem. Ademais, o preconceito de cor é uma idiotice, uma estupidez que deve ser banida. Nada de mais sensacional do que um/a negro/a que se exprime corretamente. O branco domina o processo de repartição racial da culpa. Por conseguinte, a atitude revela a intenção. Ser branco é como ser rico, bonito e inteligente. Se os brancos pobres odeiam os pretos não é, porque o racismo é obra de pequenos comerciantes e de pequenos colonos que deram duro durante muito tempo sem sucesso na África do Sul.

A civilização europeia e seus representantes mais qualificados são responsáveis pelo racismo colonial. A Europa tem uma estrutura racista. A inferiorização é o correlato nativo da superiorização europeia. Desigualdades sociais baseadas nas diferenças étnicas, no Brasil, acirraram-se durante o século XX. Sendo o genocídio a lógica normal, o colonialismo é portador de racismo. De igual maneira, Aimé Césaire (1978), vai aprofundar o direito à personalidade. A Europa tem contas a prestar perante a comunidade humana pela maior pilha de cadáveres da história.

A ideia do negro bárbaro é uma invenção europeia. De um modo geral, os estereótipos difundidos a respeito do negro: passividade, infantilidade, incapacidade intelectual, aceitação tranquila da escravidão. Antes de tudo, importa caracterizar o racismo como uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial. As possibilidades de ascensão a determinados setores da classe média têm sido praticamente nulas para a maioria da população negra.

Os argumentos contrários ao sistema de cotas carregam o signo de uma ideologia que fez com que o país vivesse o colonialismo, a escravidão e a própria ditadura. Está no DNA da classe dominante brasileira buscar impedir a emancipação dos oprimidos, por esses constituírem ameaça ao seu domínio. Darcy Ribeiro (1978), fundador da UNB e um dos maiores antropólogos brasileiros, teve a ocasião de asseverar que “o maior problema do Brasil é sua elite” (RIBEIRO, 1978). Segundo o autor, as elites brasileiras se apropriam unicamente do poder para usurpar à riqueza nacional, condenando seu povo ao atraso e sua penúria.

O crescimento e a proliferação de cidades marcaram profundamente o século XIX. A cidade se apresenta o centro das ambições. A cidade não para só cresce, em detrimento do campo que permanece estagnado. Por conseguinte, reúne detalhes sobre o real, não sendo

apenas um aglomerado onde pessoas fazem trocas comerciais. A cidade é um fato cultural, um caldeirão de impressões, de sentimentos, de desejos e de frustrações.

As pessoas urbanas se sentem superiores às do campo. O combate ao racismo, portanto, começa pelo combate à institucionalização das desigualdades de direitos individuais. Políticas afirmativas visam corrigir, e não eliminar, mecanismos de seleção por mérito, e garantir respeito à liberdade e à vontade individual. Longe de ferir ou atentar contra a ordem instituída pelo mérito, a ação afirmativa tem na sua individualidade, na igualdade e na liberdade os pressupostos que a garantem.

Somos corpos pensantes bailando no caos social. No beat pesado da vida, admitimos a violência dirigida aos que merecem, as coisas são mesmo assim, não há o que disfarçar. Baseadas na experiência adquirida no passado, queremos continuar a dançar, precisamos celebrar a vida, pois o adeus é um loop torto, não agrada. Ainda não aprendemos a mixar a perda.

Hoje, a luta contra a exploração/dominação implica, sem dúvida, em primeiro lugar, o engajamento na luta pela destruição da colonialidade do poder, não só para terminar com o racismo, mas pela sua condição de eixo articulador do padrão universal do capitalismo eurocentrado. (QUIJANO; In: SANTOS, 2009, p. 113).

Portanto, o lugar central da “corporeidade” neste plano leva à necessidade de pensar, de repensar, vias específicas para a sua libertação, ou seja, para a libertação das pessoas, individualmente e em sociedade, de todo o poder. E a história até aqui aponta para que haja outro caminho senão a socialização radical do poder para chegar a este resultado. No tocante ao projeto de mestrado pensado para esta proposta, **Páginas Viradas:** Estudantes do Campo no Ensino Superior, a relação com a saída de uma cultura rural “predestinada” ao fatalismo histórico, ao trabalho subalterno, e a transição para o ingresso na universidade e na vida urbana, explica-se, sobretudo, pela fundamental representação que assume o aspecto familiar neste momento, e pelo papel propiciado pelas políticas públicas de permanência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando romper o confinamento racial das universidades brasileiras, repensando a nossa história para projetar um novo futuro, estreitando as relações entre a universidade, a educação básica e a comunidade, de modo a contribuir com a ampliação do acesso ao ensino superior público é o que basicamente tem enfatizando os estudos desta pesquisa.

Analisando instrumentos de difusão de conhecimento sobre o acesso ao ensino superior, e a das políticas afirmativas desenvolvidas no âmbito da UFRB, tanto para o ingresso em uma universidade, quanto para a permanência qualificada e a construção do êxito acadêmico, contribuindo significativamente para a política pública e institucional da UFRB, para a mudança social pela via da educação.

De norte a sul, era uma luta por direitos, para denunciar o racismo institucional, o apagamento da história. Possibilitando trocas de saberes, de conhecimentos possibilitando uma reflexão coletiva e colaborativa. A partir daí, o contato entre ensino superior, e políticas afirmativas desenvolvidas tanto para o ingresso em uma universidade, quanto para a permanência qualificada e a construção do êxito acadêmico desses estudantes foi apontado.

Aspectos como a interação dos envolvidos, protagonismo, e capacidade de intervenção destes em seus territórios, sendo um indicativo de superação o ingresso no ensino superior, nos diferentes níveis, e para a juventude negra do Recôncavo. O estudo é de cunho qualitativo, a ação é desenvolvida, no município São Félix-BA. No âmbito das políticas institucionais as atividades de ensino-pesquisa-extensão nas escolas públicas da região, buscam estabelecer a conexão de saberes acadêmicos e escolares, ampliando o contato entre os estudantes negros/as no Recôncavo.

Verifica-se, portanto, que vivenciar o ambiente universitário é uma experiência privilegiada para a disseminação da cultura e suas múltiplas dimensões. É razoável pensar que a vida acadêmica pressupõe a apresentação de conceitos e vivências culturais em um lugar significativo, onde se cultiva a reflexão crítica sobre a realidade. Para uma efetiva democratização além do ingresso, tornar-se relevante possibilitar aos que ingressam na universidade condições de nela permanecer com êxito. É indicativo de democratização o direito que têm os jovens de participarem da cultura.

Do mesmo modo, esta pesquisa vislumbra contribuir, ainda que de modo inicial, com a sistematização de informações relativas à vida de estudantes cotistas, nos programas de permanência e/ou de iniciação científica, e oriundos/as particularmente do campo, assim como

a investigação sobre as metodologias participativas da mobilidade acadêmica entre o campo e a universidade, e novas formas de participação das populações do campo na universidade e na educação básica.

Para tanto, a pesquisa utilizou instrumentos de prospecção qualitativa, com especial atenção para a revisão de literatura sobre o tema, o registro das narrativas (auto)biográficas dos/as estudantes participantes na pesquisa, e o levantamento das práticas, políticas e ações institucionais na escola pública e na universidade, que visam a promoção do acesso e a permanência com êxito no ensino superior, para estudantes oriundos/as da zona rural nas cidades do recôncavo da Bahia.

Numa antevisão da nova civilização, o trabalhador rural desaparece do quadro social como categoria preponderante. Na polarização da dicotomia rural-urbana, a população rural é desqualificada. O rural e suas possibilidades são totalmente esquecidos. Nós trabalhamos na terra arduamente para o sustento da família. Mas somos iguais a todo mundo. Historicamente, valorizou-se o urbanocêntrico, ou seja, a concepção homogeneizante de educação que toma como referência a lógica dos centros urbanos, negando e silenciando as reais necessidades das populações identificadas com o campo.

O não atendimento escolar ao mundo rural foi uma constante. No âmbito socioeconômico, em relação à educação e ao trabalho no/do campo, a sociedade brasileira possui uma dívida acumulada ao longo de décadas. Isto é o que se observa explicitamente no meio rural: desigualdade e exclusão social em todos os níveis e aspectos, sobretudo, no que tange à questão educacional.

A instituição universitária, no século XXI não pode ser compreendida como um ambiente que prepara os jovens apenas para a atuação profissional. O ambiente universitário pressupõe a ampliação do conhecimento do estudante não apenas circunscrito a uma determinada especialização. É necessária uma formação cultural e humanística para a atuação profissional ou para o convívio coletivo em geral. Pensar o ensino superior como política de inclusão social dos/as jovens é evidenciar o sentido dessa inclusão como sinônimo de recuperação da participação social, da cidadania, e da plenitude dos direitos socioculturais.

No contexto educacional, os profissionais das diferentes áreas de conhecimento precisarão trabalhar de forma interdisciplinar, a fim de vencer as fronteiras do conhecimento e propiciar uma educação que não seja fragmentada e fechada em si mesma. Para que se efetive/promova a igualdade no Brasil é necessário o envolvimento e compromisso de gestores públicos e privados, profissionais da educação, ativistas sociais entre outros sujeitos políticos.

Priorizar ações de permanência capazes de oferecer possibilidades de inclusão e acolhimento, em dimensões materiais e simbólicas. Ampliando as ações voltadas à emancipação e transformação social na região. Entendemos que a formação de cidadãos/cidadãs conscientes de seu papel profissional e histórico, implicado na afirmação da juventude do Recôncavo é a maior contribuição no enfrentamento à desigualdade econômica, política e social e para a construção de um mundo onde a potência criativa de cada um/uma é o maior valor para a sociedade.

No âmbito socioeconômico, em relação à educação e ao trabalho no/do campo, a sociedade brasileira possui uma dívida acumulada ao longo de décadas. O meio urbano naturaliza uma visão do campo como aquele que é atrasado e retrógrado. Nesse sentido, a temática do acesso desta população no ensino superior se torna relevante para a transformação da universidade pública brasileira, tendo em vista que historicamente não há presença do ingresso significativo do público oriundo do campo na universidade pública.

Além disso, avaliou-se também como positivos as experiências formativas da pesquisa e extensão, na sua relação com as políticas afirmativas, a dinâmica coletiva, a participação em eventos, a produção científica na avaliação acadêmica e a criação de um ambiente de construção solidária entre os pares, estudantes de igual trajetória de vida e formação. Sendo assim, políticas afirmativas, desenham uma possibilidade em curto prazo de reverter às discrepâncias existentes entre o número de pretos e pobres, oriundos do campo e áreas periféricas, no ensino superior em relação às camadas mais abastadas da sociedade.

Isso implica dizer que os/as estudantes bolsistas oriundos das classes populares, negros/as, integrantes da política de cotas tiveram/têm condições de construir uma permanência qualificada na universidade, seja pela construção de novos saberes, seja pelo diálogo com os pares e as comunidades locais, regionais, tradicionais, a partir de novos referenciais de cultura e promoção do êxito acadêmico.

Esperamos que este texto possa contribuir para fortalecer uma percepção mais plural acerca da ruralidade brasileira. Espaço habitado por pessoas de carne e osso que participa do processo de concretização do projeto de modernidade no Brasil. Particularmente acreditamos que o estudo possa fornecer elementos que ajudem numa interpretação mais descentrada crítica e menos homogênea acerca das culturas rurais oportunizando por consequência, relações mais democráticas e plurais entre as identidades.

Orientar os/as estudantes para a escolha profissional adequada às possibilidades e aspirações individuais no mundo do trabalho, bem como estimulá-los à continuidade nos

estudos, minimizando os indicadores de evasão escolar, mostra-se fundamentais neste cenário. Portanto, espera-se que a pesquisa possa contribuir no acesso ao ensino superior de sujeitos historicamente excluídos das políticas educacionais, trata-se de uma iniciativa voltada para fortalecer a política de acesso à Educação Superior, direcionada a estudantes concluintes e egressos do ensino médio das redes pública, da zona rural e, na consolidação de uma relação institucional mais profunda das diversas localidades da zona rural no Recôncavo com a UFRB.

REFERÊNCIAS

- ACANDA, Jorge L. **Sociedade Civil e Hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra. “A vala comum da ‘raça emancipada’”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. **História Social**, n. 19, p. 91-108, 2010.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra. FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**, 2006.
- ALVES, Rita de Cássia Dias Pereira; NASCIMENTO, Cláudio Orlando Costa do. **Formação cultural: sentidos epistemológicos e políticos**. (Org.). Cruz das Almas: EDURFB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, 295 p. (Coleção UNIAFRO; 3).
- ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação**. São Paulo: Loyola, 1999.
- ALVES, Rubem. **Escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir**. Campinas – SP: Papirus Editora, 2002.
- ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salet; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma educação do campo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520: informação e documentação: citação em documentos**. Rio de Janeiro, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: informação e documentação: elaboração: referências**. Rio de Janeiro, 2002.
- A NICÓMACO, ARISTÓTELES – *Ética*. Tradução de António C. Caeiro. **Tradução de António C. Caeiro, Lisboa: Quetzal Editores**, 2004.
- AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. 3 ed. Campinas SP. Autores Associados, 2004.
- AZEVEDO, M.L.N.; CATANI, A.M. Políticas Públicas para a Educação Superior no Brasil: de FHC a Lula. In: AZEVEDO, M.L.N. (Org). **Política Educacional Brasileira**. Maringá/PR: EDUEM, 2005, p. 67-95.
- BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. Expansão, Diversificação, Democratização: questões de pesquisa sobre os rumos do ensino superior no Brasil. **Caderno CRH**, v. 28, n. 74, p. 247-254, 2015.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. Democratização ou massificação do Ensino Superior no Brasil. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 24, n. 2, p. 240-253, 2019.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. As desigualdades diante da educação e seus efeitos sociais. **Caderno CRH**, v. 20, n. 49, p. 09-13, 2007.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. O ensino superior no Brasil: credencial, mérito e os coronéis. Barbosa MLO, organizador. **Ensino superior: expansão e democratização**. Rio de Janeiro, v. 7, p. 51-69, 2014.

BAQUEIRO, Dicíola Figueirêdo de Andrade. **Equidade e eficácia na educação: contribuições da política de assistência estudantil para a permanência e desempenho discente**. 157 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Salvador, 2015.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Tradução Lucie Didio. Brasília, Líber Livro, 2002.

BARBOSA, Jorge Luiz; SILVA, Jailson de Souza e; SOUSA, Ana Inês. **Ação afirmativa e desigualdade na universidade brasileira**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pró-Reitoria de Extensão, 2010, 340 p. (Coleção grandes temas).

BARICKMAN, Bert Jude. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999. p.82-103.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BRASIL. **Educação do campo: marcos normativos**. Brasília: MEC/SECADI, 2012.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm> Acesso em: 14 set. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 11 set. 2020.

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo**

oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "**História e Cultura Afro-Brasileira**", e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm> Acesso em: 14 set. 2020.

BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm> Acesso em: 14 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 de dez. de 1996.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm> Acesso em: 18 out. 2020.

BRASIL. Portaria Normativa nº 7, de 22 de junho 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Diário Oficial da União**, 2009.

BRASIL. Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. **Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASÍLIA, DF. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, SECADI, 2013. 104 p.

BRAZIL. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Ministério da Educação, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3. ed. São Paulo: Cortez editora, 2009.

BROWN, Mano. **Entrevista ao Roda Viva da TV Cultura**. 25 set. 2007. 2011.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular: reflexões a partir do conceito de cultura operária**. 12ed. Petrópolis, Vozes, 2008.

BUENO, Belmira Oliveira et al. Histórias de vida e autobiografias na formação de professores e profissão docente (Brasil, 1985-2003). **Educação e Pesquisa**, v. 32, n. 2, p. 385-410, 2006.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CHAGAS, R. de C. S. **Porta giratória entre o espaço da pedagogia da alternância da Escola Família Agrícola Mãe Jovina e o campo: um diálogo possível?** 2006. 89 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Conferência de abertura da 26ª reunião anual da ANPED. Poço de Caldas, 5 de outubro de 2003. *Revista brasileira de educação*, v. 24, p. 5-15, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo; Brasiliense, 1987

CALDART, Roseli Salete. “Educação do Campo.” In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 257-264.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia da Terra: formação de identidade e identidade de formação**. **Cadernos do ITERRA**, v. 6, n. 2, p. 77-98, 2002.

Censo da Educação Superior 2016. – **Brasília**: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2021.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. [Tradução de Noêmia de Sousa]. Lisboa: Ed. Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

CHEROBIN, Fabiana Fátima. A Educação do Campo e sua normatização como Política Pública de Estado. **RELAcult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 4, n. 1, 2018.

COULON, Alain. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária**. Salvador: Edufba, 2008.

COUTINHO, Eduardo. O cinema documentário e a escuta sensível da alteridade. **Projeto História: Revista do Programa de estudos pós-graduados de História**, v. 15, 1997.

COUTINHO, Eduardo. O olhar no documentário. **Eduardo Coutinho**, p. 14-19, 2013.

CUENCA, R. Equidade educativa. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

CRUZ, Dulce Márcia. A construção do professor midiático: o docente comunicador na educação a distância por videoconferência. **Cadernos de Educação**. Pelotas, p. 201 – 214, jan./jun. 2008.

DALL'AGNOL, Caroline. **Produção audiovisual como recurso didático-pedagógico no ensino de história:** " Como me veem?", " Como eu vejo?" estudo de caso de adolescentes de uma comunidade em situação de vulnerabilidade social. 145 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

DAMATTA, ROBERTO. Digressão: A Fábula das Três Raças, ou o Problema do Racismo a Brasileira. In.: **Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DA SILVA, Marcos Antônio; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**, v. 31, n. 60, p. 13-33, 2010.

DE ALMEIDA, Leandro Antônio. Parâmetros de produção e avaliação de materiais didáticos no Mestrado Profissional de História. **Métis: história & cultura**, v. 16, n. 31, 2017. Disponível em: < <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/5335>>. Acesso em: 18 out. 2020.

DE ALMEIDA, Leandro Antônio. Produção de livros didáticos no Mestrado Profissional de História: relato de experiência a partir de uma disciplina da UFRB. **História Hoje**, v. 5, n. 9, p. 221-248, 2016. Disponível em: <<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/228/176>>. Acesso em: 10 set. 2020.

DE OLIVEIRA BARBOSA, Maria Ligia. Destinos, escolhas e a democratização do ensino superior. **Política & Sociedade**, v. 14, n. 31, p. 256-282, 2015.

DE OLIVEIRA, João Ferreira et al. Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil. **Educação Superior no Brasil 10 anos pós-LDB**, p. 71, 2008.

DOEBBER, Michele Barcelos. **Reconhecer-se diferente é a condição de entrada: tornar-se igual é a estratégia de permanência:** das práticas institucionais à constituição de estudantes cotistas negros na UFRGS. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

DUARTE, Rosália. **Cinema & Educação**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2002.

DUBET, François. **O que é uma escola justa?:** a escola das oportunidades. São Paulo: Cortez, 2008.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** 20. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

ESTEVES, Glauco Correia Sales; ALVES, Rita de Cássia Dias Pereira (Orgs.). **Esporte e cidadania:** centro de referência esportiva do Recôncavo. Cruz das Almas: Gráfica Nova Civilização, 2014. 100 p.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral.** 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FERRO, Marc. **Cinema e história.** Paz e terra, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 40.^a Reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção O Mundo Hoje, v. 21).

FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. **Os intelectuais e o poder.** Microfísica do poder, v. 17, p. 69-78, 1979.

GAUTHIER, Guy. **O documentário:** um outro cinema. Tradução: Eloísa Araújo Ribeiro – Campinas - SP: Papirus, 2011. (Coleção Campo Imagético).

GIL, Antonio Carlos. **Método e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GUIMARÃES, Antonio S. A. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1999. v. 1000. 238p.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. A insustentável leveza da urbanização e do êxodo rural da Bahia. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI-Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v. 12, nº 3, p. 179-189, dez. 2002.

GODINHO, Luís Flávio R.; SANTOS, Fábio Josué S. de. Recôncavo da Bahia: educação, cultura e sociedade. **Amargosa: CIAN**, 2007.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação- Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 27, n. 1, 2010.

GURGEL, Victor Braga; DA SILVA, José Ramos Barbosa. A Produção Audiovisual como Instrumento de Ensino: A Escola Nova E O Documentário A Experiência de Isabel em Escolas Experimentais. In: **XVII Encontro Estadual de História**. 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HERINGER, R. HONORATO, G: “Políticas de permanência e assistência no ensino superior público e o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).” In: BARBOSA, M. L. (Org.). **Ensino Superior: Expansão e Democratização**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2014, p 264-29.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

HOUNTONDJI, Paulin J. “Conhecimento de África, Conhecimentos de Africanos: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina. SA, 2009. p. 119-131.

INEP. **Censo da Educação Superior 2016**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2020.

JESUS, Rita de Cássia Dias Pereira de; NASCIMENTO, Cláudio Orlando Costa do; GUSMÃO, Palmira Magaly dos Passos. **Diálogos entre a UFRB, as escolas de ensino médio e as comunidades do Recôncavo**. 1.^a ed. Cruz das Almas, BA: UFRB, 2008. 199 p. (Coleção caderno pedagógico, 01 – Série currículo e formação).

JESUS, Rita de Cássia Dias Pereira de. A “condição de estudante” e a experiência de acesso e permanência qualificada na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. **Revista Política, Trabalho**, n. 33, pp. 117-129, 2010.

JESUS, Rita de Cássia Dias Pereira de. **De como torna-se o que se é: narrativas implicadas sobre a questão étnico-racial, a formação docente e as políticas para equidade**. 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LIMA, Eli Napoleão. Novas ruralidades, novas identidades. Onde? In: MOREIRA, Roberto (org). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, pp. 41-63.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação**. SciELO-EDUFBA, 2000.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Atos de currículo e Autonomia Pedagógica: o socioconstrucionismo curricular em perspectiva**. Editora Vozes Limitada, 2013.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo, diversidade e equidade: luzes para uma educação intercristica**. Salvador: Edufba, 2007. 166 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARNER, Terence ST John. **A direção cinematográfica**. Arte e Comunicação. São Paulo: Martins Fontes, s/d.

MARTINS, Carlos Benedito. Uma reforma necessária. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 96, p. 1001-1020, 2006.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro. Civilização, 1968.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. "A História, cativa da memória?". **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 34, p. 9-24, 1992.

MINAYO, M. C. (Orgs.) **Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MINISTÉRIO da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopse Estatística do Ensino Superior de Graduação - 2000**. Brasília/DF, MEC/INEP, 2001.

MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, 2006.

NACIF, Paulo Gabriel Soledade. Editorial. **Reconvexo**, Cruz das Almas, ano 1, n.01. out/2006.

NACIF, Paulo Gabriel Soledade.; CAMARGO, Murilo Silva de. Desenvolvimento de Competências Múltiplas e a Formação Geral na Base da Educação Superior Universitária. **Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**, 2009.

NACIF, Paulo Gabriel Soledade. Os Estados e a universidade pública, artigo do reitor Paulo Gabriel Soledade Nacif. **Folha de São Paulo**, São Paulo, segunda-feira, 05 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/os-estados-e-a-universidade-publica-artigo-do-reitor-paulo-gabriel-soledade-nacif/>>. Acesso em: 6 out. 2020.

NASCIMENTO, Cláudio Orlando Costa do. JESUS, Rita de Cássia Dias Pereira de. **Currículo e Formação: diversidade e educação das relações étnico-raciais**. Curitiba: Progressiva, 2010, 338 pgs.

NASCIMENTO, Cláudio Orlando Costa do. (Orgs.). **Currículo, formação e universidade: autobiografias, permanência e êxito acadêmico de estudantes de origem popular.** Cruz das Almas (BA): UFRB, 2013, 150 p.

NAPOLITANO, Marcos. “Fontes audiovisuais: a história depois do papel.” In.: PINSKY, Carla Bassaneri. (org.) **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2004.

NEVES, C. E. B.; ANHAIA, B. Políticas de Inclusão Social no Ensino Superior no Brasil: políticas de redistribuição de oportunidades? Reflexões a partir das experiências em IES do Rio Grande do Sul. In: BARBOSA, M. L. (Org.). **Ensino Superior: Expansão e Democratização.** Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2014. p. 371-402.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **História regional e local: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade.** Universidade Estadual de Feira de Santana, 2002. 124 p.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Ecce homo – de como a gente se torna o que a gente é.** Porto Alegre: L&PM, 2003.

NOBRE, Ivana Santos. **Permanência e êxito acadêmico: a experiência da educação tutorial na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).** 128 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015.

NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. A Construção Conceitual e Espacial dos Territórios Negros no Brasil. **Revista de Geografia** (Recife), v. 35, n. 1, 2018.

NORONHA, Maria Izabel Azevedo. Diretrizes nacionais de carreira e PSPN-Novos marcos aos profissionais da educação. **Retratos da Escola**, v. 10, n. 18, 2016.

NOVA, Cristiane. O cinema e o conhecimento da História. In.: **O olho da História.** n. 3. dez./1996.

NÓVOA, Jorge. Apologia da relação cinema-história. In.: _____.; BARROS, José D’Assunção (orgs.). **Cinema-história: teoria e representações sociais no cinema.** 3 ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012. p. 19-53.

NUNES, João Arriscado. “O Resgate da Epistemologia”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Almedina. SA, 2009. p. 215-242

OLIVEIRA, Valéria Maria Santana. O tempo presente no ensino de História: uma experiência de produção audiovisual em EAD. **Revista do Lhiste-Laboratório de Ensino de História e Educação**, v. 3, n. 4, 2016.

PRATES, Antonio Augusto Pereira; DE OLIVEIRA BARBOSA, Maria Ligia. A expansão e as possibilidades de democratização do Ensino Superior no Brasil. **Caderno CRH**, v. 28, n. 74, p. 327-339, 2015.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **História da educação: de Confúcio a Paulo Freire**. São Paulo: Contexto, 2012.

PONTES, Elisio B.; SOUSA, Carlos Alberto L. de.; COUTINHO, Laura Maria. “Linguagem audiovisual e Educação a Distância.” In.: SOUZA, Amarila M. de; FIORENTINI, Leda Maria R.; RODRIGUES, Maria Alexandra M. de. (orgs.) **Educação Superior a Distância: Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede**. Brasília: UnB, Faculdade de Educação, 2009.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do Poder e Classificação Social”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina. SA, 2009. p. 73-117.

REIS, Dyane Brito. “Acesso e permanência de negros no ensino superior: o caso da UFBA”. In: LOPES, Maria Auxiliadora; BRAGA, Maria Lúcia de Santana (Org.) **Acesso e permanência da população negra no ensino superior**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: UNESCO, 2007.

RELA, Eliana; DALL'AGNOL, Caroline. REOLON por nós mesmos: o Trabalho de Conclusão do Mestrado Profissional em História e o conceito de Produto. **Métis: história & cultura**, v. 15, n. 29, p. 178, 2016.

RIBEIRO, Darcy. **A Universidade Necessária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ROCHA, Eliene Novaes; PASSOS, JC dos; CARVALHO, RA de. **Educação do Campo: Um olhar panorâmico**. 2010.

ROCHA, Helenice. “Linguagem e novas linguagens: pesquisa e práticas no ensino de história”. In: BASTOS ROCHA, Helenice Aparecida; DE SOUZA MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015. p. 97-119.

ROSSINI, M. de Souza. **O lugar do audiovisual no fazer histórico: uma discussão sobre outras possibilidades do fazer histórico**. In: LOPES, A. H. et al História e Linguagens: texto, imagem oralidade e representações. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 12.^a ed. São Paulo: Editora WMF Martins fontes, 2010.

SALOMON, Délcio Vieira. **A maravilhosa incerteza: ensaio de metodologia dialética sobre a problematização no processo do pensar, pesquisar e criar**. Martins Fontes, 2006.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.9, n.19, p. 219-243, set. 1989/fev. 1990.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Artmed, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. v.11, São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção questões da nossa época).

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina. SA, 2009. p. 23-71.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Diana Anunciação; CARDEL, Lídia Maria Pires Soares. Educação Rural e as Contradições do Sistema de Ensino: O caso da Escola Família Agrícola do Sertão. **Educação em Revista**, v. 12, n. 2, p. 41-58, 2011.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. Tese. (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação (FACED), Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2009.

SANTOS, Elisângela Santana dos. **O QUE É QUE O PET TEM?** Escrita sobre as experiências de tutores e petianos integrantes dos grupos de educação tutorial da UFRB. p. il. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

SANTOS, Fábio Josué S. dos. **Nem “tabaréu/ao”, nem “doutor/a”**: o/a aluno/a da roça na escola da cidade – um estudo sobre escola, cultura e identidade. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador-BA.

SANTOS, Fábio Josué S. dos. Por uma escola da roça. **faEEBa–Educação e Contemporaneidade, Salvador**, v. 12, n. 19, p. 147-158, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 20.^a ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, Maria das Graças Martins; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Acesso à educação superior: significados e tendências em curso. **Campo Grande**, n. 30, pp. 221-235, jul.- dez. 2010. (Série Estudos).

SILVA, Sávio Tarso P. da. “História, documentário e exclusão social.” In.: NÓVOA, Jorge; BARROS, José D’Assunção. **Cinema-história: teoria e representações sociais no cinema**. 2. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

SOUZA, Ana Inês (Org.). **Paulo Freire vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 368 p.

SOUZA, Elizeu Clementino de (Org.). **Educação e ruralidades: memórias e narrativas (auto) biográficas**. Salvador: EDUFBA, 2012. 463 p.

SOUZA, Elizeu Clementino de. Pesquisa narrativa e escrita (auto) biográfica: interfaces metodológicas e formativas. In: SOUZA, E. C. de; ABRAHÃO, M. H. M. B. (Org.). **Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006b.

SOUZA, Elizeu Clementino de et al. Sujeitos e práticas pedagógicas nas escolas rurais da Bahia: ações educativas e territórios de formação. **Currículo sem fronteiras**, v. 11, n. 1, p. 156-169, 2011.

SOUZA, Elizeu Clementino de; SANTOS, Fábio Josué Souza dos. RURALIDADES DIVERSAS: redes, olhares cruzados e escolas rurais na Bahia. **Estudos IAT**, Salvador, v.2, n.2, p.185-199, jul./dez., 2012.

TEIXEIRA, Edival Sebastião; DE LOURDES BERNARTT, Maria; TRINDADE, Glademir Alves. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e Pesquisa**, v. 34, n. 2, p. 227-242, 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Trad. Waltensir Dutra. 1978.

VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Campus, 1997.

VENDRAMINI, Célia Regina. A escola diante do multifacetado espaço rural. **Perspectiva**, v. 22, n. 1, p. 145-165, 2004.

VENDRAMINI, Célia Regina. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Cad. Cedes, Campinas**, v. 27, n. 72, p. 121-135, 2007.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, AMPED, Campinas, Autores Associados, v. 11, nº 32, pp. 226-237, maio/ago., 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO



QUESTIONÁRIO

1 – IDENTIFICAÇÃO

Nome (opcional): _____ Idade: _____

Gênero: Masc. () Fem. () Cidade onde nasceu: _____

Cidade onde mora: _____

Curso/Semestre: _____

Ano de ingresso: _____ Ano de conclusão: _____

Formação: _____ Estado civil: _____

Origem escolar: () Pública () Privada Raça/cor/etnia: _____

2 – INFORMAÇÕES FAMILIARES E ECONÔMICAS

Qual o grau de instrução do seu pai?

- () Não estudou/sem escolaridade
- () Da 1ª a 4ª série do ensino fundamental (antigo primário) () Da 5ª a 8ª série do ensino fundamental (antigo ginásio)
- () Ensino médio (2º grau) incompleto () Ensino médio (2º grau) completo () Ensino superior incompleto
- () Ensino superior completo () Superior com Pós-Graduação

Qual o grau de instrução da sua mãe?

- () Não estudou/sem escolaridade
- () Da 1ª a 4ª série do ensino fundamental (antigo primário) () Da 5ª a 8ª série do ensino fundamental (antigo ginásio)
- () Ensino médio (2º grau) incompleto () Ensino médio (2º grau) completo () Ensino superior incompleto
- () Ensino superior completo () Superior com Pós-Graduação

Em média, qual a renda familiar? () Até 1 salário mínimo () Entre 1 e 3 sal. mín. () Entre 3 e 5 sal. mín.

Quantas pessoas de sua família já acessaram a Universidade:

nenhuma, sou o primeiro/a 01 02-04 mais de 05

Em instituição?

pública privada

4 – Você fez a opção pela reserva de vagas – Cotas?

Sim Não/ Porque?

5 – Pensa ou já pensou em desistir do curso?

sim, por quê? não

6 – Quais são/foram os desafios enfrentados para permanecer e terminar o curso?

7 – Você já sofreu alguma discriminação social na Universidade pelo fato de ser oriundo/a do campo? Caso a resposta seja sim, por favor, descreva a situação.

8 – Quais são/foram às estratégias pessoais para permanecer e terminar o curso?

9 – O que é êxito acadêmico para você? Você considera que tem/teve êxito acadêmico na Universidade?

APÊNDICE B – EIXOS DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

EIXOS DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

➤ **Trajetória de vida antes do ingresso na Universidade Federal.**

- Como foi a sua trajetória de vida até chegar à universidade pública/UFRB?
- Antes de ingressar na faculdade você exercia a prática do trabalho no campo?
- Desde sempre você desejou sair da roça para estudar?
- Nesse caso, o sonho de sair da roça foi o motor de sua trajetória?
- Quais foram às estratégias construídas para concretizá-lo?
- O que te fez romper com a cultura rural local, em que o trabalho na roça estava em primeiro lugar e os estudos sempre em segundo plano?

➤ **Vivência, códigos do âmbito universitário, choque cultural e dinâmica do espaço.**

- Tendo em vista que a instituição está sediada na cidade e possui códigos e dinâmicas próprias, você poderia me descrever como se deu o choque cultural com a cultura urbana?
- Você poderia me descrever alguma experiência que considera marcante em sua vivência na academia?
- O que de fato lhe motivou a fazer parte desse espaço de socialização, ainda que o mesmo não oferecesse representatividade histórica?

- Tendo em vista que este espaço é considerado de disputas e códigos na maioria das vezes estranhos a nossa/sua origem, o que você pensa sobre o ambiente universitário?
 - Nesse sentido, houve imediata identificação com o mesmo?
- **Alternativas para a permanência, estratégias e papel dos auxílios/programas da política institucional.**
- Como se deu a superação das diversas barreiras enfrentadas no seu processo de permanência material e simbólica na universidade?
 - Qual a contribuição do auxílio/projeto para a sua afiliação e permanência?
 - Qual o papel que assume as políticas de inclusão e afiliação na sua vida acadêmica, bem como em sua visão de mundo?
- **Questões identitárias de lugar/contexto de fala, aspecto familiar e suas implicações comunitárias.**
- Qual a importância do vínculo familiar e comunitário para a sua permanência no curso?
 - Em algum momento as questões identitárias de lugar de fala e contexto de nascimento interferiram/implicaram na sua permanência neste ambiente?
 - Foi possível modificar a relação com sua mãe/pai, ou seja, como o conhecimento adquirido refletiu no âmbito familiar?
 - Sendo assim, quais são as alternativas para se manter com êxito na universidade pública brasileira/UFRB?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada: **PÁGINAS VIRADAS: ESTUDANTES DO CAMPO NO ENSINO SUPERIOR**, sob a responsabilidade do mestrando Raudiney dos Anjos da Conceição Silva. O objetivo desta pesquisa visa a elaboração de um vídeo-documentário com depoimentos de estudantes da zona rural e egressos com a finalidade de ampliar os mecanismos de inserção no ensino superior das populações jovens, moradoras das zonas rurais, estudantes da escola pública, negros e negras, oriundos de famílias de trabalhadores/as da terra, de populações quilombolas, ribeirinhas e congêneres.

Diante do exposto, destaco a sua **AUTORIZAÇÃO** do uso de sua imagem, constante na filmagem, com o fim específico de visualização sem qualquer ônus e em caráter definitivo.

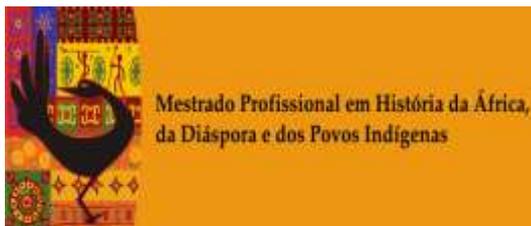
Raudiney dos A. da C. Silva
Assinatura do Pesquisador

Eu aceito participar da pesquisa citada acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Henrique dos A. G. B. Silva

Participante da Pesquisa

Cachoeira-BA, 10 de fevereiro de 2021



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada: **PÁGINAS VIRADAS: ESTUDANTES DO CAMPO NO ENSINO SUPERIOR**, sob a responsabilidade do mestrando Raudiney dos Anjos da Conceição Silva. O objetivo desta pesquisa visa a elaboração de um vídeo-documentário com depoimentos de estudantes da zona rural e egressos com a finalidade de ampliar os mecanismos de inserção no ensino superior das populações jovens, moradoras das zonas rurais, estudantes da escola pública, negros e negras, oriundos de famílias de trabalhadores/as da terra, de populações quilombolas, ribeirinhas e congêneres.

Diante do exposto, destaco a sua **AUTORIZAÇÃO** do uso de sua imagem, constante na filmagem, com o fim específico de visualização sem qualquer ônus e em caráter definitivo.

Raudiney dos A. da C. Silva

Assinatura do Pesquisador

Eu aceito participar da pesquisa citada acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Danielle da Silva Dias

Participante da Pesquisa

Cachoeira-BA, 10 de fevereiro de 2021

APÊNDICE D – PERGUNTAS DO VÍDEO

VÍDEO

Formato das gravações e perguntas: peço encarecidamente sua colaboração na minha pesquisa, e para isso gostaria muito que gravasse um vídeo do seu próprio celular (colocar na horizontal, utilizar o fone) e que me enviasse.

- 1- Questão quebra-gelo: fale um pouco sobre você, sobre sua vida.
- 2- Como foi a sua trajetória de vida até chegar na universidade, antes de ingressar na faculdade você exercia a prática do trabalho no campo?
- 3- Como você se sentiu ao entrar na universidade?
- 4- O que significa para você o ato de estudar?
- 5- Quais são ou foram as suas estratégias para se manter na UFRB, e concluir ou continuar seus estudos?
- 6- O que lhe fez acreditar que era possível obter sua profissão?
- 7- O que você pensa sobre o acesso à universidade?
- 8- Quais foram as principais razões que lhe levaram a fazer um curso universitário?
- 9- Quantas pessoas de sua família já acessaram a universidade?
- 10- Qual a contribuição do auxílio oferecido pela UFRB para a sua permanência?

Muito obrigada!

APÊNDICE E – ROTEIRO VÍDEO

ROTEIRO VÍDEO PROUTO

Formato da edição:

A abertura do vídeo será feita com imagens de localidades rurais.

- 1- Iniciar o vídeo registrando o trajeto do campo para a cidade, ou seja, Outeiro até Cachoeira, o caminho, as vias rurais, fazendo uma gravação pela estrada até o campus.
- 2- Em sequência iniciar com a gravação feita na praça da escola na zona rural.
- 3- Apresentação de políticas de acesso e permanência na UFRB.
- 4- Este tema é pensado para inserir em uma parte do material antes dos relatos dos participantes. (será gravado em sequência no caso a fala dos participantes)

Na seguinte ordem:

- 1 Henrique (tempo: 10 minutos)
- 2 Marisa (tempo: entre 10 minutos)
- 3 Elias (tempo: 07 a 08 minutos)
- 4 Daniele (tempo: 08 minutos)
- 5 Aline (tempo: 03 minutos)

- 5- A ideia é apresentar as falas desses entrevistados antes da conclusão que será com abertura do portão da UFRB, finalizando com aquela fala feita no CAHL encerrando o vídeo.



ATA N° 4

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, às 14h00min, de forma remota, com o auxílio do recurso para Videochamadas Google Meet, devido à pandemia da doença do coronavírus 2019 (COVID-19), instalou-se a banca examinadora de dissertação de mestrado do aluno Raudiney dos Anjos da Conceição Silva. A banca examinadora foi composta pelas professoras: Dr^a. Rita de Cácia Santos Chagas, UFRB, Examinadora Externa ao Programa; Dr^a. Idalina Souza Mascarenhas Borghi, UFRB, Examinadora Externa ao Programa; Dr^a. Martha Rosa Figueira Queiroz, UFRB, Examinadora Interna; Dr^a. Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus, UFRB, Orientadora. Deu-se início a abertura dos trabalhos por parte da professora Dr^a. Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus, Presidente da Comissão, que, após apresentar as membras da banca examinadora e esclarecer a tramitação da defesa, de imediato solicitou ao candidato o início da apresentação da dissertação, intitulada: RELATÓRIO FINAL DE PRODUÇÃO DE MATERIAL PARADIDÁTICO (VÍDEO- DOCUMENTÁRIO) PARA PRODUTO DE MESTRADO. PÁGINAS VIRADAS: Estudantes do Campo no Ensino Superior", marcando um tempo de sessenta (60) minutos para a apresentação. Concluída a exposição, a Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus, Presidente, passou a palavra às Examinadoras Externas ao Programa, Prof^a. Dr^a. Rita de Cácia Santos Chagas e Prof^a. Dr^a. Idalina Souza Mascarenhas Borghi, para arguir o candidato, e, em seguida, a Examinadora Interna, Prof^a. Dr^a. Martha Rosa Figueira Queiroz, para que fizesse o mesmo; após o que fez suas considerações sobre o trabalho em julgamento. Tendo sido (X) APROVADO ou () REPROVADO o candidato, conforme as normas vigentes na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. A versão final da dissertação deverá ser entregue, ao programa, no prazo de sessenta (60) dias; contendo as modificações sugeridas pela banca examinadora e constantes na folha de correção anexa. Conforme a Resolução 24/2018 - CONAC, o candidato não terá o título se não cumprir as exigências acima.

Dr. RITA DE CÁCIA SANTOS CHAGAS, UFRB
Examinador Externo ao Programa

Dr. IDALINA SOUZA MASCARENHAS BORGHI, UFRB
Examinador Externo ao Programa

Dr. MARTHA ROSA FIGUEIRA QUEIROZ, UFRB
Examinador Interno

Dr. RITA DE CÁSSIA DIAS PEREIRA DE JESUS, UFRB
Presidente

Raudiney dos Anjos da Conceição Silva

RAUDINEY DOS ANJOS DA CONCEIÇÃO
SILVA

Mestrando

i

2350 •

Campus Universitário - Cruz das Almas - BA - CEP: 44380-000 Telefone: (75) 3621-